

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÁREA
DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO: A UNATI COMO UM
ESPAÇO ACADÊMICO ABERTO**

GISELE PASQUINI FERNANDES

**MARINGÁ
2020**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO: A UNATI COMO UM ESPAÇO
ACADÊMICO ABERTO**

Tese apresentada por GISELE PASQUINI
FERNANDES, ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Estadual de Maringá, como um dos requisitos
para a obtenção do título de Doutor em
Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr.: MÁRIO LUIZ NEVES DE
AZEVEDO

Coorientadora:
Prof.^a Dr.^a: JACKELINE TIEMY GUINOZA
SIRAICHI

MARINGÁ
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO: A UNATI COMO UM ESPAÇO
ACADÊMICO ABERTO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo (Orientador) - UEM

Prof. Dr. Johannes Doll – UFRGS

Prof.^a Dr^a. Ângela Maria de Sousa Lima – UEL

Prof.^a Dr^a. Ieda Parra Barbosa Rinaldi - UEM

Prof.^a Dr^a. Paula Roberta Miranda - UEM

À Dalva, minha mãe e inspiração.

O TEMPO

A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.
Quando se vê, já são seis horas!
Quando se vê, já é sexta-feira!
Quando se vê, já é Natal... Quando
se vê, já terminou o ano...
Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.
Quando se vê passaram 50 anos!
Agora é tarde demais para ser reprovado...
Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o
relógio.
Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca
dourada e inútil das horas...
Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...
E tem mais: não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de
tempo.
Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz.
A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca
mais voltará. (QUINTANA, 2006, p. 478).

Quando se vê o tempo passou, e passou rápido demais. Os quatro anos designados para o desenvolvimento da pesquisa passaram e chegou o momento de apresentar tudo o que foi estudado no campo acadêmico. Tantas coisas aconteceram! Tantas pessoas contribuíram para esse momento! Tantos agradecimentos a fazer! Reconheço e agradeço, com o coração cheio de alegria, a Deus, pela vida e capacidade de aprender e evoluir. Como um ser inacabado que sou, busco o crescimento acadêmico para melhorar e evoluir em minha missão de vida, o magistério.

Sou grata pela dedicada orientação do Professor Doutor Mário Luiz Neves de Azevedo, exemplo de profissional da educação, que confiou em mim e aceitou o desafio de caminhar comigo no percurso dessa pesquisa. Sua simplicidade e generosidade deixam claro o grande professor que acolhe e direciona com liberdade, sem deixar de lado o rigor que a pesquisa acadêmica requer. Com ele, aprendi que é preciso de fato apertar o objeto de estudo, enfrentá-lo, acusá-lo e, ao mesmo tempo, ser sensível para permear sua docilidade. Da mesma forma, sou grata à Professora Doutora Jackeline Tiemy Guinoza Siraichi, pelas valiosas reflexões e incentivo constante ao longo desse processo.

Agradeço também pela a colaboração o Professor Doutor Raymundo de Lima, coordenador pedagógico da UNATI/UEM que permitiu a investigação se

realizasse nos âmbitos da instituição. Além disso, a preciosa cooperação dos alunos da UNATI/UEM foi fundamental, pois confiaram em mim e compartilharam pensamentos e experiências a respeito do tempo de estudar e do tempo de envelhecer.

Aos professores da banca, Professora Doutora Ângela Maria de Sousa Lima e Professor Doutor Johannes Doll, Professora Doutora Telma Adriana Pacífico Martineli, Professora Doutora Ieda Parra Barbosa Rinaldi e Professora Doutora Paula Roberta Miranda pelas valiosas contribuições que auxiliaram o meu crescimento acadêmico.

Sou grata a minha família. Ao meu marido Rodrigo, com quem compartilho o caminhar nesta vida, minhas dores e alegrias, pelo respeito, confiança e companheirismo. Ao meu filho Eduardo, que com sua inocência e simplicidade de criança me ensina a ser melhor todos os dias. Aos meus pais, Walter e Dalva (*in memoriam*), exemplos de resiliência diante das dores da vida, que torceram e acreditaram em mais essa conquista acadêmica e, embora não estejam mais neste plano, acompanham e alegram-se com meu crescimento. Ao Sabas e à Lúcia, sogro e sogra, à Simone, cunhada, pelo apoio, compreensão e respeito que tiveram comigo nesses anos de estudo e dedicação ao Doutorado.

Sentirei falta *desse tempo que nunca mais voltará*, mas, ao contrário do eulírico do poema que abre este texto, felizmente não voltará, pois novos desafios irão surgir, nova fase iniciará a partir de agora. E a idade, pouco importa... Avante!

FERNANDES, Gisele Pasquini. **EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO: A UNATI COMO UM ESPAÇO ACADÊMICO ABERTO**. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo. Coorientadora: Jackeline Tiemy Guinoza Siraichi. Maringá, 2020.

RESUMO

A longevidade é resultado da ação do homem no que se refere às melhorias nos cuidados com a saúde, habitação, alimentação, práticas sociais, dentre outros aspectos, cujas questões sociais e econômicas criam a necessidade de se viabilizar uma nova experiência do envelhecer, em que as pessoas sejam preparadas para os anos a mais, mantendo-se ativas. Os dados do IBGE mostram que houve um aumento significativo de idosos no país: em 1940 havia 4,1% de idosos no Brasil, em 2000 o percentual de idosos avançou para 8,6%, em 2010 a parcela de idosos já contabilizava 11,7% da população geral e, em 2018, houve um aumento para 13% na população de idosos. Há a estimativa de que em 2025 o número de pessoas idosas no Brasil crescerá dezesseis vezes. Tais dados mostram a necessidade de a sociedade e o Estado procurarem respostas para a demanda dos cuidados dos longevos. Neste sentido, a presente pesquisa se pautou em compreender, por meio de um levantamento bibliográfico, como surgiram as Universidades Abertas à terceira Idades (UNATIs) que têm como foco a inserção da pessoa idosa em instituições de ensino superior, bem como observar como se deu a criação da UNATI/UEM, entendendo o envolvimento das políticas públicas e a efetivação de direitos de atendimento a esta população. A ênfase foi observar se, quando são implantadas, as políticas públicas representam importantes instrumentos para que as pessoas possam ter assegurados e efetivados seus direitos. Somado a isto, o estudo analisou os impactos da implantação do programa para os idosos que o frequentam, conhecendo os principais eixos das atividades desenvolvidas. Verificou-se, por meio de entrevistas analisadas a partir da análise de conteúdo postulada por Bardin (1977), como os alunos entendem o envelhecimento. Duas categorias foram levantadas a partir da entrevista: integração social e fase natural da vida. O estudo realizado abordou documentos nacionais, Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842/94 e Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741, que articulam os direitos dos idosos. Fundamentamos os caminhos percorridos nas ideias de Cachioni (2003), Vellas (2009), Debert (1999), Taam (2008), Freire (1996), Bobbio (2004), Cury (2010), Pereira (2009), Teixeira (2008), Elias (1998; 2001). Todo o estudo realizado está balizado na teoria sociológica de Pierre Bourdieu (1983; 1984; 2015), a qual subsidiou nossa análise principalmente com as categorias *habitus*, campo e capital. Buscamos contribuir para o debate sobre as questões sociais e demandas da velhice e o bem estar do idoso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Políticas Públicas. Envelhecimento. UNATI.

FERNANDES, Gisele Pasquini. **EDUCATION BEYOND TIME: UNATI AS AN OPEN ACADEMIC SPACE**. 196 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Mário Luiz Neves de Azevedo. Co-supervisor: Jackeline Tiemy Guinoza Siraichi. Maringá, 2020.

ABSTRACT

Longevity is the result of man's action with regard to improvements in health care, housing, food, social practices, among other aspects, whose social and economic issues create the need to enable a new experience of aging, in which people are prepared for the years to come, staying active. IBGE data show that there was a significant increase in the elderly in the country: in 1940 there was 4.1% of elderly people in Brazil, in 2000 the percentage of these people advanced to 8.6%, in 2010 the share of elderly people already counted 11, 7% of the general population and, in 2018, there was an increase to 13%. It is estimated that in 2025 the number of elderly people in Brazil will grow sixteen times. Such data show the need for society and the State to seek answers to the demand for long-term care. In this sense, this research was based on understanding, through a bibliographic survey, how UNATIs emerged that focus on the insertion of the elderly in higher education institutions, as well as observing how UNATI/UEM was created, understanding the involvement of public policies and the realization of rights of care for this population with the emphasis on observing whether, when they are implemented, public policies represent important instruments for people to have their rights ensured and implemented. In addition, the study analyzed the impacts of the implementation of the program for the elderly who attend it, knowing the main axes of the activities developed. It was verified, through interviews analyzed from the content analysis postulated by Bardin (1977), what students understand about aging. Two categories were raised from the interview: social integration and natural phase of life. The study carried out addressed national documents, National Policy for the Elderly - Law nº 8.842/94 and Statute of the Elderly - Law nº 10.741, which articulate the rights of the elderly. We base the paths taken on the ideas of Cachioni (2003), Vellas (2009), Debert (1999), Taam (2008), Freire (1996), Bobbio (2004), Cury (2010), Pereira (2009), Teixeira (2008), Elias (1998; 2001). The entire study carried out is based on Pierre Bourdieu's sociological theory (1983; 1984; 2015), which subsidized our analysis mainly with the categories habitus, field and capital. We seek to contribute to the debate on the social issues and demands of old age and the well-being of the elderly.

KEYWORDS: Education. Public Policies. Aging. UNATI.

LISTA DE SIGLAS

ANG	Associação Nacional de Gerontologia
CETRES	Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade
CF	Constituição Federal
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COEPE	Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Estatuto do Idoso
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GFTI	Grupo de Atividades Físicas para a Terceira Idade
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NETI	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
NIETI	Núcleo Integrado de Estudos e apoio à Terceira Idade
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSI	Política Nacional de Saúde do Idoso
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SASC	Secretaria de Assistência Social
SBGG	Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SEST	Serviço Social dos Transportes

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SUS	Sistema Único de Saúde
U3I	Universidade da Terceira Idade
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UNATIs	Universidades Abertas à Terceira Idade
UNITI	Universidades para a Terceira Idade
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número e Distribuição de Pessoas de 60 anos de idade ou mais por região, 2015 e 2030.....	53
TABELA 2 - Indicadores demográficos relacionados ao envelhecimento populacional mundial: revisão de 2017	57
TABELA 3 - Número de óbitos e variação relativa, por sexo, segundo os grupos de idades.....	58
TABELA 4 - Composição da população idosa do Paraná, Por sexo e faixa etária. Censo 2010.....	60
TABELA 5 -: Unidades de Atendimento ao Idoso com registro no CMDI.....	64
TABELA 6 - Eixos temáticos e cursos oferecidos na UNATI/UEM - 1º e 2º semestres de 2019.....	147
TABELA 7: Entrevista com os alunos da UNATI.....	150
TABELA 8 – Idade dos alunos matriculados em 2019.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - População global em grupos de idades nos anos de 1980, 2017, 2030 e 2050.....	54
GRÁFICO 2 - Pirâmides Etárias do Brasil 1950, 2015 e 2050.....	55
GRÁFICO 3 - Sobremortalidade masculina por causas externas, segundo os grupos de idade.....	59
GRÁFICO 4 - População idosa do Paraná. 1980 - 2030.....	61
GRÁFICO 5: IDHM do município de Maringá.....	62
GRÁFICO 6 - Pirâmide Etária da População de Maringá, Paraná.....	62
GRÁFICO 7 - Taxa de analfabetismo, por grupos de idade - Brasil - 2005/2015	108
Gráfico 8 – Gênero.....	154
Gráfico 9 – Nível de Escolaridade.....	156
Gráfico 10 – Escolaridade.....	156
Gráfico 11 – Estado Civil.....	157
Gráfico 12 – Nível de Renda.....	158
Gráfico 13 –Tipos de Atividade Profissional.....	159
Gráfico 14 – Atividade Profissional.....	160
Gráfico 15 – Residência – Detalhamento.....	161
Gráfico 16 – Residência.....	162
Gráfico 17 – Problemas de Saúde.....	165
Gráfico 18 – Plano de Saúde.....	167

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	AS TEIAS ESTAMPADAS NA FACE: O TEMPO QUE SEGUE	23
2.1	VELHOS SÃO OS OUTROS?	24
2.2	ALGUNS CONCEITOS DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU	31
2.3	VELHICE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	36
2.4	DO VELHO À PESSOA IDOSA.....	45
2.5	ALGUNS DADOS SOBRE O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	51
3.	AS MARCAS DO TEMPO NO CORPO E OS DIREITOS	66
3.1	CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS, POLÍTICAS SOCIAIS E O DIREITO À.....	68
	EDUCAÇÃO	68
3.2	A PESSOA IDOSA NA AGENDA DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	76
	BRASILEIRAS	76
3.2.1	O PLANO DE VIENA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	78
3.2.2	A DÉCADA DE 1990 E A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.....	83
3.2.2.1	POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO	85
3.2.3	O PLANO DE MADRI E O ESTATUTO DO IDOSO	89
4.	A UNATI NO CAMPO ACADÊMICO	96
4.1	A UNIVERSIDADE COMO UM CAMPO SOCIAL.....	98
4.2	A UNATI NO SUBCAMPO ACADÊMICO	104
5.	EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO ESCOLAR	107
5.1	O PIONEIRISMO DO SESC NO TEMA DO ENVELHECIMENTO NO.....	110
	BRASIL	110
5.2	O PAPEL DA GERONTOLOGIA	116
5.3	A UNATI E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	123
5.3.1	O NASCIMENTO DA UNATI.....	127
6.	A UNATI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	139
6.1	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	142
6.2	OS PERCURSOS DA PESQUISA.....	149
6.3	OS ALUNOS DA UNATI/UEM	153
6.3.1	DAS VOZES ÀS EXPERIÊNCIAS	167
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
8.	REFERÊNCIAS.....	187
9.	APÊNDICES.....	195

1. INTRODUÇÃO

Reinauguração

[...]

Nossa idade – velho ou moço – pouco importa.
 Importa é nos sentirmos vivos e alvoroçados
 Mais uma vez, e revestidos de beleza, a exata
 Beleza que vem dos gestos espontâneos e do
 Profundo instinto de substituir enquanto as coisas
 Em redor se derretem e somem
 Como nuvens errantes no universo estável.

Prosseguimos. Reinauguramos. Abrimos os olhos
 Gulosos a um sol diferente que nos acorda
 Para os descobrimentos.
 Esta é a magia do tempo.
 Esta é a colheita particular que se exprime no
 Cálido abraço e no beijo comungante, no
 Acreditar na vida e na doação de vivê-la em
 Perpétua criação.
 E já não somos apenas finitos e sós.

[...] (ANDRADE, 2002, p. 1427).

O tempo de vida decorrido desde o nascimento até uma determinada data é o que se entende como idade. No entanto, não importa a idade que se tem, não importa quantos anos se passaram até o dia de hoje. Hoje é o dia de saber, conhecer, entender, analisar, desconstruir, construir. Andrade (2002), no poema destacado, evoca a importância de estar vivo e, mais do que isto, de sentir-se vivo. Estar vivo significa ver a vida como ela se apresenta e como fazemos as escolhas que fazemos diariamente. Reinventar a vida, reinaugurar o dia ao acordar e fazer algo que tenhamos aquela sensação de que tudo vale a pena é o que o eu-lírico¹ diz nos versos *Esta é a colheita particular que se exprime no / Cálido abraço e no beijo comungante, no / Acreditar na vida e na doação de vivê-la / em perpétua criação*.

A vida é criação em qualquer idade. Este trabalho é uma criação embasada em tantos outros criadores que se importam ou se importaram com a vida e não apenas com a própria, mas com a vida dos demais. Este trabalho também se coloca

¹ Voz que expressa suas emoções no poema, um eu poético, simulado, inventado pelo poeta que não pode ser confundido com o próprio poeta (NICOLA, 2006).

como uma contribuição de alguém que se incomoda em observar como a idade pode ser fator limitante, para alguns, em muitos momentos da vida.

O percurso do estudo para chegar a essas páginas foi árduo e denso, porém proporcionou um sentimento genuíno de que valem a pena dedicar-se tantas horas de reflexão em temas que incomodam. A velhice incomoda, mas a longevidade é bem-vinda. Querem vida longa, mas não querem envelhecer. Esse paradoxo tem movido as pessoas em busca da juventude eterna desde muito tempo.

Código genético, genoma, bioinformática, segundo Corte (2005), são termos que têm entrado no vocabulário de muitos envolvidos nas áreas biomédica e biológica, referindo-se a exatidão e solução para muitas doenças que acometem as pessoas. Curar as pessoas e evitar que doenças se instalem prolongam a vida e isto é bem-vindo tanto pelo campo científico quanto pelos demais atores sociais. Mas, o aumento da longevidade aponta para efeitos sociais, psicológicos e econômicos que são relevantes e compõem essa relação. Do que serve ter anos a mais e não ter novos papéis sociais para essa parcela da população que se expande com rapidez? A ciência que trabalha para a longevidade está a serviço da reprodução social de preconceitos e mitos, marginalizando os idosos cada vez mais?

A longevidade é resultado da ação do homem no que se refere às melhorias na habitação, alimentação, práticas sociais, cuidados com a saúde (vacinas, antibióticos, medicina preventiva) e é desejável por todos, inclusive ao cantarmos *parabéns para você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida*. A maneira e as condições de vida determinam como vamos passar os *muitos anos de vida*.

Teixeira (2008) mostra que o envelhecimento, considerado pelo olhar demográfico, é definido pelos anos vividos. Pelo olhar biológico, trata-se de um processo de transformações cuja determinação genética varia de indivíduo para indivíduo, no qual se verifica diminuição da plasticidade e aumento da vulnerabilidade em virtude das perdas evolutivas e aumento da possibilidade de morte. Contudo, deve-se considerar os aspectos biopsíquico, social e econômico que são condições relevantes no percurso biológico do ser humano. Em outras palavras, é preciso observar a velhice não somente como uma questão biológica, mas faz-se imprescindível compreender o idoso como um ser social, localizado

historicamente em um sistema de relações sociais, as quais são fatores preponderantes para as condições da velhice.

Assim, a velhice é um tema complexo. É também um fenômeno não homogêneo. Somado a isto, alguns mitos têm se fixado na forma das pessoas compreenderem a velhice, algumas vezes por disseminação de ideias distorcidas em virtudes de interesses que regem a seleção do que se veicula, ou então por questões mercadológicas que massacram as pessoas na busca do sentimento de pertencimento e no enquadramento no padrão estabelecido e outras vezes por mero desconhecimento de fatos autênticos.

As principais crenças a respeito da velhice e do envelhecimento estão associadas ao entendimento do envelhecimento como mera redução do processo orgânico, consideração do processo de envelhecer como decadência e, conseqüentemente, compreensão da velhice como um problema. Estas crenças atravessam todas as classes e instituições e são formadas tanto na base familiar quanto no Estado (MINAYO, 2006). Compreendemos que estes mitos estão interligados em que um leva ao outro à medida que o que se coloca como padrão de beleza e produtividade laboral está distante do que se observa no processo de envelhecimento.

Uma investigação cuidadosa insere os vários aspectos e dimensões que essa temática compreende e nos leva a interpretar que a velhice é uma fase do desenvolvimento humano cujo início se dá com o nascimento e não cessa até a morte. As rugas, os cabelos brancos, a flacidez e o declínio das energias e resistências são marcas do declínio biológico pelo qual o ser humano passa com o avançar da idade. Esse declínio não está relacionado diretamente com doença. Ocorre que, no processo de declínio físico, o idoso fica mais propenso a adquirir doenças crônicas e a demandar cuidados mais específicos. Todavia, esta etapa da vida tem variações de ordem pessoal e não deve ser vista como sinônimo de enfermidade. Relacionar velhice à doença é ter uma visão simplista que é preciso ser modificada a partir de conhecimentos científicos direcionados pelo diálogo entre várias áreas do conhecimento, promovido pela interdisciplinaridade.

Compreendemos que a experiência de viver anos a mais é bastante recente. Dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) advindos do censo demográfico de 1940 mostram que neste ano havia 4,1% de idosos no Brasil, e a

população estava praticamente dividida entre a proporção de 0 a 14 anos (crianças e adolescentes) e 15 a 59 anos (adultos). Em 2000 o percentual de idosos avançou para 8,6%. Em 2010 a parcela de idosos já contabilizava 11,7% da população geral e em 2018, houve um aumento para 13% na população de idosos no país (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004).

As projeções apontam para um aumento ainda maior. De acordo com Teixeira (2008), estima-se que até o ano 2025 a população idosa mundial crescerá cinco vezes e, a brasileira, muitas vezes, quando haverá mais de 34 milhões de idosos no país.

Este novo contexto, faz com que o Estado e a própria sociedade busquem respostas para essas necessidades que surgem da demanda dos cuidados dos longevos. Este é o papel das políticas públicas: ação intencional das autoridades políticas (Estado) face às demandas ou problemas da população (sociedade) na elaboração de leis que tornam menos abstrato o conceito de justiça social e de equidade, tentando regular os desequilíbrios ocasionados pela acumulação de bens da sociedade capitalista. É preciso considerar que se há instâncias governamental e não governamental, há também divergência de interesses que devem ser suplantados a fim de organizar e buscar um consenso nessas ações (PEREIRA, 2009).

O conceito de equidade adotado neste trabalho é o que salienta Azevedo (2013): um substantivo imprescindível em projetos de sociedades que se fundamentam na justiça social. É preciso ter cuidado ao usar o termo, pois muitos o utilizam dentro de concepções que são exatamente contrárias ao que se pretende enfatizar por Azevedo (2013). Partindo da compreensão que a sociedade é formada por sujeitos diferentes (desiguais) em vários aspectos como física e intelectualmente, as políticas devem ser também desiguais para que todos sejam promovidos ao patamar da igualdade. O autor busca na máxima marxista “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades” o fundamento do que considera equidade. Ele exemplifica o pensamento observando que os indivíduos com maior renda devem contribuir mais com os impostos que são usados nos fundos públicos, da mesma forma, aqueles que têm renda menor, devem contribuir menos, seguindo o princípio da progressividade no direito tributário. Desta forma, “[...] aqueles que têm mais e ganham mais pagam mais

impostos e taxas para a redistribuição da renda social e a oferta de bens públicos” (AZEVEDO, 2013, p. 140). Observamos que, ocorrendo desta forma, os serviços públicos poderiam promover a igualdade entre os cidadãos desiguais, evitando que a desigualdade seja perpetuada.

Várias foram as iniciativas governamentais em programas para a população idosa no Brasil nas últimas décadas como a criação de centros de estudos e pesquisas sobre o envelhecimento em universidades públicas e privadas com a criação de Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) e projetos de extensão para idosos, além da legalização da política setorial nacional. Notamos que estas e outras iniciativas valorizam e reforçam os direitos da pessoa idosa, evidenciando o envelhecimento populacional como problemática social relevante.

Tais iniciativas também podem ser notadas a partir de conquistas relativas aos direitos dos idosos que estão em consonância com a Constituição Federal. No âmbito do direito, podemos citar a Política Nacional do Idoso (PNI), assegurada pela Lei nº 8.842/1994, que cria condições para promover a autonomia, integração e participação desta população de forma efetiva na sociedade, e o Estatuto do Idoso (EI), Lei nº 10.741/2003, que assegura direitos fundamentais como medidas de proteção e política de atendimento ao idoso.

Neste contexto, acreditamos que é preciso um olhar atento para a transformação demográfica em curso, pois a mesma é resultante da conjuntura social, política e econômica que a sociedade está inserida e, ao mesmo tempo, acarreta novas modificações nestes mesmos campos. Assim, consideramos de suma importância pesquisar e refletir sobre a temática do envelhecimento e da longevidade, buscando compreender quem é o idoso na atualidade, bem como qual o seu papel social. Nesse sentido, essa pesquisa apresenta-se oportuna para contribuir com tais reflexões partindo do campo científico, mas que deve ter intercâmbio com a sociedade. Além disso, o presente estudo buscará obter análises teóricas e práticas (observadas por meio da entrevista com os alunos) que contribuam para o aprimoramento das instituições que atendem idosos nas mais diferentes áreas.

O propósito da pesquisa centra-se em compreender, por meio de um levantamento bibliográfico, como surgiram as UNATIs, bem como analisar o panorama contemporâneo destes programas que têm como foco a inserção do

idoso em instituições de ensino superior, entendendo o envolvimento das políticas públicas e a efetivação de direitos de atendimento a esta população. Neste sentido, a ênfase será em observar se, quando de fato são implantadas, as políticas públicas representam importantes instrumentos para que as pessoas possam ter assegurados e ainda efetivados seus direitos.

Somado a este objetivo geral, o estudo busca compreender o processo de criação da UNATI/UEM, os impactos da implantação do programa para os idosos que a frequentam, conhecendo os principais eixos das atividades desenvolvidas, além de verificar como os alunos entendem a velhice. Para tanto, investimos em uma pesquisa bibliográfica e documental, além da entrevista com alunos da UNATI/UEM. Como ponto de partida, a pesquisa bibliográfica foi realizada nas temáticas sobre a construção social da velhice e considerações sobre a categoria idade, balizada por dados demográficos sobre a população idosa no Brasil e no mundo; a constituição dos direitos por meio de políticas públicas para a pessoa idosa, destacando a PNI e o EI, dois importantes instrumentos legais; as instituições de ensino superior como campo social científico e a UNATI como subcampo do mesmo, em um estudo consubstanciado pela teoria de Pierre Bourdieu; o surgimento da UNATI e a criação da UNATI/UEM com aporte na educação não formal.

Pautamo-nos em estudiosos que, com suas pesquisas, buscam compreender o desenvolvimento e envelhecimento humanos como Camarano e Pasinato (2004), Lima (2014), Vellas (2009), Debert (1999), bem como a educação (e educação de idosos) como Cachioni (2003), Gadotti (2007), Taam (2008) e Freire (1996) e políticas públicas como Bobbio (2004), Cury (2010), Pereira (2009), Teixeira (2008). Além disto, outro importante autor em nosso estudo foi Norbert Elias cujos textos “A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer” (2001) e “Sobre o Tempo” (1998) levou-nos a compreender aspectos relevantes sobre como os homens têm considerado o envelhecimento e a noção de tempo ao longo da história ocidental.

Enfatizamos que todo o estudo realizado está balizado na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, a qual subsidiou nossas análises. Dentre as várias obras deste autor pelas quais encontramos aporte teórico, destacam-se “O Campo Científico”

(1983), “Questões de Sociologia” (1984), “Razões Práticas” (2011) e “Escritos de Educação” (2015).

Todo o estudo que compõe essa tese está estruturado em sete capítulos, sendo o primeiro esta introdução que apresenta a pesquisa. No segundo capítulo, “As teias estampadas na face: o tempo que segue”, cujo objetivo é fazer uma reflexão sobre o envelhecimento, como construção social, apresentamos algumas considerações sobre a idade, observando que as sociedades, em diferentes momentos da história, estabeleceram uma diferenciação entre as etapas da vida, relacionando funções e atribuições aos sujeitos quanto aos grupos de idade, seja no âmbito familiar quanto no que se refere à divisão social do trabalho. Em nossas análises, buscamos em Bourdieu (1983) o entendimento de que a categoria idade é um dado biológico manipulado que é alterado conforme as demandas vigentes, fazendo conexões com marcas etárias que foram estabelecidas e alteradas conforme a necessidade social. Neste sentido, nosso estudo buscou entrelaçar os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, cuja teoria sociológica permite análises e investigações das diversas realidades sociais. Assim, no mesmo capítulo, apresentamos os conceitos de *habitus*, campo e capital, não desconectando tais conceitos de outros, tão importantes quanto estes, como a dominação e a violência simbólica.

Finalizamos o capítulo fazendo um levantamento do percurso histórico das condições sociais que levaram os sujeitos envelhecidos a serem chamados por vários termos, mas que na atualidade deve-se reportar aos mesmos como “pessoa idosa”, além de apresentar dados significativos sobre o envelhecimento populacional mundial, com enfoque para o aumento da população idosa também no Brasil.

Em “As marcas do tempo no corpo e os direitos”, o terceiro capítulo, apresentamos um percurso de atenção de políticas públicas para a pessoa idosa, observando duas assembleias internacionais que foram marcos para o avanço e o olhar para a população que envelhece. Neste sentido, recuperamos o conceito de educação como bem público e de política social como concretização dos direitos de cidadania conquistados por homens engajados e amparados por leis garantidas nas sociedades. Somado a isto, observamos a Constituição Federal e as Leis mais importantes que dela emanam no cuidado e proteção à pessoa idosa. Dentre elas,

evidenciamos a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, documentos que serão amplamente analisados no capítulo.

Iniciamos o quarto capítulo, “A UNATI no campo acadêmico”, buscando compreender as instituições de ensino superior como campo social científico, amparados pela teoria de Bourdieu (1983), identificando a UNATI como subcampo do mesmo. Nossas análises versam sobre o entendimento em que as instituições de ensino superior são o espaço aceito por toda a sociedade como formador de profissionais das mais variadas áreas, além de promotor da cultura, do pensamento crítico e da disseminação do saber científico. Destarte, é possível notar as estratégias de conservação do campo que tendem a assegurar a manutenção da ordem posta, garantindo a produção e a circulação de capital cultural e científico. Ao compreender a UNATI como subcampo acadêmico, considerando o surgimento da mesma e as intenções de funcionamento, é perceptível que a UNATI se apresenta com uma instituição que subverte a ordem estabelecida no campo.

“Educação para além do tempo escolar” é o título do quinto capítulo desta tese e nele apresentamos as primeiras iniciativas de atendimento ao idoso no Brasil, bem como o processo histórico de criação das UNATIs, sua difusão por todo o mundo, em especial no Brasil, analisando as condições materiais que contribuíram para a multiplicação deste projeto educacional. Somado a isto, buscamos compreender a educação não formal amparando-nos em Gadotti (2005), Freire (1996) e Gohn (2006), em um entrelaçamento com o que propõe Bourdieu (2015) sobre capital cultural e a visão de escola como reprodutora da ordem social posta.

O sexto capítulo, cujo título é “A UNATI da Universidade Estadual de Maringá”, aborda como se deu o processo de criação da UNATI/UEM, em 2010, em um movimento em que a própria universidade, observando as mudanças demográficas do país, percebeu a necessidade de atender pessoas idosas e iniciou suas atividades oferecendo cursos em várias áreas. O capítulo traz ainda como se organizou administrativa e pedagogicamente que, segundo Stieltjes e Taam (2011), tem como base o pensamento de Freire (2013) e Freinet (2004). No mesmo capítulo apresentamos os eixos e cursos oferecidos na instituição, bem como, forma detalhada, como ocorreu a coleta e análise dos dados, retomamos os objetivos dessa pesquisa, buscamos elucidar as questões iniciais e analisamos os dados coletados nas entrevistas. Para tal, tomamos como fundamentação teórica a

análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (1977), separando o conteúdo dos discursos dos entrevistados em duas categorias integração social e fase natural da vida.

Por fim, são trazidas as considerações finais da pesquisa, buscando evidenciar os principais aspectos que dela emergiram, com vistas à necessária reflexão sobre o que representa, de fato, a UNATI/UEM para os alunos que a frequentam, bem como a visão dos mesmos sobre envelhecimento.

Embora o tom que pretendemos imprimir no texto seja investigativo dado pelo cunho científico, gostaríamos de exprimir que as análises dos capítulos partem de poemas de autores brasileiros que se integram ao texto em uma utilização pessoal, porém oportuna dos mesmos. Reforçamos a licença autoral para usar a literatura com um viés situado nas reflexões científicas, o que incorpora e alinha campo científico com campo literário. Assim, *Prosseguimos / Reinauguramos / Abrimos olhos [...] Para os descobrimentos / Esta é a magia do tempo.*

No decorrer desta pesquisa, com os estudos aqui empenhados, buscamos contribuir para o aprimoramento no funcionamento de instituições e organizações que atendem pessoas idosas, além de levantar o debate sobre as questões sociais e demandas da velhice e da vida e bem estar do idoso. Assumimos o compromisso de, além de publicar os resultados do trabalho, oferecer-se para apresentá-los à UNATI/UEM, bem como a toda comunidade acadêmica.

2. AS TEIAS ESTAMPADAS NA FACE: O TEMPO QUE SEGUE

O QUE O TEMPO NÃO LEVOU

No fim tu hás de ver que as coisas mais leves são as únicas
Que o vento não conseguiu levar:
Um estribilho antigo
Um carinho no momento preciso
O folhear de um livro de poemas
O cheiro que tinha um dia no próprio vento... (QUINTANA, 2005, p.
885)

O tempo e a compreensão dele é uma temática na preocupação de uma lista longa de pensadores que estudam o desenvolvimento humano e buscam compreender o Homem. Os homens e mulheres da literatura, como os poetas, também se sensibilizaram com a temática, usando a linguagem nas funções emotivas e poéticas para compungir os leitores. As etapas da vida (nascer, crescer, desenvolver-se e morrer) indissociáveis da espécie humana estão interligadas à passagem do tempo.

Mário Quintana, poeta brasileiro, também usou esta temática para expressar-se por meio de seus poemas, restituindo o passado pela poesia. O poema que abre esse capítulo mostra que o tempo “leva” as vivências dos sujeitos que não voltam (assim como ele mesmo), da mesma forma que as águas abundantes de um rio percorrem seu caminho, sem paradas. O que fica é a memória.

No poema, a memória se evidencia a partir da permanência de elementos bastante evanescentes, frágeis e subjetivos, todavia bastante importantes para o eu-poético: a música (o estribilho antigo), o carinho, a sensação de ter em mãos um livro de poesias (emoções, sentimentos) e o cheiro (a percepção do próprio vento/tempo). Estes elementos permanecem vivos por meio das lembranças transmitidas de geração a geração, como se sua importância pesasse o suficiente para que permanecessem. Quintana consegue demonstrar que estas simplicidades podem ser complexas, fortes, e marcam as pessoas de maneira profunda.

Além da compreensão do tempo, a maneira como as sociedades transmitem seus conhecimentos e se organizam em função dele é de grande importância neste caminho. O percurso da vida, que é efêmera no tempo, evidencia que o envelhecimento e a finitude são as únicas certezas.

Infância, juventude, vida adulta, maturidade e velhice fazem parte do ciclo de vida humana e, não havendo interrupção precoce, todas as pessoas passarão por todos estes momentos ao longo da existência. As fases que o indivíduo vivencia entre o nascimento e a morte são as marcas deste ciclo balizadas por eventos biológicos como a puberdade, menarca, reprodução, menopausa, viuvez, senilidade, por exemplo, bem como por eventos sociais como a formatura, o primeiro emprego, casamento, aposentadoria, entre outros. A duração do ciclo de vida normalmente é medida pela esperança de vida ao nascer (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006).

Todavia, o sujeito não vai dormir criança e acorda adolescente na manhã seguinte; ou está vivendo a maturidade em um dia e no outro se encontra ancião. A passagem do tempo apresenta características vivenciais que anunciam os movimentos da saída de um período e o caminhar para o outro. As progressões de uma fase para outra demandam que o sujeito supere obstáculos, conflitos, frustrações tanto cognitivas quanto socioemocionais, além de investimento de energia por parte do mesmo. Delimitar as fases da vida é considerar tais mudanças, embora seja difícil medir o tempo que cada uma demanda. Evoluir e amadurecer como pessoa implica em compreender cada etapa vivida como resultado do empenho na intransferível tarefa de transformação.

Neste sentido, o objetivo desse capítulo é fazer uma reflexão sobre o envelhecimento, como construção social e a passagem do tempo, além da periodização da vida e a evolução da categoria de velho à pessoa idosa, a partir de Ariès (2016); Beauvior (1990); Bourdieu (1983; 2011); Elias (2001; 1998), Debert (1999; 2003), além de outros estudiosos, em uma articulação sobre o que pensam e escrevem a respeito da passagem do tempo e do sujeito envelhecido.

2.1 VELHOS SÃO OS OUTROS?

O envelhecimento se dá no tempo. É com e a partir dele que verificamos as teias estampadas na face e as marcas do corpo humano. O ciclo biológico do ser humano e de boa parte de espécies naturais é um fato universal e natural. Todavia, o fator da variabilidade das formas de conceber e viver o envelhecimento estão ligados a fatos sociais e históricos (DEBERT, 2003).

A pessoa idosa se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo. Não são raras as vezes que recorrem às lembranças de situações vividas para alertar, ensinar ou mesmo contar suas experiências, exprimindo saudades de um tempo que não volta.

As sociedades, em diferentes momentos históricos, consideram diferenciação entre cada etapa da vida, estabelecendo funções e atribuições aos grupos de idade, tanto no papel da família quanto na divisão social do trabalho (MOTTA, 2003).

Essas atribuições são em boa parte arbitrárias, porque nem sempre se firmam numa materialidade ou cronologia de base biológica quanto às reais aptidões e possibilidades, e sim em relações construídas num tempo social essencialmente dinâmico, mutável (MOTTA, 2003, p. 225).

Tradicionalmente, desde a Antiguidade, a vida era dividida em apenas três idades, ou fases: infância e adolescência, vida adulta e velhice. Segundo Camarano, Mello e Kanso (2006), esta divisão estava pautada na atuação dos sujeitos no mercado de trabalho, considerando que o Estado moderno desempenhou um papel fundamental na institucionalização da escola e a aposentadoria.

Alterações na esfera social, econômica, cultural e também biológica fizeram com que estas fases fossem reconsideradas e, atualmente, constam no mapa da vida, pelo menos sete fases: infância, adolescência, juventude, idade adulta ou madura, meia idade, terceira e quarta idades (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006).

Na cultura ocidental contemporânea, as crianças são sujeitos em desenvolvimento e devem brincar; os adolescentes estão experimentando o mundo e precisam estudar, preparando-se para a adultez, a vida produtiva no mundo do trabalho. Por sua vez, os adultos trabalham e produzem e, os idosos, devem aposentar-se. Entretanto, na fase em que os sujeitos são considerados adultos é preciso integrar a velhice que se subdivide em terceira e quarta idade. Assim:

Significa considerar o idoso, também, um adulto, e reforçar a ideia de que parte dos idosos hoje é independente e permanece integrado à sociedade, exercendo atividades laborais e/ou desempenhando papéis importantes na família (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006, p. 33).

Há ainda o entendimento da velhice como uma fase distinta da vida adulta. Este pensamento está ligado ao fato de a esperança de vida ter aumentado,

principalmente nas idades avançadas e insere nesse momento do processo vital a terceira e a quarta idades, considerando as diferenças entre ambas: na terceira idade estão os idosos que não se enquadram mais no mundo do trabalho, entretanto não apresentam sinais de senilidade e decrepitude, já na quarta idade, incluem-se os idosos com estes aspectos mais evidenciados (CAMARAN; MELLO; KANSO, 2006).

Com o processo da história, os homens organizam sua forma de viver em sociedade, validando por meio de disputas de espaço e poder as interlocuções com os demais. Neste sentido, Debert (2003), observando Elias (1990), indica que as categorias de idade (marcadas no tempo) são construções culturais e mudam historicamente:

Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios (DEBERT, 2003, p. 53).

Categorias e grupos de idade implicam na organização social no tocante ao que é permitido ou proibido em cada fase da vida nas sociedades ocidentais. Como exemplo, podemos citar a maioridade legal, que atribui um status ao sujeito e marca os papéis ocupacionais, como entrada no mercado de trabalho. Destarte, a importância dada ao tempo e à periodização da vida tem direta relação com o uso do tempo para regular a vida socialmente.

O tempo, no movimento da história, faz com que seja dinâmica a transformação que o sentido das idades adquire no processo. Na sociedade moderna, conforme cita Motta (2003), atribuições para cada idade são definidas: idade para entrar e sair do mercado de trabalho, para votar e ser votado, para casar, etc. Casar-se significa tornar-se adulto, ou seja, atingir a maioridade social. O casamento tem desdobramentos reprodutivos e quando ocorre o casamento dos filhos, a saída deles da casa dos pais também assinala uma fase da vida se cumprindo.

Debert (2003) considera que tais transformações criaram um caráter de instituição social para o curso da vida, visto que o Estado redefiniu o espaço doméstico e social: os estágios da vida são definidos e separados e a fronteira entre eles, mais estritamente organizadas pela idade cronológica. Esta institucionalização

envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, além da organização do sistema produtivo, das instituições escolares, do mercado de consumo e das políticas públicas, que cada vez mais tem se restringido a grupos etários definidos. Nas palavras da autora:

A padronização da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice pode ser entendida como respostas a mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada em mercado de trabalho. Inversamente, pode ser dada ênfase ao papel do Estado moderno, que, no processo de transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública, seria, por excelência, a instituição que orienta o curso da vida. A regulamentação estatal do curso da vida está presente do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo que engloba as fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria (DEBERT, 2003, p. 59).

Assim fica claro que a categoria idade é um dado biológico manipulado e manipulável, conforme pontua Bourdieu (1983). Como construção social, as diferenças entre idades estão presentes em todas as sociedades e, conforme as demandas e os interesses políticos, as fronteiras entre as idades podem ser alargadas, sendo assim uma categoria fluida.

Para exemplificar esta afirmação e compreender o pressuposto de Bourdieu (1983), podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente² (ECA) que, inspirado pelo espírito de proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição Federal (CF), colocou a questão da criança e do adolescente no centro do ordenamento jurídico brasileiro. Destarte, observa-se o universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes do país. O documento considera criança, o sujeito até doze anos incompletos e adolescente quem tiver entre doze e dezoito anos de idade. Também estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público³ assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à

² Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências.

³ Assim como ocorre no Estatuto do Idoso, o documento em questão é claro em designar como dever da família, comunidade, sociedade e, só então o poder público, a efetivação dos direitos e acesso aos bens públicos. O Estado se coloca em quarta instância na ordem de cumprimento do dever. A obviedade do afastamento deste, consubstancia à família e sociedade o dever imediato com esse grupo social, da mesma forma como faz com os idosos.

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O que gostaríamos de destacar nessa análise sobre as idades, está relacionado ao fato de, a partir do ECA, ser proibido qualquer trabalho a menor de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz⁴. Não é objeto deste estudo considerar detalhadamente as demandas sociais que conduziram ao estabelecimento do ECA, todavia, este é um marco da manipulação que se faz da categoria idade, como propõe Bourdieu. Não obstante, o mesmo ocorre quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece o marco de idade para se considerar quem é idoso, com vistas às diferenças contextuais de países desenvolvidos e em desenvolvimento que determinam a diferença da demarcação etária, reiterada pelo Estatuto do Idoso no Brasil.

Poderíamos também citar a idade limitante da maioridade penal⁵ ou criminal no Brasil. Ao recorrermos ao histórico da inimputabilidade penal desde o Brasil Colônia, notamos que a idade variou de nove a dezoito anos, sendo a última o marco da maioridade na atualidade, desde que foi criado o Código Penal Brasileiro, em 1940. Além disto, há uma discussão sobre a redução da maioridade penal, que divide opiniões de especialistas de diversas áreas. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 171/1993⁶, de Benedito Domingos (PP/DF) que propõe a alteração da redação do artigo 228 da CF tornando imputável penal o maior de dezesseis anos. Segundo informações obtidas do *site*⁷ da câmara dos deputados federais, houve a aprovação do texto que altera a CF e a matéria foi para o Senado Federal no dia 19/08/2015 e está pronta para a votação em plenário⁸.

⁴ Considera-se aprendiz, o adolescente que passa pela a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da educação nacional. A Lei nº 10.097/2000 altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e estabelece diretrizes que regulamentam a aprendizagem.

⁵ O Código Penal Brasileiro foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

⁶ Ementa: Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Explicação da Ementa: Estabelece que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

⁷ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>, acessado em 28/09/2017, às 16h.

⁸ A PEC nº 171/1993 foi a primeira matéria que solicita a alteração da Constituição Federal no que diz respeito à redução da maioridade penal no Brasil. Contudo, não é a única. Tramitam em conjunto com esta as seguintes: PEC nº 21/2013, de autoria do Senador Álvaro Dias (à época PSDB/PR) e outros, apresenta a seguinte ementa: altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à

Com estes exemplos podemos notar que a institucionalização das fases da vida é completamente manipulada pelas necessidades criadas pelos próprios sujeitos que integram a sociedade, nas instâncias políticas. Ademais, torna a consciência e a demarcação do tempo onipresente, sem o qual não conseguiríamos regular a vida.

O estudo de Camarano, Mello e Kanso (2006) cujo título é “Do nascimento à morte: principais transições” mostrou que apesar das considerações para designar as fases da vida pode-se observar que, a despeito das mudanças no cenário social, econômico ou biológico, as principais fases da vida continuam as mesmas, assim como sua sequência e os eventos sociais e biológicos. Ocorre que junto com o prolongamento da vida, são evidenciados outros alongamentos como o tempo que se passa na escola, o período laboral e o pós-laboral. Nas palavras das autoras “[...] o curso da vida tem se colocado como um espaço para novas e inovadoras experiências, em oposição à ideia de que ele se constituía de passagens ritualizadas de uma etapa para outra” (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006, p. 58).

Estamos analisando as fases ou etapas da vida e, sem dúvidas, compreendemos que o tempo é marca da regulação. O referido estudo mostrou que as pessoas tendem a ficar mais tempo na escola, mais tempo na casa dos pais (uma característica da juventude nos dias atuais) o que prorroga o tempo para constituírem-se como adultos. O tempo sempre está balizando as ações humanas. Mas, o que é o tempo?

O termo vem do latim *tempus* que, segundo Houaiss (2015, p. 909) significa entre outras acepções: “1. Período contínuo e indefinido no qual os eventos se sucedem e criam no homem a noção de presente, passado e futuro; 2.

diminuição da maioridade penal de 18 (dezoito) anos para 15 (quinze) anos; PEC nº 33/2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e outros, apresenta a seguinte ementa: altera o art. 129 da Constituição Federal para dispor que são funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública e o incidente de desconsideração de inimizabilidade penal de menores de dezoito e maiores de dezesseis anos e altera o art. 228 da Constituição Federal para dispor que Lei Complementar estabelecerá os casos em que o Ministério Público poderá propor, nos procedimentos para a apuração de ato infracional praticado por menor de dezoito e maior de dezesseis anos, incidente de desconsideração da sua inimputabilidade; PEC nº 64/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e outros, apresenta a seguinte ementa: acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que nos casos de crime de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.

Oportunidade para a realização de algo; 3. Época em que determinados acontecimentos ocorrem”.

A definição dada ao verbete leva à compreensão de que se trata de duração e a passagem sensibiliza o ser humano. A objetividade do tempo a partir das datas, dos anos, das horas é considerada Cronos. A subjetividade da percepção dele é não linear, ambígua e compreende as possibilidades do contexto, da função social e das vivências de cada um. Este é o tempo Kairós (MERCADANTE; BRANDÃO, 2009). No entanto, é preciso considerar um como complemento do outro: as vivências e experiências que o sujeito tem ao longo de suas existências (kairós) são marcadas a partir dos anos vividos nas diversas fases da vida (cronos).

Segundo Elias (1998), a maioria das pessoas quase não consegue imaginar que sua própria percepção do tempo é um constructo social. É frequente os sujeitos sentirem uma necessidade quase irresistível de saber que horas são, pelo menos aproximadamente. Isto ocorre indiferente de qual seja o estado de pertencimento da pessoa, pois apesar de suas diferenças, encarnam um único e mesmo estágio de desenvolvimento que tem certos traços em comum: um deles é o tempo.

Destarte, podemos compreender que a criação desse símbolo se arraiga tanto à vida cotidiana que parece receber um estatuto natural, exterior ao homem e independente de sua experiência. Segundo Elias (1998), das diversas sociedades e suas formas de organização que se observa no percurso da história, a necessidade de determinação da posição dos eventos é inevitável já que a sucessão dos acontecimentos é constante.

No desenvolvimento de suas conjecturas sobre o processo civilizador, Elias (1990) considera que o comportamento dos adultos na Idade Média tinha mais espontaneidade, pois os controles não eram acentuados, o que não ocasionava culpa ou vergonha. A civilidade fez alargar o distanciamento entre os adultos e as crianças, marcando o tempo de cada uma dessas fases, diferenciando-as pelo grau de maturidade psicológica, direitos e deveres de cidadania. Ao comparar diferentes sociedades, Elias pontua que o tempo tem uma função coordenadora da experiência humana e critica fatores coercitivos que ele vai adquirindo.

Buscamos na sociologia e, mais especificamente, em Pierre Bourdieu (1930 – 2002) suporte e fundamentação para compreender as relações sociais com

o tempo, mas principalmente com o tempo de envelhecer e constituir-se como cidadão, embora idoso, apesar de estar fora do mundo produtivo. Neste sentido, abordaremos a seguir os principais conceitos por ele desenvolvidos.

2.2 ALGUNS CONCEITOS DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Bourdieu consolidou-se na sociologia por seus estudos ao observar os modos de vida e as relações sociais em distintos contextos. Construiu uma vasta obra traçando caminhos que desvelaram e descreveram as relações entre os agentes sociais de forma sutil e detalhada. Entrelaçou conceitos e desenvolveu uma teoria sociológica com bases sólidas, permitindo aos demais estudiosos utilizar-se de seus conceitos para a investigação em diversas realidades sociais. Além disso, consagrou parte de seu trabalho sobre reflexões da Sociologia como disciplina, além das expectativas que envolvem o ofício do sociólogo.

Segundo Nogueira e Nogueira (2016) é preciso considerar que a teoria constituída por Bourdieu esteja fechada e completa. Os autores pontuam que os conceitos que compreendem a teoria foram sendo construídos aos poucos ao longo do tempo. Desde o princípio, o sociólogo se interessa, a partir da observação e de pesquisas, a compreender:

[...] ordem social de uma maneira inovadora, que escape tanto do subjetivismo (tendência a ver essa ordem como um produto consciente e intencional da ação individual) quanto ao objetivismo (tendência a reificar a ordem social, tomando-a como uma realidade externa, transcendente em relação aos indivíduos, e de concebê-la como algo que determina de fora para dentro, de maneira inflexível, as ações individuais) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2016, p.19).

Nesta concepção, a construção sociológica consegue simultaneamente superar o reducionismo vinculado ao modo subjetivista e objetivista de observar o conhecimento, evitando que o olhar sociológico se restrinja ao plano da consciência prática e imediata dos sujeitos e às percepções, bem como não se atenha apenas ao plano mecânico de determinismos estruturais.

Bourdieu formou um conjunto de conceitos fundamentais, os quais, articulados, são empregados em diversas áreas do conhecimento e em diferentes sociedades, pois se trata de um “modelo universal” construído a partir da França (país que Bourdieu nasceu e pesquisou profundamente sobre ele), mas que se

valida em outras sociedades. Nas palavras do autor: “[...] ao apresentar o modelo de espaço social e de espaço simbólico que construí *a propósito* do caso particular da França, falarei sempre do Japão (como, falando alhures, falarei dos Estados Unidos ou da Alemanha)” (BOURDIEU, 2011, p. 13 – itálico do autor).

Neste estudo, optamos por nos apoiar em três conceitos de seu pensamento: *habitus*, campo e capital. Todavia, compreendemos que outros conceitos estão intrinsecamente ligados a estes, como a dominação e a violência simbólica.

Entendido como um sistema de disposições para a prática, segundo o autor, *habitus* é o fundamento objetivo de condutas regulares, e sendo as condutas regulares, as práticas podem ser previstas, pois faz com que os sujeitos apresentem comportamentos determinados frente a circunstâncias determinadas. Em outras palavras, trata-se de um senso prático que norteia um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão, além de estruturas cognitivas duradouras e esquemas de ação que levam o sujeito a percepção das situações e a respostas adequadas a elas (BOURDIEU, 2011).

Cada sujeito desenvolve um sistema ímpar de disposições para a ação, em virtude da posição que ocupa na estrutura social. Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 191), o *habitus* é um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

O *habitus* inclui tanto as representações individuais sobre si e sobre a realidade em que se vive como também o sistema de práticas em que o sujeito está inserido, observado em seus valores e crenças, suas aspirações e identificações. Pode ser visto como uma síntese dos estilos de vida e dos gostos pelos quais os agentes apreciam o mundo e se comportam nele (BOURDIEU, 2004).

Nogueira e Nogueira afirmam que *habitus* é a ponte entre as dimensões objetiva e subjetivas do mundo social, ou seja, entre a estrutura cognitiva adquirida e as ações de respostas aos eventos (mediação entre estrutura e prática). Sendo assim, o *habitus* está em consonância com a posição na estrutura social do indivíduo, pois é estabelecido, como mencionado, e interiorizado pelas percepções, vivências e experiências, o que constitui uma “matriz de percepções e apreciações”. Esta “matriz” orienta e estrutura suas ações em todas as situações subsequentes.

Como é construído de acordo com a própria subjetividade do sujeito, o *habitus* não é inflexível. Ao contrário, é possível afirmar que é um conjunto de disposições gerais que precisa ser adaptada a cada conjuntura específica.

Bourdieu (2011, p. 21) é claro ao explicar que:

Uma das funções do *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...]. O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (BOURDIEU, 2011, p. 21).

Ao estabelecer uma coerência entre a ação individual e as expectativas e formas de condutas do grupo, o *habitus* pode fazer com que o sujeito dê mais ênfase às oportunidades sociais cotidianas compartilhadas com os demais do que àquelas incomuns, individuais ou mesmo inusitadas. Bourdieu (1984) afirma que conforme as pessoas transitam entre diferentes grupos, ou campos, normalmente, incorporam novos comportamentos, formatando um conjunto de hábitos que acabam por consolidar um *habitus* individual.

O *habitus* pode ser verificado quando os idosos se matriculam nos cursos oferecidos pela UNATI e começam a frequentar os bancos escolares. Estes buscam interagir uns com os outros e com os demais alunos da universidade, frequentando as cantinas e os eventos no campus. Aos poucos estão frequentando as aulas e caminhando pelos espaços acadêmicos tão naturalmente quanto os demais alunos, têm orgulho de demonstrar que são alunos da universidade, lutam e a defendem em manifestações e atividades acadêmicas em prol da melhoria da mesma.

Estes espaços ou grupos pelos quais os indivíduos circulam e ocupam certas posições, em que um tipo de bem é produzido, consumido e classificado é o que o autor chama de campo. Destarte, o conceito de campo está configurado como espaço estruturado, com mecanismos e estruturas universais que se especificam em função de particularidades. Segundo Bourdieu (1984), “[...] a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta...”. A relação de força que se estabelece entre os agentes no interior dos campos sociais ocorre na formação intrínseca do mesmo. É na luta que o campo se estabelece: se não houver pessoas prontas para jogar, conhecedoras das leis que sustentam este jogo, ou seja, dotadas do *habitus*, o campo não se constitui

como tal. Tem-se, assim, o “senso do jogo”, um conhecimento prático de como lidar com os constrangimentos e oportunidades que estão diretamente ligadas à posição no espaço social.

A relação de força e a luta ocorrem pelo controle da produção, mas principalmente pelo direito dos indivíduos, de forma legítima, poderem classificar e hierarquizar os bens produzidos. O espaço social é o cenário da concorrência entre os dominantes e os pretendentes e marca o distanciamento social que separa os agentes (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2016).

Segundo Bourdieu, existe uma pluralidade de campos sociais como: campo artístico, campo acadêmico, campo jornalístico, campo político, campo religioso, campo esportivo. Há uma regularidade e uma estrutura que se repetem nos diferentes campos. Eles são marcados por ter relativamente autonomia, regras próprias, ao mesmo tempo em que sofrem influências externas, oriundas uns dos outros, tanto que uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de ecoar as pressões ou as demandas externas (BOURDIEU, 1984).

Sob esta ótica, o campo acadêmico ou científico é entendido como um espaço em que são desenvolvidos conhecimentos acerca das mais diversas áreas, o que ocorre por meio da pesquisa, disseminação do conhecimento a partir do ensino e da prática de projetos de extensão desenvolvidos nas instituições. Além disto, o campo acadêmico, embora não seja o único, tem como uma de suas funções o ensino para a formação dos profissionais. Nele, os professores e os alunos são os agentes que têm entre si interesses comuns e mantém uma cumplicidade objetiva que está subjacente ao campo e às disputas.

Em complemento, os subcampos devem ser entendidos como espaços disciplinares, como as UNATIs, que funcionam em escala reduzida, mas na mesma dinâmica do campo em que fazem parte. A UNATI localiza-se no interior da universidade, que está estabelecida como campo científico ou acadêmico. Aquela é, portanto, subcampo desta, e para ser conhecida e reconhecida tem sido necessário um longo percurso em que ocorreram ações e reações favoráveis e contrárias típicas de novos membros que buscam inserirem-se no campo.

Conforme Bourdieu (1984, p.122): “Os novos que entram têm de pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo [...] e no conhecimento (prático) dos princípios de funcionamento do jogo”.

Os conceitos construídos pelo autor, conforme pontuado anteriormente, estão entrelaçados e, completando a concepção de campo, é preciso compreender o que é, para Bourdieu, capital social. Na definição do autor:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Interreconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivadas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 2015, p. 75 – itálicos do autor).

A partir da compreensão de capital social, observamos que o mesmo não é independente de outros tipos de capital como o cultural (acúmulo de vivência em um determinado meio social específico), econômico (bens materiais) e o capital simbólico (prestígio ou boa reputação). Isto se dá pelo fato de haver trocas que estabelecem o inter-relacionamento entre as formas de se relacionar, de compreender a realidade em que se vive e a rede de ligações e investimento social consciente ou inconsciente na construção ou reprodução das relações sociais.

A quantidade e a forma de acumulação de capital são distintas entre os agentes, mas, quando entram em um campo, passam a conjugar ideias e atitudes. É a partir das igualdades entre os membros, dos valores comungados que são construídos as fronteiras e os limites do campo. Neste sentido, reforçamos que possuir características comuns passa a ser necessário para a permanência nesse grupo e no jogo (BOURDIEU, 2015).

É fundamental pontuar que a autoridade científica é uma espécie de capital, reconhecido na teoria de Bourdieu, que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo transformado em outras espécies. O capital científico é o resultado de lutas no interior do campo científico e se encontra objetivado nas universidades.

Nogueira e Nogueira (2016) afirmam que a ideia de Bourdieu é a de que os sujeitos possuem mais ou menos posições privilegiadas e distintas no campo em função do volume e da natureza dos recursos, ou capital acumulado. A principal variação está relacionada entre o capital econômico e o capital cultural, pois alguns agentes possuem mais um do que o outro, além de outros terem um pouco dos dois. O capital é sempre instrumento de acumulação, independente de qual seja. Além disto, cada campo social possui uma forma dominante de capital.

A posição que o indivíduo ocupa no campo e a posição que este ocupa no espaço social determinam as formas de conduta frente ao volume e aos tipos de capital (cultural, econômico, social e simbólico), no que tange a formulação de estratégias de ação mais seguras e rentáveis, portanto, menos arriscadas.

2.3 VELHICE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Bourdieu (1983), no texto *A Juventude é Apenas uma Palavra*, afirma que ela é apenas uma palavra e considera que a divisão por idades é uma criação arbitrária. Neste sentido, tanto a juventude quanto a velhice são conceitos construídos socialmente na luta entre esses dois agentes sociais: jovem e velho. Nas palavras do autor: “As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 152).

O sociólogo observa que há diferenças entre os jovens e os velhos quando estão mais ou menos distantes do centro de poder do campo. Além disto, afirma que as relações entre a idade biológica ou cronológica e a idade social são bastante complexas, uma vez que o comportamento dos jovens ou velhos oscila conforme as funções que ocupam e os papéis que desempenham no campo. Às vezes, embora jovens, as atitudes estão mais voltadas para atributos considerados de pessoas mais maduras. Em aditivo, sempre haverá o jovem e o velho em relação ao outro.

Bourdieu (1983) pontua que a manipulação das categorias de identidade envolve uma verdadeira luta política, marcada pela redefinição de poderes ligados

a grupos sociais distintos em variados momentos no ciclo da vida. Com isto, a velhice⁹, especificamente, é resultado de lutas entre grupos sociais, que apresentam relações de força em que cada geração luta pela distribuição de poder e privilégios entre os agentes. O poder e o prestígio no interior das classes sociais têm como referência a idade cronológica.

Neste sentido, categorias e grupos de idade implicam a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (DEBERT, 1999).

Philippe Ariès (2016), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, observa e elenca vários exemplos voltados para o estudo da construção social das categorias de idade. Segundo o autor, uma das primeiras coisas que ensinamos às crianças quando estas começam a falar é dizer o nome e a idade. Logo aprendem a dizer a exata data de nascimento, que vai ser lembrada a cada formulário preenchido ao longo da vida.

Destarte, a noção de idade é uma construção social à medida que foi ganhando importância para as pessoas ao longo do tempo. Nas palavras de Ariès:

Na Idade Média, o primeiro nome já fora considerado uma designação muito imprecisa, e foi necessário completá-lo por um sobrenome de família, muitas vezes um nome de lugar. Agora, tornou-se conveniente acrescentar uma nova precisão, de caráter numérico, a idade. O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de outro mundo, o da exatidão do número. Hoje, nossos hábitos de identidade civil estão ligados ao mesmo tempo a esses três mundos (ARIÈS, 2016, p. 2).

Segundo o autor, a inscrição da data de nascimento nos registros foi imposta aos padres da França por Francisco I, rei da França de 1515 a 1547. Houve resistência em fazer tal registro que à época parecia bastante abstrato. Apenas no século XVIII os párocos passaram a registrar a exatidão no registro civil, característica de um Estado moderno. Ariès (2016) afirma que a noção pessoal de idade deve ter se firmado como algo relevante quando os reformadores religiosos

⁹ Todavia isto ocorre com os demais períodos da vida, como a infância e a adolescência, por exemplo.

e civis a impuseram nos documentos, o que iniciou com os sujeitos mais instruídos da sociedade, isto é, aqueles que passavam pelos colégios.

A divisão entre as idades não estava tão visível, porque a vida era uma continuidade inevitável inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, de acordo com Ariès (2016). Poucas pessoas tinham o privilégio de passar por todas elas em épocas de grande mortalidade. Com isto, notamos que a periodização da vida implica em um emprego simbólico específico no processo biológico universal, que não está ausente na pesquisa histórica que trata sobre as mudanças ocorridas nas sociedades europeias, principalmente.

A sociedade moderna empreendeu, segundo Elias (2001), um movimento de retirar do espaço público os velhos e dirigi-los à esfera privada e ao mundo dos especialistas. Em nome da civilização e da racionalidade, a sociedade desenvolveu a relação consigo e com a prática da individualização em que os afetos foram controlados, os instintos, subjugados à cultura, a felicidade foi relacionada intimamente à satisfação e ao gozo perene do indivíduo. Destarte, aos velhos passou caber apenas a culpa por sua própria decadência e a alternativa do isolamento, sob os cuidados de instituições e especialistas, que os retiram do convívio social, pacificando a sensibilidade dos mais jovens.

Do ponto de vista demográfico, o envelhecimento é definido pelo número de anos vividos. Para a OMS, o indivíduo é considerado idoso a partir dos 65 anos de idade quando é residente em países desenvolvidos e a partir dos 60 anos para os que residem em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Esta diferença conceitual leva em conta fatores como diversidades econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais dos países, o que tem atuação direta na qualidade e na forma de vida dos indivíduos.

Na perspectiva biológica, o envelhecimento é um processo de transformações que são geneticamente determinadas para cada espécie e para cada indivíduo, que se nota na diminuição da plasticidade comportamental, no aumento da vulnerabilidade, em perdas evolutivas e consequente aumento da possibilidade da morte. Todavia, ao processo de evolução cronológica, deve-se considerar aspectos de natureza biopsíquica, social e econômica, relevantes no percurso biológico do ser humano (TEIXEIRA, 2008).

Compreendendo que o envelhecimento do corpo é afetado por influências sociais e fatores genéticos e que o envelhecimento não pode ser considerado um processo homogêneo. Assim, a questão que se coloca é: o que é ser velho hoje? O marco etário de 60 anos ou mais não parece uma definição suficientemente translúcida para abarcar a complexidade de tornar-se velho na sociedade capitalista contemporânea. Além disto, retomando Bourdieu (1983), a idade e o processo de envelhecimento possuem outras dimensões e significados que extrapolam a compreensão simplista da idade cronológica.

O surgimento da velhice está ligado ao processo de modernização das sociedades ocidentais. Focado em descrever o processo de civilização do ocidente europeu, Elias (2001) buscou demonstrar a evolução das relações do homem com o seu próprio corpo, com as suas necessidades e instintos fisiológicos, emocionais e a forma como esta evolução acarretou alterações nas relações entre indivíduos, condicionada pela evolução histórica da sociedade.

Neste sentido, observa o fato de aspectos intelectuais e de comportamentos sofrerem alterações históricas e atuarem sobre o modo de ser e de agir dos sujeitos. Tais alterações históricas que a sociedade ocidental se submeteu em seu processo de civilização calaram os aspectos naturais e biológicos da velhice, dando a esta fase da vida significados culturais que permitem aos indivíduos a elaboração de fantasias que mais atrapalham que auxiliam na construção de uma vida mais digna.

A solidão dos moribundos é uma obra em que se articulam reflexões sobre envelhecer e morrer. Com um tema nada convencional, no texto originário de uma conferência para médicos realizada em outubro de 1983, Elias (2001) mostra como a morte sempre esteve e estará presente nas relações humanas, como os velhos (moribundos, conforme o autor) e os que estão mais próximos deles passam por este momento, demonstrando que o processo de percebê-los, de viver e conviver com eles foi mudando ao longo do tempo.

A relação entre indivíduo e sociedade, que aparece no centro das reflexões de Elias, é construída pela configuração social, em uma rede de interdependências entre as pessoas e grupos. Acrescido a isto, as transformações históricas inerentes ao processo de civilização não só atingiram a periodização da vida, a diferenciação entre as suas etapas e a sensibilidade que passou a caracterizar cada uma delas,

como também ocasionaram a própria compreensão do curso da vida como uma instituição social relevante (DEBERT, 1999).

Simone de Beauvoir (1908-1986) contribuiu significativamente na compreensão sobre as ideias construídas a respeito da velhice na sociedade contemporânea. A autora apresenta dois sentidos distintos para a palavra velhice:

É uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É, para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio. O primeiro ponto de vista é a dos legisladores, dos moralistas; o segundo, o dos poetas; quase sempre, eles se opõem radicalmente um ao outro. [...] Os ideólogos [referindo-se aos primeiros] forjam concepções da velhice de acordo com os interesses de sua classe. (BEAUVOIR, 1990, p. 109).

As representações sociais sobre a velhice, ao longo da história, indicam os níveis de relações entre idosos e os interesses dessa coletividade no que se refere ao seu destino. Significa afirmar, segundo Beauvoir, que:

É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívoco a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins (BEAUVOIR, 1990, p. 108).

Nas reflexões feitas, a autora considerou a exclusão dos idosos na sociedade, denunciando a condição de abandono da velhice pela sociedade em geral. O paradigma que a autora buscou quebrar está relacionado à conspiração de silêncio em torno dessa população. Um silêncio social em torno da velhice configurado no abandono e no descaso. Aos velhos, o refugio. Essa era uma das faces da velhice, estigmatizada e indesejável: objeto de obras de caridade, confinada em asilos ou na solidão do desamparo familiar e social e preterida no âmbito das políticas públicas. Uma inquietação: ainda não é assim nos dias de hoje?

Grandes são as mudanças externas que transmutam o corpo físico com o processo de envelhecimento que, na maioria das vezes, não é bem aceito ou notado. A pele torna-se vincada e o cabelo esbranquiçado, a visão não é mais tão apurada, os dentes já não são capazes de esboçar um sorriso que outrora brilhava e a postura corporal que, por anos foi vertical e vigorosa, se apresenta de maneira frágil, curvada sobre os próprios ombros, como se carregasse o peso das experiências vividas.

Ao recorrer à literatura, mais especificamente às poesias, conforme temos feito ao longo deste trabalho, o poema *Retrato*, de Cecília Meireles (1994), traz uma imagem delicada e ao mesmo tempo forte sobre as transformações do corpo e da mente no envelhecimento:

RETRATO

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro
nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança, tão
simples, tão certa, tão fácil: —
em que espelho ficou perdida
a minha face? (MEIRELES, 1994)

O eu-lírico do poema descreve, melancolicamente, seu próprio rosto, que não mais reconhece como sendo o seu, mostrando as transformações do corpo e do íntimo com a transitoriedade da vida. Há, assim, uma comparação entre o que a pessoa era no passado e como está no momento presente quando se observa. Os substantivos acompanhados dos adjetivos [rosto] calmo, triste, magro, [olhos] vazios, [lábio] amargo, [mãos] paradas, frias e mortas caracterizam como o processo da passagem do tempo age sobre o corpo físico, dando noção da gradação evolutiva da mudança. Estes adjetivos traduzem, pelo próprio eu lírico, o que se vê no momento da velhice e podem ser contraditos por alguns outros que representam a juventude e a jovialidade, como: arrojado e inquieto [rosto], alegre e entusiasmado, forte e nutrido, plenos e abundantes [olhos], doce e simpático [lábio], dinâmicas e ativas, afetivas e calorosas, animadas e vivas [mãos].

Um *lábio amargo* e um *coração que não se mostra* são características de uma pessoa que não sorri, cujos lábios estão cerrados em um só, que não se encanta e emociona com os acontecimentos da vida, que não tem muitas escolhas e participação social, a quem restam as memórias, a solidão e o aposento.

Nos versos *Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil*, o eu-lírico expressa a constatação de quem olha para trás e confere que o tempo é sutil, embora rigoroso. Os dias passam. O tempo passa. Do nascimento à velhice

nota-se a fugacidade do tempo e, quando menos se espera, a vida passou. Os versos *Em que espelho ficou perdida/a minha face?* mostra exatamente a não percepção do transcorrer do tempo pelo eu lírico.

Em tom melancólico, mas não desesperador, o eu-lírico descreve esta mudança como algo comum e que se tem que aceitar, pois é a condição natural da vida humana. A indagação dos últimos versos pretende saber em qual momento o entusiasmo se perdeu. Metaforicamente, *espelho* poderia ser lido como *lugar, circunstância; face* como *vida, infância, juventude*. Não se trata de uma negação da forma como o eu-lírico se vê no momento presente, mas, como pontuado anteriormente, uma constatação reflexiva sobre a existência humana e sua fugacidade de maneira filosófica, mas simples.

Beauvoir (1990) elenca inúmeras mudanças e transformações biofisiológicas em que o corpo humano é submetido quando envelhece. Dentre elas, podemos enfatizar: redução da capacidade de regeneração celular, os cabelos embranquecem e tornam-se mais ralos, a pele se enrugam em consequência da desidratação e da perda da elasticidade, o rosto se altera com o surgimento de bolsas sob os olhos e também pela perda dos dentes, que provoca um encurtamento da parte inferior do rosto e o alongamento do nariz, além dos órgãos do sentido perderem a primitiva acuidade.

Todavia, as alterações e vicissitudes vão para além das mutações físicas. É preciso reconhecer que por trás da aparência, as experiências vividas são resultado de realizações e crescimento pessoal profundos, que deixam suas marcas. Muitos idosos carregam memórias de uma vida de trabalho, seja em casa, cuidando dos filhos e marido, seja do trabalho árduo e pesado sob o sol nas roças próprias ou de outros, seja como funcionário ou funcionária de estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços. Seria impossível listar todos os tipos de trabalhos, correríamos o risco de não considerar um ou outro. O que importa é destacar que, independente da forma ou do tipo de ocupação ou trabalho que a pessoa idosa de hoje teve em seus anos “produtivos”, sendo trabalho mais ou menos pesado, estando esta pessoa inserida em uma família mais ou menos abastada do ponto de vista do capital cultural, econômico ou linguístico, os anos passados e vividos por eles acumularam dificuldades e faltas (a tecnologia que hoje desfrutamos) que não se apresentam hoje.

O saber ou capital cultural acumulado das pessoas mais velhas e as dificuldades enfrentadas deixaram de ser considerados pelos mais novos como uma reserva valiosa de sabedoria, passando a ser visto como algo desatualizado, obsoleto.

Segundo Whitaker (2007), com a modernização¹⁰ (industrialização) do país (ou com o processo civilizador, conforme Elias) muitos problemas graves que assolavam a população como a proliferação de doenças, a alto índice de analfabetismo, subempregos e baixos salários minimizaram, mas não foram erradicados. Aliás, algumas mazelas foram acrescidas como a violência urbana.

A autora elenca algumas transformações estruturais que levaram as mudanças na organização das famílias e da sociedade: a industrialização e a urbanização do país; a chegada de grandes corporações internacionais que espremeram os pequenos negociantes na competição impossível de enfrentar; as mulheres e jovens que foram para o mundo do trabalho fora no âmbito familiar; o encolhimento das famílias com a diminuição de filhos (pois na sociedade instalada pelo industrialismo, filhos saem caro). Acrescemos a estas transformações o aparecimento do operariado de forma geral; o desenvolvimento da ciência em várias áreas, principalmente no tocante à medicina (com a cura de doenças infecciosas); o êxodo rural, o aumento da população e o alargamento da perspectiva de vida; além da individualização dos processos e a competitividade que se estendeu dos negócios para o relacionamento entre as pessoas.

A família era uma instituição a zelar, embora bastante repressora. O clã familiar era dominado pelos velhos que governavam os negócios ou mantinham a ordem das coisas, pois representavam autoridade (para o bem ou para o mal). A relação entre pais e filhos se reproduzia em quase todas as famílias e os cuidados com os idosos era obrigação sagrada dos filhos, genros e noras. Nas palavras da autora: “Tudo era muito diferente dos padrões de hoje – e não vou dizer que era melhor. Mas, certamente, seriam tempos melhores para os idosos doentes, especialmente se fossem pobres” (WHITAKER, 2007, p. 56).

Obviamente, o padrão era seguido na sociedade como um todo, mas também havia os que colocavam os pais em asilos¹¹. Todavia esta atitude era tida

¹⁰ Referimo-nos aos anos de 1940-1950, conforme a própria autora menciona.

¹¹ A história dos asilos, atualmente chamados de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), pode ser recuperada a partir da Grécia Antiga, segundo Christophe e Camarano (2010). Há

como imoral, censurado por todos, e observado como crueldade e abandono, apesar de toda arbitrariedade e vassalagem consentida ou não pelos mais jovens. Nesta estrutura social, o idoso tinha muito poder. A base da sociedade e da economia estava centrada no campo doméstico e, a partir das mudanças estruturais já mencionadas, passou a ser o mercado de trabalho, como campo, a base.

O envelhecimento não era tema de debate e as pessoas não tinham que se manter felizes, além de ler livros de autoajuda sobre como envelhecer bem e parecer joviais até o fim de seus dias. Segundo Whitaker:

Com a proximidade do envelhecimento, o cidadão precisa, portanto ler muitos livros de autoajuda, frequentar grupos de terceira idade para manter-se bem-humorado, alegre e feliz. [...] As pessoas envelheciam como decidiam que queriam envelhecer e, se alguns optavam pelo mau humor, isso não gerava catástrofes familiares. Afinal, a família rezava unida e os idosos eram venerados pelo simples fato de serem idosos (WHITAKER, 2007, p. 60).

No mesmo sentido, Elias (2001) atribui ao processo civilizador mudanças advindas dos avanços das sociedades, principalmente os proporcionados pela ciência médica, como já mencionamos. Nascer e morrer eram momentos públicos, sociáveis, comuns a todos nas sociedades de séculos passados. Nas sociedades pré-industriais, a produção da vida girava em torno do cultivo da terra e da criação de animais, e o cuidado com os idosos ficava restrito ao âmbito familiar até o fim. Já nas sociedades industrializadas, estes sujeitos passaram a ficar mais isolados das famílias e círculos de amigos, principalmente a partir da criação de instituições de cuidados e proteção as pessoas idosas (ELIAS, 2001).

indicações de que o primeiro asilo foi fundado pelo papa Pelágio II (520-590), que transformou sua própria casa em hospital para idosos. No século X, na Inglaterra, casas destinadas à caridade em geral e que serviam de abrigo para idosos desamparados e pessoas necessitadas eram construídas junto aos mosteiros. Estas eram mantidas com recursos dos mosteiros e de doações. Ao longo dos séculos XIV e XV, na Alemanha e na Holanda, instituições de caridade surgiram para cuidar dos desfavorecidos. No século XVI, também na Europa, surgiram abrigos de responsabilidade dos governos para estabelecer a ordem social. Eram atendidos os pobres, mendigos, órfãos, loucos e idosos, pessoas excluídas da sociedade. No século XVIII, as instituições de caridade passaram a se especializar, dividindo os atendidos: crianças em orfanato, loucos em hospício e idosos em asilos. Apenas a partir do século XIX é que foram criados, na Europa, asilos com capacidade para atender um número elevado de idosos. No Brasil, o primeiro asilo foi criado no Rio de Janeiro, em 1782, pela Ordem 3ª da Imaculada Conceição e tinha capacidade para 30 leitos. Outras instituições foram fundadas com o intuito de abrigar e dar cuidados assistenciais aos velhos que não podiam contar com o apoio da família (CHRISTOPHE; CAMARANO, 2010).

O poder estava no fato de ter anos a mais na vivência e experiência impressa na pele. Anos a mais que levam à aposentadoria. Esta é caracterizada pela saída do mundo do trabalho e a entrada no mundo doméstico. Em outras palavras: pela saída do mundo produtivo e instituído de poder para a passagem ao mundo em que o poder está nas mãos de outros, isto é, a desvalorização da velhice e a perda do poder. Estabelece-se então um paradoxo: o país “jovem” era tradicional e precisava ser modernizado. O país “moderno” está envelhecendo. Para superar este paradoxo é preciso compreender que o jovem é o futuro idoso, na medida em que o idoso tem em si a criança e o jovem.

2.4 DO VELHO À PESSOA IDOSA

A reflexão até aqui produzida observou que a velhice é uma construção social, heterogênea e particular que atinge a todos aqueles que não têm a vida interrompida em alguma outra fase. Além disso, afeta as pessoas de classes sociais diferentes em intensidades e formas também diferentes. As relações de poder, hierarquia e desigualdade consubstanciam o processo de envelhecimento nas mais diferentes formas. Isto nos permite afirmar que existem “velhices”. Tomando estas prerrogativas como referência da análise empreendida, a noção de *pessoa idosa* representa a forma que a sociedade contemporânea define o que é aceitável em ser velho.

Entretanto, outros termos são encontrados facilmente no cotidiano para designar genericamente a pessoa idosa: melhor idade, boa idade, idade da sabedoria, idade de outro, maturidade, terceira idade, jovem a mais tempo, longevidade, idade das dores, idade da farmácia, aposentado, vovô, vovó, etc. Várias são as formas de designar as pessoas acima de 60 anos de idade. Nossa análise nos leva a enfatizar que, para além dos termos, precisamos considerar a pessoa idosa como sujeito social, portador de direitos, portanto.

A busca pela juventude estendida por mais tempo está relacionada ao fato de que a velhice, quase sempre, é associada à situação de pobreza, à ideia de solidão e de marginalidade, à aposentadoria precária ou desemprego, a doenças, à dependência e ao trabalho ilegítimo. No contexto das transformações físicas operadas pelo envelhecimento, as mulheres, mesmo as que ainda não entraram na

vida adulta, são convocadas a uma verdadeira batalha em que o avanço da idade é o principal inimigo e que vários tipos de procedimentos podem ser capazes de evitar ou atrasar os sinais do envelhecimento (DEBERT, 1999).

Segundo Elias (2001), os avanços científicos e tecnológicos atuais que têm permitido o prolongamento da vida e a possibilidade de terceirizar os cuidados com os velhos, são as formas mais comuns para encobrir o processo de envelhecer e morrer. Nunca na história da humanidade os métodos mais ou menos científicos de prolongar a vida foram discutidos de maneira tão incessante em toda a sociedade como em nossos dias. O sonho, o elixir da vida e da fonte da juventude é muito antigo, mas só assumiu uma forma científica – ou pseudocientífica – nos dias atuais. A constatação que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com a ajuda da medicina e da previdência, e da esperança que talvez isso funcione (ELIAS, 2001).

Todavia, a preocupação pela juventude prolongada não é um tema exclusivo das pessoas da sociedade contemporânea. É preciso destacar que Beauvoir (1990) ressalta que a busca do rejuvenescimento foi um tema recorrente na Idade Média, assim como na Idade Antiga. O sonho da vida eterna era incompleto sem a garantia de que o corpo permaneceria jovem, condição primordial para que a longevidade fosse suportável. A velhice foi constantemente representada como o inverno da vida, em que as restrições impostas pela degradação do corpo eram vistas como incapacitantes e inférteis.

Para além do senso comum, segundo Moragas (2010) o mito da imortalidade motiva também trabalhos científicos, se não de fato para garanti-la, assume uma busca em prolongar os anos e a qualidade da vida presente. O autor pontua que os esforços de estudos da biologia molecular, da endocrinologia, da neurologia, dos transplantes de órgãos são formas do esforço científico com este intuito.

O prolongamento da vida, do ponto de vista biológico, origina um fato populacional positivo: um maior número de pessoas sobrevive em virtude das melhorias conseguidas na alimentação, na saúde e no nível de vida contemporâneos. Hoje, atingem-se idades que, anteriormente, eram somente patrimônio dos mais fortes biologicamente e com melhores oportunidades de vida (MORAGAS, 2010, p. 52).

A noção de velhice como etapa diferenciada da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX, conforme já mencionado. Várias mudanças

específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice.

Silva (2008) afirma que entre os fatores fundamentais e determinantes, evidenciaram-se a formação de novos saberes médicos sobre o corpo envelhecido (o que favoreceu o fortalecimento da geriatria e o surgimento da gerontologia) e a institucionalização das aposentadorias.

A criação das aposentadorias e institucionalização das mesmas faz parte da história de um conjunto de transformações que sucederam no desenvolvimento capitalista, instalando a relação entre fim do trabalho assalariado com a última etapa da vida. Fruto do processo de industrialização, a criação de pensões foi uma resposta às modificações e aos problemas surgidos ao longo dos séculos XIX e XX (DEBERT, 1999).

Este fato acarretou, segundo Derbert (1999), um novo mercado: o mercado da previdência, isto é, agências financiadoras poderosas que começaram a ditar as regras e os ritmos dos mercados financeiros. A partir daí cresce o entendimento da velhice como categoria etária diferenciada e, posteriormente, surge a definição “terceira idade”.

De acordo com Silva (2008, p. 160), “[...] os sistemas de aposentadoria surgiram [...] no cenário francês desde a segunda metade do século XIX e que diziam respeito à contenção do ‘perigo social’ representado pela massa de trabalhadores”. Neste sentido, a política francesa criou os sistemas de seguro e aposentadoria para controlar o que era um grande problema social da época¹². A partir deste novo cenário que institucionalizou tais sistemas, houve, por consequência, a criação de agentes especializados na gestão da velhice, conferindo a eles a transferência da responsabilidade que até então era exclusiva das famílias e, portanto, a consolidação da velhice como categoria.

Ressaltamos, conforme cita Debert (1999), que uma consequência deste processo foi a associação inequívoca entre velhice e invalidez. Reiteramos que quando se caracteriza o sujeito como aposentado, estabelece-se que sua capacidade e a posição no trabalho delimitam muito sua identidade, pois ser

¹² Peixoto (1998) destaca que, no caso da França, a responsabilidade do Estado no cuidado à velhice foi parte do processo de organização pós-revolução, no qual o Estado assumiu diversas funções que até então cabiam apenas ao grupo familiar.

aposentado é ser inválido e incapaz (para o trabalho). Inicia-se, então, a conexão entre velhice e incapacidade; um mito a ser quebrado.

Lima (2014) tece uma análise evidenciando que os sujeitos com idade para aposentar, mesmo com força física e vigor para permanecer no posto de trabalho, são conduzidos, forçosamente, para a saída pela porta da aposentadoria. Em contrapartida, este processo constituiu uma força para a consolidação do regulamento do direito à aposentadoria, o que acarretou posicionamentos em prol do bem-estar no envelhecimento, até então inexistentes para as políticas públicas.

Para Strucchi (2003), a aposentadoria é consentida pela saída do mundo produtivo e entrada no mundo doméstico que, em outras palavras, sugere a saída de um mundo de poder para a entrada em um mundo em que o poder está nas mãos de outros.

Neste contexto, o sujeito aposentado, incapaz para o mundo trabalho, passa a ser um sujeito de direito e privilégios sociais legítimos, atores políticos, reconhecido como categoria que constitui novos mercados de consumo. A lógica capitalista se incorpora desta realidade. Debert (1999, p. 68) afirma: “A constituição do envelhecimento em um novo mercado de consumo sugere, por um lado, que o corpo é pura plasticidade e que é dever de todos manterem-se jovens”.

A universalização dos sistemas de aposentadoria incidiu sobre a estrutura das empresas privadas, das famílias e, sobretudo, do Estado, que passou a se responsabilizar por um contingente muito maior de sujeitos. Quanto mais aumenta o número de aposentados, aumenta também a força política do campo. Como categoria, os atores sociais estabelecidos começaram a ganhar espaço na garantia de direitos e maior independência material, o que, como consequência, levou a uma maior mobilidade para transitar-nos diferentes espaços sociais. “Nos anos 60 [1960], essa conjuntura torna o campo político e social propício ao aparecimento do movimento da Terceira Idade” (LIMA, 2014, p. 36).

Assim as décadas de 1960 e 1970 são marcantes para a história da velhice quando esta adquire visibilidade social, tendo em vista a nova forma de compreendê-la, o que acabou gerando uma intensa modificação dos valores. Antes entendida apenas como declínio físico e perda da força produtiva, bem como fase da vida em que a solidão e o aposento seriam a consequência, a velhice passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta

na juventude, possibilidade de criação de novos hábitos, hobbies e habilidades, além do cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família.

Este mercado voltado para a terceira idade começa a redesenhar a velhice, estabelecendo novos desejos e aspirações para os indivíduos idosos e para aqueles que ainda não chegaram aos 60 anos também. Segundo Strucchi (2003, p. 42): “[...] definida a terceira idade como a idade do lazer, em sua esteira concebeu-se a ideia de aposentadoria viva, a partir da imagem de que a vida começa aos 60 anos”.

Neste ponto é preciso analisar que o mercado de consumo que se criou para a terceira idade, está disponível para os idosos que possuem capital cultural e econômico suficiente para acessá-los. É razoável considerar que os sujeitos idosos cujas condições financeiras são parcas para as necessidades mínimas como moradia, alimentação e saúde (os quais, muitas vezes, sustentam a família com a pequena pensão ou aposentadoria), não estão no campo dos aposentados para os quais as possibilidades de consumo se mostram fartas, em seus mais variados setores.

Em um país como o Brasil, em que a distribuição de renda é tão desigual e que o desemprego é uma realidade que assusta muitos cidadãos, ter um aposentado como integrante da família, pode ser a salvação de muitas delas.

Debert (2003) esclarece que com esta concepção no contexto do envelhecimento, um novo vocabulário surge, o qual se contrapõe aos termos usados até então. Neste sentido começa-se usar *terceira idade* em detrimento de *velhice*, *idoso* ao invés de *velho* e *aposentadoria ativa* para o que antes era *aposentadoria passiva*. Somado a esta nova forma de se dirigir aos mais velhos, nota-se também: nova juventude e idade do lazer.

O discurso sobre a terceira idade, assim, não acompanha simplesmente processos de mudanças objetivas. Pelo contrário, deve ser entendido como parte constitutiva dessas mudanças. Ele contribui para acelerar e direcionar processos, na medida em que opera reclassificações que são constitutivas das formas de gestão do envelhecimento (DEBERT, 2003, p. 64).

Segundo Peixoto (2003), a partir da década de 1960, inicia uma preocupação com o termo *velho*, que começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, passando a constar a palavra *idoso*. O termo *terceira idade* estabiliza e

legítima a nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeita os aposentados. Parece claro a contribuição decisiva dessa nova denominação para criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice.

Entendemos, portanto, que assim como as categorias de idade foram sendo criadas socialmente pela necessidade de cada época, o envelhecimento ganha novo status a partir da concepção da *terceira idade*. Trata-se de uma construção social, dada na sociedade capitalista, com todas as suas características de consumo e de elaboração de novas demandas. Esse discurso construído a partir do “novo velho”, o idoso, representa uma forma de buscar a jovialidade, mas atrai algumas dificuldades. Faz-se pertinente analisar que é imposto pelo aparato mercadológico que o sujeito velho não se reconheça como tal. Este fato faz com que o processo de envelhecimento e a morte sejam vistos como algo que deve ser escondido do cenário público, conforme Lima (2014, p. 38 - grifo do autor), “[...] para não perturbar a *estética padrão* concebida pela indústria cultural que divulga o ideal do hedonismo e da assepsia”.

Analisar e discutir a dificuldade do ser humano em enfrentar a finitude da vida e como uma sociedade comporta-se diante da morte, bem como os dilemas vividos para encará-la, as atitudes com relação aos outros e a si mesmo são objetivos que estão presentes no texto “A solidão dos moribundos”, de Elias (2001). Nele, o autor observa: “[...] na verdade, não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos” (ELIAS, 2001, p. 11). Assim, é a consciência da morte e a decadência biológica que faz com que problemas surjam nesta relação.

Jamais anteriormente morreram tantas pessoas de uma maneira tão pouco ruidosa e tão higiênica como hoje em dia. Os sentimentos dos moribundos (pessoas prestes a morrer) causam constrangimentos e, segundo o autor, uma das características marcantes da sociedade moderna está na individualização e a tendência ao isolamento. Este fato leva ao comportamento e ao sentimento de vergonha, repugnância e embaraço em relação ao envelhecimento e à morte.

O idoso é o velho ideal. A ele é dada a responsabilidade individual de manter-se saudável e ativo no processo de envelhecimento. Segundo Lima (2014, p. 43 – grifos do autor):

A Terceira Idade busca assumir o estatuto de um mundo ativo, no qual se consiga *prazer e ação, lazer e cidadania*. Busca-se, pois, uma nova dinamização da vida, dentro de um *campo social* no qual a medida não é em absoluto a *produção*, nos termos do capitalismo.

Compreendemos, portanto, que a terceira idade instaura um novo ideal de vida, tornando-se um campo social, cujo eixo está vinculado à participação social ativa, em uma busca pelo bem-estar individual, o que acarreta uma nova forma de encarar as demais fases da vida, que buscam sempre a jovialidade. As novas imagens do envelhecimento são, neste contexto, expressão de um momento marcado por mudanças tanto econômicas quanto culturais que reorientam a construção de identidades.

Iniciei as reflexões deste capítulo com um poema de Mário Quintana, intitulado *O que o tempo não levou e quero a ele voltar*. Não para concluir as análises aqui empreendidas, mas para observar que o poeta considera coisas leves como a música, o carinho e o cheiro o que realmente faz sentido na passagem do vento, do tempo, da vida. Fazem sentido porque ficam preservadas na memória de quem as sentiu, portanto ficam vivas. Fazem sentido porque estimulam emoções e sensações agradáveis e fixam-se. A pessoa envelhecida está repleta de memórias agradáveis e/ou nem tanto. Tudo dependerá de como foi sua vivência percorrida nos anos vividos e nas teias estampadas na face. Talvez este seja o único poder não lhe é retirado: o poder de recuperar as lembranças, as marcas de um tempo que não volta.

É preciso considerar que quando as recordações, os saberes criados pelos velhos são rompidos ou não são valorizados, toda a vivência também deixa de existir. Os seres humanos são dotados de sentimentos e o controle das emoções são características evolutivas que mudam conforme cada estágio da sociedade. Todavia, não percamos a capacidade de nos emocionar e deixar vivo em nós sensações, sentimentos, emoções, o que de fato vale a pena nesta existência.

2.5 ALGUNS DADOS SOBRE O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Compreender o que está por trás da categoria idade e notar, como afirma Bourdieu (1983), que este é um dado manipulado e manipulável, nos faz perceber como as informações estatísticas são relevantes para vários aspectos sociais e como tais informações balizam e justificam, por exemplo, programas, projetos e

políticas. Assim, recorreremos aos dados estatísticos pertinentes ao envelhecimento da população, os quais serão descritos a seguir com o intuito de fundamentar e consubstanciar o olhar cuidadoso que deve estar voltado à pessoa idosa na contemporaneidade.

Em 2015, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas, 2015), viviam no mundo 901 milhões de indivíduos com idade de 60 anos ou mais. A previsão é que este número deve aumentar para 1,4 bilhão em 2030 e para 2,1 bilhões em 2050. Embora tenha sido estimado o aumento significativo do número de idosos em todos os países entre 2015 e 2030, este crescimento deve ser maior nas regiões em desenvolvimento.

Para os próximos quinze anos, é esperado que o número de pessoas idosas cresça mais rapidamente na América Latina e no Caribe, com um aumento projetado de 71% da população de 60 anos ou mais, seguido pela Ásia (66%), África (64%), Oceania (47%), América do Norte (41%) e Europa (23%) (ONU, 2015, p. 1 – tradução da pesquisadora).

A partir da análise dos números (também apresentados na tabela 1) é possível verificar que a diferença de cada região do mundo, especificamente cada país, na vivência do processo de envelhecimento ocorre de forma particular e específica, de acordo com as condições sentidas e vividas de cada um deles. Esta diferença que ocorre pelas condições de vida das pessoas que são balizadas principalmente por políticas públicas e ações do Estado nas mais diferentes áreas da sociedade.

Tabela1: Número e Distribuição de Pessoas de 60 anos de idade ou mais por região, 2015 e 2030.

	Pessoas com 60 anos ou mais em 2015 (milhões)		Pessoas com 60 anos ou mais em 2030 (milhões)		Variação percentual entre 2015 e 2030	Distribuição das pessoas velhas em 2015 (%)	Distribuição das pessoas velhas em 2030 (%)
Mundo	900,9	1402,4			55,7	100,0	100,0
África	64,4	105,4			63,5	7,2	7,5
Ásia	508,0	844,5			66,5	56,4	60,2
Europa	176,5	217,2			23,1	19,6	15,5
América do Norte	74,6	104,8			40,5	8,3	7,5
América Latina e Caribe	70,9	121,0			70,6	7,9	8,6
Oceania	6,5	9,6			47,4	0,7	0,7

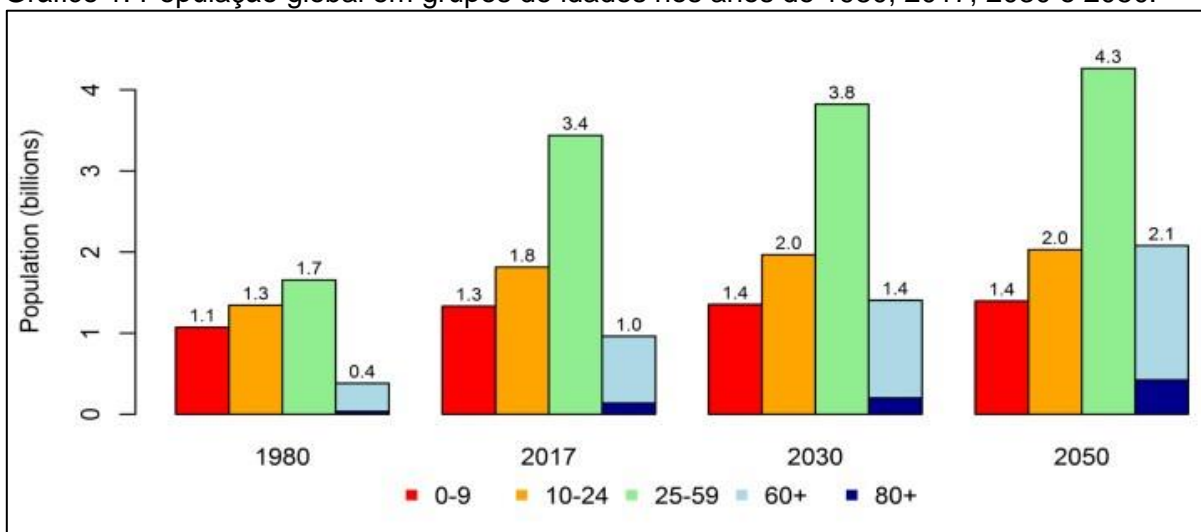
Fonte: United Nations. World Population Aging. Highlights. 2015 – Tradução da pesquisadora.

Globalmente, o número de pessoas idosas está crescendo mais rapidamente do que o número de grupos de outras idades. Em 2015, uma em cada oito pessoas tinha 60 anos ou mais. A expectativa é que em 2030, esse número passe para uma em seis. O aumento da população idosa ocorre por dois fatores principais: redução da fertilidade (maior controle acarretado pelos avanços da área farmacológica) e aspectos na saúde como tratamentos que minimizaram doenças consideradas mais graves e controle maior de epidemias, o que corroboram para a longevidade. A maioria das crianças que nascem hoje em dia tem expectativa de vida de 80 anos (ONU, 2015).

Segundo os dados da ONU (2017), em 1980 o número de crianças de 0 a 9 anos era superior ao número de pessoas de 60 anos ou mais (1.1 bilhão para 400 milhões, respectivamente). Todavia em 2030 a expectativa é que o número de pessoas idosas supere o número da população com menos de 10 anos de idade (1.41 bilhão para 1.35 bilhão, respectivamente). Ocorre que as projeções indicam que no ano de 2050 haverá mais pessoas idosas do que pessoas com a faixa etária entre 10 e 24 anos de idade, o que corresponderia a 2,1 bilhões para 2,0 bilhões. Além disto, o número de pessoas com idade mais avançada também será maior, pois as projeções afirmam que a população global dos indivíduos com 80 anos ou

mais triplicará entre 2017 e 2050: o número passará de 137 milhões para 425 milhões de pessoas (como demonstra a gráfico 1).

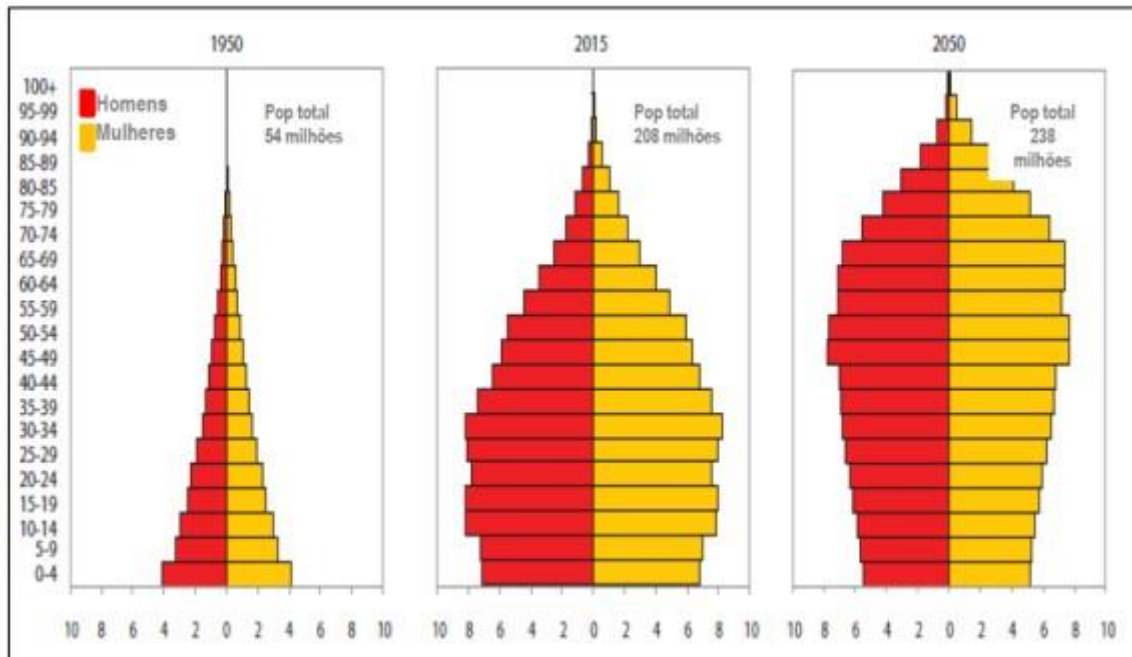
Gráfico 1: População global em grupos de idades nos anos de 1980, 2017, 2030 e 2050.



Fonte: ONU. World Population Aging. Highlights. 2017.

No Brasil, a população idosa representava 11,7% da população geral no ano de 2010. A expectativa é que este percentual aumente para 18,8% em 2030 e para 29,3% em 2050. O gráfico 2 apresenta as pirâmides populacionais brasileiras e traduzem a informação do aumento do número de idosos no país, mostrando o período de 1950 a 2050. Observa-se a continuidade da mudança na estrutura etária, com o alargamento do topo da pirâmide e o estreitamento de sua base, ocorrendo a manutenção do envelhecimento da população.

Gráfico 2: Pirâmides Etárias do Brasil 1950, 2015 e 2050.



Fonte: United Nations. World Population Aging. Highlights. 2015.

O acelerado processo de envelhecimento populacional ocorrido no Brasil nas últimas décadas se deu em um contexto de grandes mudanças sociais e econômicas¹³. O país que já foi considerado um país de jovens, hoje é cada vez mais grisalho, o que fica evidente quando visualizado no gráfico 2.

Segundo Camarano, Kanso e Mello (2004), a mortalidade entre a população idosa que tem sido reduzida em todo o mundo, acompanha o prognóstico comum entre os especialistas em gerontologia sobre a diminuição das mortes prematuras, bem como a emergência de um padrão de morte natural ao fim do período de vida. O que, em outras palavras, significa que se estima uma continuação nos ganhos da esperança de vida e uma redução da morbidade.

¹³ Devemos considerar que tais mudanças sociais e econômicas mencionadas estão relacionadas às más condições sanitárias, que gradativamente foi se modificando e ampliando as condições de acesso da população à saúde e saneamento básico, por exemplo. Desta forma, a queda nos índices de mortalidade foi uma importante alteração de ganho demográfico para o Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), até meados de 1940, os níveis de mortalidade eram altíssimos, principalmente nos grupos de até 4 anos de idade. Nesta época, mais de 60% da população vivia em áreas consideradas rurais, com saneamento precário e o acesso à saúde mais trabalhoso. O índice era tão elevado de que somente se encontravam taxas de mortalidade maiores para idades superiores aos 60 anos. Houve um intercâmbio bastante significativo entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos após o fim da Segunda Guerra, de forma que todos os progressos em termos de programas de melhorias nas condições sanitárias, saneamento básico, distribuição de medicamentos, aperfeiçoamento de vacinas e outros meios de medicina preventiva que os países desenvolvidos já tinham alcançado, foram aplicados nas regiões menos desenvolvidas, dando início ao declínio da mortalidade (IBGE, 2017).

Fazendo a análise dos dados sobre o processo de envelhecimento e os benefícios do aumento da expectativa de vida, não poderíamos deixar de questionar: em que condições de qualidade de vida nos mais diferentes aspectos poderão viver os longevos? Sem dúvidas, este é um questionamento que remete diretamente às políticas públicas no que tange à saúde, educação, habitação e segurança, por exemplo.

De acordo com Correa (2009) os dados que mostram as estimativas sobre a expectativa de vida e o processo de envelhecimento têm sido divulgados há algum tempo no meio científico.

O emprego de estatísticas e de projeções em pesquisas que envolvem indicadores humanos constitui-se em uma estratégia para sensibilizar e mobilizar tanto os indivíduos quanto os governos para o que parece ser imprescindível no corpo social: é preciso gerir a vida da população (CORREA, 2009, p. 42).

Entendemos que a gestão que a autora se refere envolve uma série de expedientes que auxiliam a construção de um modelo de gerência da vida humana na qual o Estado tem uma participação imprescindível. Os dados levantados por organizações como a ONU e o IBGE servem para alertar os governos para a necessidade de um olhar aprimorado e integral para o contingente idoso da população em seus mais diferentes aspectos e demandas.

Ressaltamos que no mundo, em geral, existe uma proporção maior de mulheres idosas do que de homens idosos, quando se considera a população total de cada sexo. Existe um excedente, portanto, de mulheres idosas em relação aos homens em idade avançada. A tabela 2 expressa os indicadores demográficos dos países da América Latina na qual destacamos o Brasil.

Tabela 2: Indicadores demográficos relacionados ao envelhecimento populacional mundial: revisão de 2017

Indicadores demográficos relacionados ao envelhecimento populacional mundial: revisão de 2017										
Países ou áreas	60 anos ou mais (milhares)						Esperança de vida ao nascer (anos)		Expectativa de vida aos 60 anos (anos)	
	60 anos ou mais (milhares)		Percentual 60 anos ou mais		Média de idade da população (anos)		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	2017	2050	2017	2050	2015	2050	2010-2015		2010-2015	
América do Sul	52.678	132.418	12,4	26,5	30,1	42,0	78,1	71,0	23,3	19,6
Argentina	6.822	12.951	15,4	23,5	30,8	38,5	79,8	72,2	23,8	18,6
Bolívia	1.049	2.703	9,5	17,0	24,1	33,7	70,2	65,3	22,2	20,0
Brasil	26.456	68.871	12,6	29,6	31,3	45,1	78,4	71,0	23,4	19,7
Chile	2.894	6.338	16,0	30,6	33,7	45,1	81,3	76,2	24,6	21,0
Colômbia	5.716	15.025	11,6	27,5	30,1	43,3	77,4	70,2	22,5	20,1
Equador	1.739	4.997	10,5	21,8	26,6	37,3	78,4	72,8	23,9	21,7
Guiana Francesa	24	92	8,4	16,9	24,5	32,0	82,6	76,1	25,0	19,7
Guiana	67	126	8,6	15,3	24,6	34,8	68,6	64,0	16,6	15,4
Paraguai	643	1.635	9,4	18,4	24,9	35,6	74,9	70,7	22,2	20,0
Peru	3.350	9.510	10,4	22,8	27,5	38,6	76,8	71,5	22,7	19,8
Suriname	58	133	10,4	20,5	28,4	37,4	74,2	67,8	20,1	16,7
Uruguai	675	1.009	19,5	27,5	34,9	42,5	80,4	73,3	24,5	19,0
Venezuela	3.175	9.029	9,9	21,7	27,4	37,9	78,2	69,9	22,6	18,6

Fonte: United Nations. World Population Aging. Highlights. 2017 – Tradução da pesquisadora.

Segundo Neri (2001), o fato de as mulheres viverem mais que os homens pode ser parcialmente atribuído às diferenças em doenças que acometem uns e outros. A autora explica que as doenças fatais são muito maiores entre os homens idosos do que as mulheres idosas. Estas são mais acometidas por doenças mais incapacitantes e crônicas como artrite e hipertensão. Entre os homens idosos prevalecem as doenças isquêmicas do coração.

As diferenças em saúde física manifestam-se nas taxas de consumo de remédios, em que as mulheres ganham dos homens. Igualmente, as mulheres mostram níveis mais elevados de incapacidade do que os homens, que por sua vez, pontual mais alto em avaliações de saúde física percebida (NERI, 2001, p. 180).

Considerando outro atributo do grupo populacional de idosas, nota-se que existe uma maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. Uma possível explicação para este fato é que, por tradição, a mulher tende a se casar com homens mais velhos do que ela, o que, associado a uma mortalidade

masculina maior do que a feminina, aumenta a probabilidade de sobrevivência da mulher em relação ao seu cônjuge. Também é preciso observar que os viúvos voltam, mais do que as viúvas, a se casar depois de enviudar, fato que igualmente ocorre com o contingente de divorciados.

Na análise por sexo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios¹⁴ (PNAD), em 2015, observou que as mulheres representavam 51,5% (105,5 milhões), enquanto os homens, 48,5% (99,4 milhões). Dentre as regiões brasileiras, a única em que os homens alcançaram uma proporção maior que a das mulheres foi a Região Norte (49,6% para as mulheres e 50,4% para os homens).

De acordo com o IBGE (2016), o volume de óbitos registrados no Brasil nos últimos 10 anos teve um acréscimo de 24,7%, passando de 1.019.393 registros em 2006 para 1.270.898 em 2016. Este dado revela que o número da mortalidade nas idades iniciais diminuiu, o que levou um maior contingente de pessoas às idades mais avançadas. Fruto do envelhecimento populacional, este fato gerou um número maior de óbitos de pessoas idosas, que apresentam mortalidade elevada.

Tabela 3: Número de óbitos e variação relativa, por sexo, segundo os grupos de idades.

Grupos de idade	2006			2016			Variação relativa 2006-2016		
	Total ¹	Homens	Mulheres	Total ¹	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	1 019 393	589 854	429 539	1 270 898	714 249	556 649	24,7	21,1	29,6
60 a 64 anos	74 755	45 382	29 373	102 504	62 689	39 815	37,1	38,1	35,5
65 a 69 anos	90 073	53 156	36 917	115 599	68 250	47 349	28,3	28,4	28,3
70 a 74 anos	100 901	56 785	44 116	122 954	69 504	53 450	21,9	22,4	21,2
75 a 79 anos	111 374	58 666	52 708	136 971	72 096	64 875	23,0	22,9	23,1
80 a 84 anos	100 139	49 141	50 998	136 593	65 474	71 119	36,4	33,2	39,5
85 anos ou mais	140 209	56 466	83 743	231 042	91 809	139 233	64,8	62,6	66,3

Fonte: IBGE. Estatísticas do registro civil. 2016.

Analisando os dados levantados pelo IBGE (2016), entendemos que o aumento dos óbitos da população com idades acima de 65 anos foi significativo, mas é explicada pela diminuição generalizada dos níveis de mortalidade nos demais grupos de idade. Pessoas que até então não conseguiam alcançar as idades mais avançadas, em função do alto nível de mortalidade, começaram a envelhecer, fazendo com que o número de óbitos acima de 65 anos aumentasse ao longo desse período. Em outras palavras: de fato, os indivíduos estão

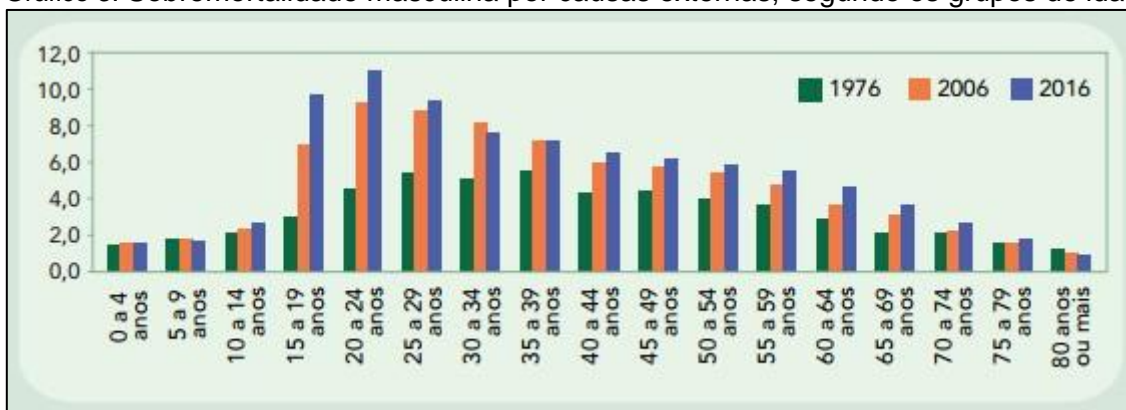
¹⁴ Segundo Veras (2007), os dados coletados e organizados pela PNAD em seus mais variados âmbitos se constituem em instrumentos que permitem delinear o perfil das condições da população brasileira, permitindo não somente detectar mudanças ao longo do tempo, como também fornecer subsídios para a elaboração de políticas sociais com profundas repercussões em todos os extratos da população.

alcançando a longevidade, fruto das variáveis já mencionadas neste e noutros capítulos.

Veras (2009) pontua que, em menos de 40 anos o Brasil passou de um cenário de mortalidade próprio de uma população jovem para um quadro de enfermidades onerosas, típicas da terceira idade, caracterizado por doenças crônicas e múltiplas, que perduram por anos, com exigência de cuidados constantes, medicação contínua e exames periódicos. As doenças infectocontagiosas, que representavam cerca de metade das mortes registradas no país em meados do século XX, hoje são responsáveis por menos de 10%, ocorrendo o oposto em relação às doenças cardiovasculares.

Os maiores aumentos no número de óbitos em ambos os sexos foram observados no grupo de 80 anos ou mais, 42,2% e 62,8% para os homens e mulheres, respectivamente (tabela 3). Segundo o IBGE (2016), uma parte considerável dessas causas pode ser atribuída às quedas acidentais, ou causas externas. Em 2015, do total de causas de morte provenientes de quedas acidentais 42,5 % delas pertenciam a população de 80 anos ou mais, 27,2% e 63,5% para homens e mulheres, respectivamente. Quando observado o grupo de 70 anos de idade ou mais os percentuais elevam-se para 44,6% e 83,8%. Entre 2005 e 2015, essa causa de morte teve um acréscimo de 225,0% para a população de 80 anos ou mais. Do total de óbitos por causas externas na população de 70 anos ou mais, as quedas acidentais representam 36,1% e 52,1% para homens e mulheres, respectivamente.

Gráfico 3: Sobremortalidade masculina por causas externas, segundo os grupos de idade.



Fonte: IBGE. Estatísticas do registro civil. 2016.

Além da queda da mortalidade nos primeiros anos de vida, o crescimento demográfico brasileiro esteve quase que totalmente atrelado à forte queda da intensidade de nascimentos que atualmente já se encontra em um ritmo bem menos intenso e que sugere a estabilização em uma ou duas décadas mais. Considerando a tendência que se observou na primeira década do século XXI, as estimativas do IBGE apontam que em 2020 a população brasileira abaixo de 20 anos será aproximadamente 10% menor que em 2000; quando se observa as crianças abaixo dos 5 anos, a redução será ainda mais acentuada: 15% (IBGE, 2017).

A PNAD de 2015 apontou que, no Brasil, os maiores percentuais de idosos concentram-se nas regiões Sudeste e Sul (15,7% e 16,0%, respectivamente). O Paraná segue o mesmo padrão demográfico do Brasil. O Censo 2010 mostrou que naquele ano os idosos já representavam 11,2% da população total do Estado, com um contingente de 1.170.955 indivíduos, compostos conforme disposto na tabela 4. Para cada grupo de 100 crianças com idades entre zero e quinze anos, havia 49 idosos.

Tabela 4: Composição da população idosa do Paraná, por sexo e faixa etária. Censo 2010.

Faixa Etária	Geral		Homens		Mulheres	
	n	%	n	%	n	%
100 anos e +	933	0,1	313	33,5	620	66,5
90 a 99 anos	17.754	1,5	6.218	35,0	11.536	65,0
80 a 89 anos	126.912	10,8	52.475	41,3	74.437	58,7
70 a 79 anos	358.049	30,6	163.435	45,6	194.614	54,4
60 a 69 anos	667.307	57,0	314.567	47,1	352.740	52,9
Total	1.170.955	100	537.008	45,9	633.947	54,1

Fonte: IBGE, Censo 2010.

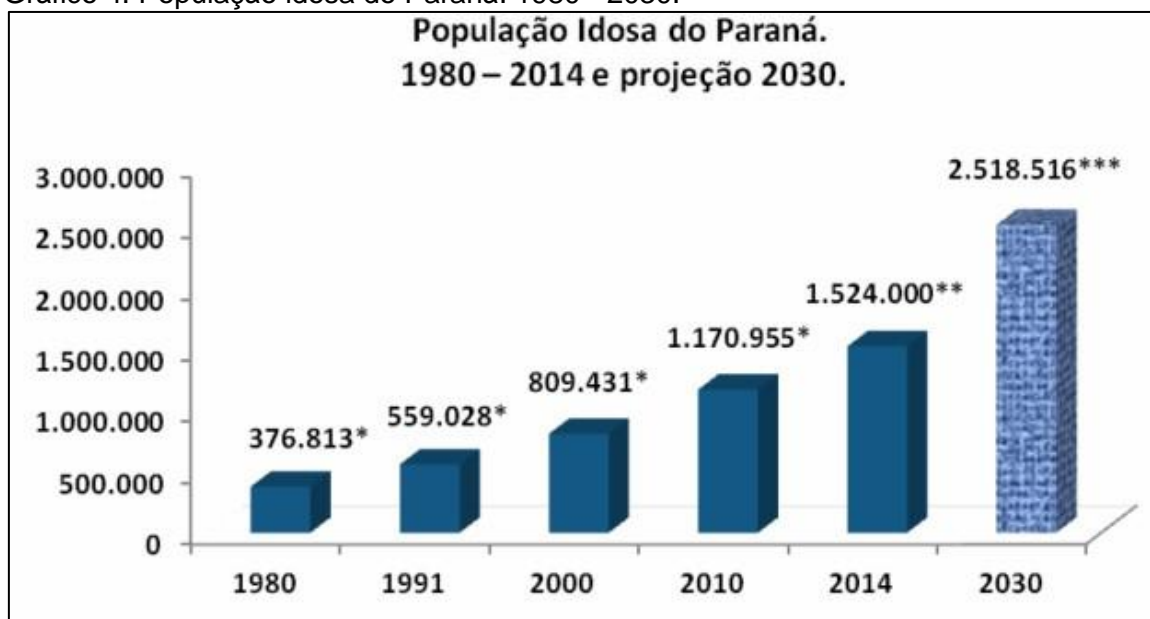
Em 2015 a esperança de vida ao nascer no estado era de 76,8 anos para a população geral, sendo de 73,4 anos para homens e 80,2 anos para mulheres.

No Paraná verifica-se o mesmo fenômeno que se observa em âmbito nacional no que se refere à maior quantidade de mulheres idosas do que de homens idosos. Segundo a PNAD de 2015, o Paraná é o 9º estado da federação com o maior número de idosos, formado por 1.637.000 indivíduos, o que representa 14,6 % da população geral. As projeções de crescimento intenso da população idosa no Brasil também se verificam no Paraná. Estima-se que em 2030 devam existir

2.518.516 idosos em nosso Estado, representando 29,9% da população geral (gráfico 4).

A expectativa é que com aumento de 1,6 milhão na população, aumentará a participação dos indivíduos com 80 e mais anos de idade; em 2040, a cada grupo de 100 idosos, 27 terão mais de 80 anos (IPARDES, 2017).

Gráfico 4: População idosa do Paraná. 1980 - 2030.

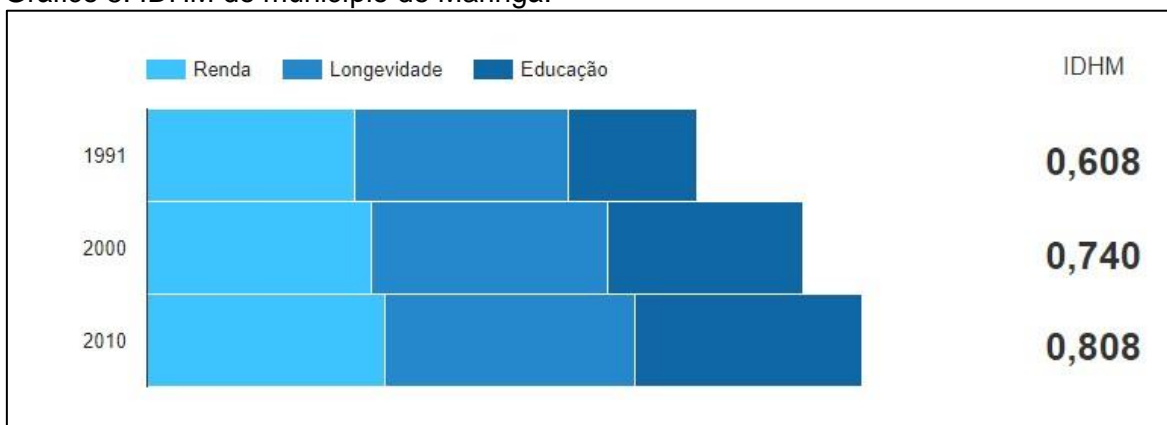


Fonte: IBGE: * Censos; **Pnad 2014; *** Projeção 2030.

Maringá, a cidade em que se localiza a UNATI/UEM, é um município de 71 anos que tem uma parte importante de sua população constituída por idosos. Em número de habitantes, Maringá é a terceira maior cidade do Paraná e o 63º município mais populoso do país.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município é de 0,808, o que situa o município na faixa deste índice considerada muito alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,852, seguida de renda, com índice de 0,806, e de educação, com índice de 0,768, conforme IBGE (2010), cujos dados foram organizados no gráfico 5:

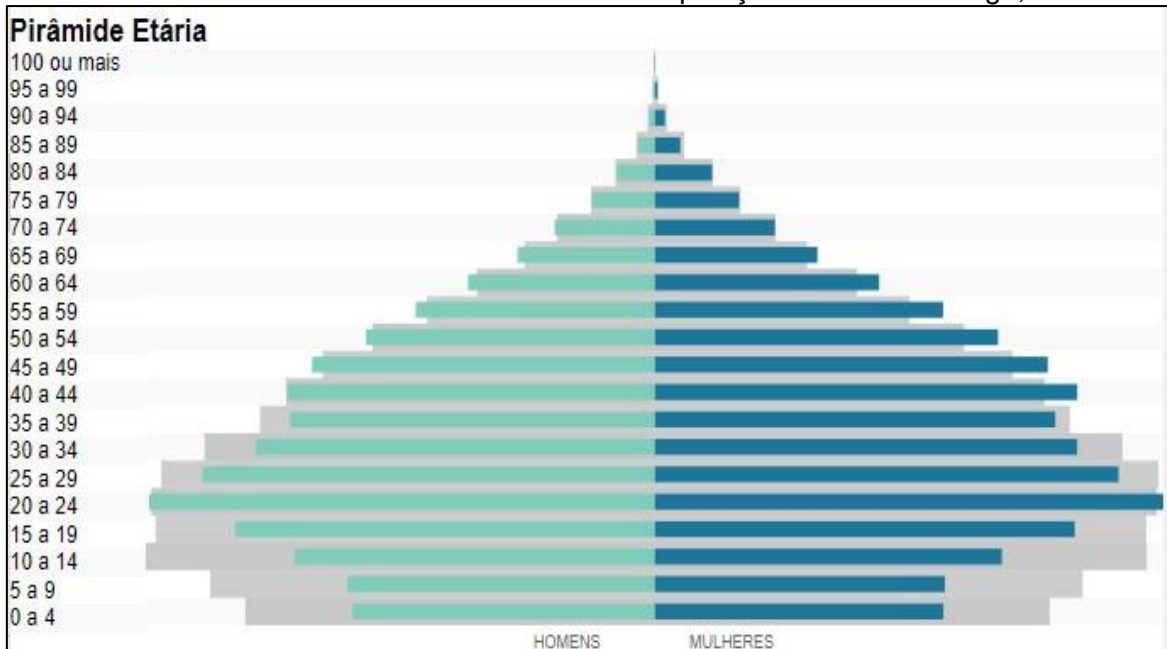
Gráfico 5: IDHM do município de Maringá.



Fonte: IBGE, 2010

Segundo dados do IBGE (2010), a população de idosos residentes em Maringá é de 43.716 pessoas. Destes, 19.336 são homens e 24.380 são mulheres, perfazendo um total de 12,25% da população, cuja totalidade é de 357.077¹⁵. A proporção de idosos vem crescendo, acompanhando o que acontece em âmbito nacional. Em 1980, Maringá tinha 5,22% de sua população formada por maiores de 60 anos, percentual que se eleva para 12,19% na estimativa para 2009.

Gráfico 6 – Pirâmide Etária da População de Maringá, Paraná.



Fonte: IBGE, 2010

¹⁵ De acordo com IPARDES (2020) a população estimada de Maringá em 2019 é de 423.666 habitantes.

O município conta com unidades de atendimento à pessoa idosa com registro no Conselho Municipal do Idoso (CMDI) de caráter sócio assistencial, organização da sociedade civil sem fins lucrativos e particulares nas modalidades de instituições de longa permanência, centro dia e grupos de convivência, além dos órgãos de garantias de direitos, conforme demonstra a tabela 5.

O CMDI é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, permanente, paritário e controlador da política de defesa dos direitos do idoso, em Maringá vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC), que é responsável pela execução da política municipal dos direitos do idoso. O Conselho Municipal do Idoso de Maringá foi criado pela Lei nº 4503, de 31 de outubro de 1997, como órgão deliberativo sobre os assuntos pertinentes à pessoa idosa no âmbito do município. Todavia, o órgão não entrou em funcionamento no mesmo ano. Em 2001, a Secretaria de Assistência Social (SASC) constituiu um grupo de trabalho, formando comissão técnica composta por assessores do governo municipal e idosos, solicitando a criação do conselho. Fernandes (2009) afirma que a comissão solicitou alterações na Lei municipal conforme as reivindicações dos idosos, bem como a partir de pesquisas em legislações de outras cidades do porte de Maringá. Foi redigido um novo documento e encaminhado, em 2001, para apreciação da Câmara Municipal. O mesmo foi sancionado por meio da Lei Municipal nº. 5478, em 18 de setembro de 2001. A partir da Lei aprovada que concedeu nova regulamentação, o Conselho Municipal do Idoso (CMI) passou a ser denominado Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI). Em 2012 houve a revogação da Lei nº 5478/01 pela Lei nº 9139, de 9 de janeiro de 2012, cujo objetivo foi conceder mais uma modificação na regulamentação do CDMI. As principais alterações foram marcadas pelo aumento do número de conselheiros que passou de 9 representantes das instituições governamentais e 9 das não-governamentais para 11 cada uma. Somado a isto, houve um aumento de 4 para 6 anos seguidos as reconduções de cada conselheiro. A importância do CMDI pode ser considerada também como um trabalho educacional, segundo Doll (2008, p. 18): “[...] à primeira vista, pode não parecer um trabalho educacional: o trabalho político nos conselhos municipais e estaduais dos idosos, nas conferências do idoso ou nos fóruns regionais, em que o engajamento de pessoas idosas leva a aprendizagens significativas em uma perspectiva de educação informal”.

Tabela 5: Unidades de Atendimento ao Idoso com registro no CMDI

UNIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO COM REGISTRO NO CMDI	
Instituições de Longa Permanência da rede sócio assistencial do município	
1.	Casa Lar do Idoso Benedito Franchini
Instituições de Longa Permanência das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos	
2.	Asilo São Vicente de Paulo
3.	Lar dos Velhinhos – Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes / ACBNL
4.	Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas – Wajunkai
Instituições de Longa Permanência particular	
5.	Residencial Maanain – Razão Social: Patroni & Martins LTDA – ME
6.	Lar de Cristo Luz Amor
7.	Jerusalém Casa de Repouso
8.	Life Ingá – Creche para Idosos
Instituições na modalidade Centro Dia da rede sócio assistencial do município	
9.	Centro Dia do Idoso
Instituições na modalidade Centro Dia das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos	
10.	Centro de Convivência João Paulo II – Assoc. Cultural e Beneficente Água Viva
11.	Centro Dia Novas Histórias – Grupo Espírita Allan Kardec / GEAK
Instituições na modalidade Centro Dia particulares	
12.	Magnus Frater Centro Dia para Idosos (Gomes & Yamada Ltda)
Programas – Grupos de Convivência	
13.	Casa Assistencial Bezerra de Menezes
14.	Centro Social Maria Tílio – mantenedor do Roupeiro Santa Rita de Cássia
15.	Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de São
16.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Maringá
17.	Centro Cultural e Social São Francisco Xavier - grupo: “Irmã Clara Kô”
ÓRGÃOS DE GARANTIAS DE DIREITOS	
1.	Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso – 14ª Promotoria de Justiça Promotora Stella Maris S. Ferreira Pinheiro
2.	Ministério Público Federal – MPF Procuradora Danielle Dias Curvelo
3.	Juizado da Vara Federal do Idoso
4.	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
5.	Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI
6.	Ouvidoria Municipal
7.	Disque Denúncia Maringá
8.	Disque Idoso Paraná
9.	CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
10.	Abordagem Adulto

Fonte: A pesquisadora, a partir de dados do site no CMDI/Maringá, atualizado em julho de 2018.

Além destas instituições, a cidade conta também com o trabalho realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que desenvolve várias atividades culturais e educacionais para pessoas da terceira idade. Os trabalhos da instituição no município começaram em 1980 e, com o passar dos anos, foi se solidificando e

ganhando mais participantes. Atualmente, o SESC promove, especificamente para a população idosa, palestras, passeios, excursões, grupos de canto coral, encontros com outros grupos da terceira idade e bailes.

A cidade conta com várias instituições de ensino superior, dentre elas destaca-se uma universidade pública, a Universidade Estadual de Maringá, e outras cinco de médio e grande porte. Nesta universidade, em dezembro de 2009, foi aprovado pelo Conselho Universitário e instituído como órgão suplementar da reitoria o projeto de criação da UNATI que iniciou suas atividades no ano seguinte (TAAM; STIELTJES, 2011). Mais adiante, descreveremos o processo de criação da UNATI/UEM, contemplando o contexto histórico, bem como os eixos temáticos e os cursos oferecidos na instituição.

Entendemos que a população de Maringá muito se beneficia por poder participar de forma ativa sobre a discussão e as possibilidades do envelhecimento, tendo na própria cidade a UNATI, engajada com os valores sociais e políticos, que sinaliza que se a vida concede anos a mais para as pessoas, tanto maior será o tempo do aprender.

3. AS MARCAS DO TEMPO NO CORPO E OS DIREITOS

O Tempo

Sou o tempo que passa, que passa
Sem princípio, sem fim, sem medida
Vou levando a Ventura e a Desgraça,
Vou levando as vaidades da Vida

A correr, de segundo em segundo Vou
formando os minutos que correm...
Formo as horas que passam no mundo,
Formo os anos que nascem e morrem. [...] (BILAC, 2009, p. 30)

O tempo é inexorável. Olavo Bilac (2009) entoava o tempo, descrevendo de forma poética como ele passa e não está preso a nada. Não há início nem fim. Estamos no tempo que corrói e caminha em um ciclo independente de vontades, vaidades, sorte ou infortúnios. Apenas passa.

No passar do tempo, o Homem se constrói, constrói sua humanidade e caminha na incompletude. Avança e recua, cria e recria sua forma de viver, balizado pelas necessidades e interesses. Cria sua existência contraditória no contexto delineado por uma estrutura social, econômica e política. Faz a história. Neste sentido, se percebe como diferente dos demais, diferenças estas que são inerentes ao mundo humano. O tempo não para, não espera que se resolvam os conflitos. É preciso que o homem minimize-os, buscando superar a desigualdade e não as diferenças.

Barros (2016, p. 12) salienta que:

Enquanto pensar diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada. Avalia-se a desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas riquezas, liberdades, acessos a serviços ou a bens primários, capacidades. Indagar sobre desigualdade significa sempre recolocar uma nova pergunta: Desigualdade de quê? Em relação a quê? Conforme foi ressaltado, a desigualdade é sempre circunstancial, seja porque está localizada historicamente dentro de um processo, seja porque estará necessariamente situada dentro de um determinado espaço de reflexão ou interpretação que a especificará (um determinado espaço teórico definidor de critérios, por assim dizer) (BARROS, 2016, p. 12).

É preciso entender a sutileza que a acepção dos termos comporta. A diferença é notória, seja por etnia, etária, profissional ou qualquer outra. A desigualdade é dada quando se dá um tratamento que evidencia ou favorece mais um a outro. Para elucidar essa questão, Barros (2016) usa uma metáfora com as cores. Segundo ele, as cores são diferentes. O azul é diferente do vermelho e um pintor que irá utilizar as cores, seu objeto de trabalho, poderá dar um tratamento desigual ao uso delas, enfatizando mais uma a outra.

Para este exemplo, acabamos de falar em desigualdade relativamente a um espaço de critérios específico, que é o da utilização quantitativa de cores diferentes pelo artista. Mas poderíamos falar de uma desigualdade entre duas cores no que se refere ao espaço simbólico que o artista atribui-lhes em uma certa obra (mesmo que a cor valorizada não seja aquela que é mais utilizada conforme o critério quantitativo) (BARROS, 2016, p. 15).

Esta metáfora proposta pelo autor pode nos auxiliar na compreensão do universo social. Uma sociedade pode dispensar tratamento desigual a grupos de pessoas, produzindo desigualdade ou pode promover a igualdade entre os diferentes grupos. As circunstâncias relacionadas à desigualdade estão atreladas ao fato de que qualquer desigualdade imposta visivelmente ou não é um atributo histórico. Além disto, pode-se tratar um grupo com igualdade política, mas, por outro lado, pode ocorrer uma nítida desigualdade econômica (BARROS, 2016).

Salientamos, conforme Barros (2016), que as desigualdades associam-se ao *estar* ou ao *ter*, enquanto as diferenças ajustam-se ao *ser*. Em outras palavras, um indivíduo ou um grupo de pessoas pode *ter* mais posses, mais liberdade ou mesmo mais direitos políticos. Ser brasileiro, ser homem ou mulher, ser idoso ou uma criança são atributos que diferenciam os sujeitos.

Neste capítulo, serão abordados conceitos de direito, políticas públicas e sociais principalmente seguindo o que postulam Bobbio (2004), Cury (2010), Pereira (2009), Höfling (2001). Além disto, a partir de um levantamento histórico sobre o debate e o espaço da pessoa idosa na sociedade brasileira, buscamos refletir sobre as conquistas via reivindicações sociais balizadas ao longo deste processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Compreendemos que a efetivação dessas políticas aqui apresentadas ainda é um desafio que se tem na atualidade, principalmente no que se refere à integração e valorização do idoso para

além da lembrança e “comemoração” do seu dia nacional ¹⁶ e do olhar assistencialista que pode engendrar o tecido social e a dinâmica das relações entre os sujeitos.

3.1 CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS, POLÍTICAS SOCIAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Ao refletir sobre o direito à educação, como um bem público, faz-se necessário recuperar alguns conceitos fundamentais que estão entrelaçados no âmago desta questão. Para tanto, retomamos Bobbio (2004) quando escreve sobre a era dos direitos, afirmando que os direitos humanos nunca serão absolutos ou imutáveis, pois estão constantemente em movimento de acordo com as carências da sociedade: “Também os direitos do homem são, indubitavelmente, um fenômeno social” (BOBBIO, 2004, p. 63). Isto faz-nos notar que os direitos do homem são considerados heterogêneos de modo que um direito que é fundamental em um lugar ou tempo, em outros pode não ser. Por este fato é que se justifica a dificuldade em protegê-los, e não de criá-los.

Somente após a Segunda Guerra Mundial os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por Estados Unidos e União Soviética, estabeleceram, na Conferência de Yalta, na Rússia, em 1945, as bases de uma futura . Desta forma, definiram áreas de influência das potências e acertando a criação de uma organização multilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais, para evitar guerras e promover a paz e a democracia, além de fortalecer os Direitos Humanos. Este ato resultou na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), em dezembro de 1948, e pode-se dizer que a sociedade mundial passou a ser signatária de alguns valores em comum (BOBBIO, 2004).

Segundo Bobbio (2004), os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais, os quais passaram, em seu processo de desenvolvimento, por três etapas: o direito de liberdade, o direito político e o direito social. Este desenvolvimento dos direitos do

¹⁶ A Lei nº 11.433 de 28 de dezembro de 2006 instituiu o dia nacional do idoso.

homem ocorreu em duas direções: a universalização e a multiplicação. Ao considerar o aumento dos direitos, é primordial notar que houve um acréscimo considerável da quantidade de bens e, para estes, era preciso proteção. Além disto, o homem passou a ser considerado em sua particularidade concreta de várias formas na sociedade como, por exemplo, criança, idoso, doente, portador de necessidades especiais. Nas palavras de Bobbio (2004, p.63), “Mais bens, mais sujeitos, mais status do indivíduo”.

A particularização do homem que Bobbio se refere, aciona a compreensão no que tange ao nivelamento da diversidade, bem como dos status sociais que os indivíduos assumem. Em outras palavras, vê-se a mulher diferente do homem, assim como a criança, do adulto e da pessoa idosa; o saudável, do doente; os normais do ponto de vista físico e intelectual, dos portadores de necessidades especiais e dos intelectualmente comprometidos; o pobre, do miserável, e assim por diante. São novos personagens, antes desconhecidos, que escrevem sua história nos direitos.

São sujeitos ou grupos de sujeitos diferentes aos quais, muitas vezes, são atribuídos tratamentos desiguais. Barros, (2016, p. 62) esclarece que:

Algumas das milhares de diferenças que podem surgir entre os indivíduos provêm do âmbito da natureza, mas a percepção e a seleção de algumas destas diferenças naturais para que se transformem em critérios que afetarão significativamente a vida social dos indivíduos e dos grupos populacionais... isto é inteiramente pertencente ao âmbito da cultura (BARROS, 2016, p. 62).

As diferenças etárias são naturais. O poema que abriu as reflexões deste capítulo, evoca o tempo que caminha sem notar ou reforçar qualquer diferença ou semelhança entre os seres. Os dias, os meses e os anos passam, nascem e morrem, conforme mostra o eu-lírico, da mesma forma nascem e morrem o homem no ciclo de vida que é igual para todos: ricos e pobres, jovens e idosos, doentes e saudáveis, etc. Todos irão morrer, e este elemento que iguala os sujeitos; o que os diferencia ou dá tratamento desigual é a forma como ela ocorrerá.

Entendemos, conforme Barros (2016), que há uma construção social da diferença no instante em que os poderes dominantes escolhem os atributos essenciais para os padrões de beleza ou de produtividade, por exemplo.

Pereira (2009) pontua que a política, desde os primórdios se institui em uma relação entre pessoas diferentes e desiguais, o que constitui seu caráter conflituoso, pois tais diferenças buscam consenso na mediação do Estado. Este deveria arbitrar na busca do equilíbrio social, evitando a instalação do caos, se os interesses individuais emergissem em primeira instância e se sobrepusessem ao consenso.

As diferenças, desigualdades e os conflitos gerados por eles, segundo Pereira (2009), não são completamente negativas, porque movem a história e o próprio desenvolvimento político. Além disto, a busca pelo consenso pode assumir forma de regulação civilizada, substituindo maneiras arbitrárias do uso do poder. Na história das sociedades, é possível observar as duas formas básicas na regulação social: a coerção e a política. Esta é usada nos Estados democráticos e ampliados como forma de buscar o consenso, a negociação e o entendimento entre as partes conflitantes. Aquela é usada na forma simples e pura nos Estados restritos e nas ditaduras. Neste sentido, vale argumentar que a coerção é a falência da política, já que é a antítese da democracia e impede o desenvolvimento de relações construtivas nas sociedades.

Nas palavras de Pereira (2009, p. 89): “A vantagem da política em relação à simples coerção é que a primeira possibilita o exercício de procedimentos democráticos, uma vez que, no processo de resolução de conflitos, as partes envolvidas não cogitam de eliminar a vida do opositor”. Em síntese, é possível e verdadeiro afirmar que a política é um campo de conflitos, jogos de interesses e contradições. Somado a isto, é por meio deste emaranhado de ideias e ideais que se dá a luta política e que a cidadania se amplia e amadurece no campo.

Na ampliação da cidadania é possível a valorização da dimensão social como elemento que se encontra entre o econômico e o político, na contraposição da lógica do mercado que compele o Estado à obrigações positivas. Retornando a Bobbio (2004), neste sentido, é a política que permite a organização social como espaço instituído, construído e articulado a partir de conflitos. Este fator proporciona a diversificação e multiplicação de direitos na cidadania e a participação democrática.

A intensão em compreender o movimento nas relações entre governo e cidadãos, suscitou estudos na Europa, logo após a segunda guerra mundial. Tais

estudos tinham a atenção focada em entender o funcionamento e o papel do Estado, os direitos e responsabilidades deste e dos cidadãos, além de observar o crescente distanciamento entre o que se prescrevia e as ações do Estado. Observou-se, com isto, questões de justiça, equidade e desenvolvimento social, econômico e político, o que marcou o surgimento do Estado de Bem-Estar em países capitalistas da Europa (PEREIRA, 2009).

Cury (2010) afirma que o Brasil é um país herdeiro de um projeto de colonização contrarreformista e que, desta forma, fez-se um território onde o clientelismo e a concepção daqueles que se julgam superiores, concedem e têm ações discriminatórias em relação aos inferiores que são seus dependentes (alteridade social). O Estado brasileiro teve atuação de sujeito interventor como um terceiro elemento entre os processos de industrialização e as relações de trabalho. Destarte, os direitos sociais não se formalizaram no Brasil sem o apoio estatal. Além disto, pode-se afirmar que o Brasil não alcançou o Estado de Bem-Estar.

Os direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei são concretizados pelas políticas sociais, que se guiam pelo princípio da equidade e justiça social e permitem que a sociedade exija do Estado ações positivas e ativas para transformar estes valores em realidade. Assim, os direitos sociais são dinâmicos e têm se multiplicado e especializado (PEREIRA, 2009).

Esta visão gerou estudos e debates em assembleias em âmbito internacional que levaram à produção de documentos, como: Convenção dos Direitos Políticos da Mulher, em 1952; Declaração da Criança, em 1959; Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, em 1971 e I Assembleia Mundial sobre os Direitos dos Anciãos, em Viena, em 1982. Desde então, organismos internacionais, em nome da proliferação da paz e da garantia dos direitos humanos, realizam encontros, conferências e assembleias que definem as diretrizes que orientarão as ações governamentais nos Estados signatários a respeito dos temas em questão. Neste aspecto, no que tange à pessoa idosa, destacam-se as duas Assembleias Mundiais sobre os direitos dos idosos que abordaremos com mais detalhamento ao longo do capítulo.

Bobbio (2004) nos faz refletir sobre os direitos sociais, buscando uma diferenciação entre estes e os direitos de liberdade negativa. Para os últimos, todos os homens são iguais, indiferentemente das distinções de cor, língua, sexo, religião,

opinião política, riqueza, origem nacional, entre outras (artigo 2º da DUDH). Contudo, para os direitos sociais (e direitos políticos) estes aspectos são o que os fundamentam. Em outras palavras: as diferenças existentes de indivíduo para indivíduo, ou de grupos de indivíduos para grupos de indivíduos são totalmente relevantes no que tange aos direitos sociais.

Os direitos do homem, segundo Bobbio, quando ampliados desta forma, não possuem mais o problema de fundamento ou filosófico como impedimento, pois passam a apresentar a questão de proteção destes direitos, pois isto requer uma intervenção mais ativa do Estado. Nas palavras do autor: “[...] os direitos sociais exigem, para a sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado” (BOBBIO, 2004, p.67).

Fazendo uma análise deste pensamento, é razoável afirmar que a teoria e a prática dos direitos sociais do homem percorrem caminhos muito distintos, pois enquanto a teoria pode cada vez mais multiplicar os direitos para talvez cobrir as lacunas, nas ações objetivas pode ocorrer o inverso e estes mesmos direitos não saírem do papel, não serem acionados.

Os desiguais conquistam a igualdade graças aos direitos. Desta forma, conseguem pressionar o campo político, reivindicando a participação social, engendrando novas lutas e novos direitos, que são novos não porque não existiam antes, mas porque se diferem dos já existentes. Assim, conquistam a participação social por meio do embate entre os campos.

A relação direta do contorno do Estado e de como ele se movimenta na sociedade é que determina como serão as garantias de direitos sociais na prática e em que medida eles se efetivarão e alargarão. As exigências e transformações sociais e intervenções técnicas fazem emergir novas demandas, o que dá o caráter social aos direitos.

Para darmos um exemplo de grande atualidade, a exigência de uma maior proteção dos velhos jamais teria podido nascer se não tivesse ocorrido o aumento não só do número de velhos, mas também de sua longevidade, dois efeitos de modificações ocorridas nas relações sociais e resultantes dos progressos da medicina (BOBBIO, 2004, p.71).

Assim, foi necessária antes uma lei natural, a qual foi a impulsionadora para que uma lei positiva (escrita) fosse fundada para a proteção dos idosos. É preciso, desta maneira, que se criem formas de cobrar e exigir que esta proteção social saia do papel e se efetive.

Na compreensão do surgimento das políticas e dos direitos sociais, bem como no entendimento do que postula Bobbio (2004), Pereira (2009) elenca quatro fases, que a autora nomeia de “gerações”, que contribuem para o entendimento desta gênese.

Em primeira instância, surgiram as exigências relacionadas à vida e à liberdade individual, o que acarretou nos direitos civis. Com eles, surgiram as exigências relacionadas à participação política efetiva no governo e na sociedade, o que instalou os direitos políticos. Então, a demanda foi a combinação entre liberdade e igualdade, sobretudo para a satisfação das necessidades básicas, o que acarretou os direitos sociais. Os direitos difusos surgiram das exigências controvertidas que afetam a todos e que se relacionam com os avanços tecnológicos e de mundialização da economia, política e cultura, numa esfera de solidariedade e fraternidade.

Nesta perspectiva, Höfling (2001) é bastante direta ao afirmar que:

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p.31).

Segundo a autora, as políticas sociais aparecem nos movimentos conflituosos entre capital e trabalho, no século XIX, ancorados nas primeiras revoluções industriais. Convergindo neste posicionamento, Cury (2010) afirma que o berço das políticas sociais é a Europa e que estas representam o reconhecimento das contradições próprias do período da industrialização e o seu impacto direto sobre as condições de trabalho e da vida destes trabalhadores.

Com estas análises, compreendemos que o avanço dos direitos sociais e políticos não aconteceram por via serena e natural do caminhar da sociedade. As classes trabalhadoras do século XIX foram resistentes ao sistema liberal de sociedade e avançaram na exigência de direitos sociais de proteção ao trabalhador. Cury (2010) pontua que as primeiras medidas de proteção ao trabalho urbano

começaram a surgir neste ensejo, sob a perspectiva do Estado, com a intenção de preservar os interesses do capitalismo.

Nesta direção, as políticas sociais nasceram, ao mesmo tempo, como uma resposta ao ímpeto mobilizador da classe trabalhadora por novos direitos e uma forma de articulação do Estado com a classe patronal, a fim de preservar interesses comuns aos segmentos dessa classe (CURY, 2010, p.181).

Neste sentido Höfling (2001) declara que as políticas sociais envolvem ações que marcam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, enfatizando sumariamente a redistribuição dos benefícios sociais, o que pode diminuir as desigualdades estruturais que o desenvolvimento socioeconômico acarreta.

É preciso ressaltar, nesta análise, que o Estado é entendido na perspectiva de Bourdieu (2014) como um conjunto de agentes e instituições, que exerce autoridade sobre as pessoas que estão sob sua tutela. O autor interpreta a representação dominante exercida pelo Estado como condição para sua existência e causalidade de seus efeitos. Logo, o Estado é definido como um produto de uma crença para a qual contribuem teorias políticas e jurídicas.

[...] Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis – para designar uma espécie de *deus absconditus* – da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física quanto simbólica assim como da violência física e simbólica (BOURDIEU, 2014, p. 34).

Ao compreender o Estado como fonte de poder simbólico, Bourdieu (2014) o coloca como local em que se produzem princípios de representação legítima do mundo social. Assim, entre as funções desta entidade está a produção de identidade social legítima e, mesmo que não estejam todos de acordo com essas identidades, deve-se aceitá-las. Os atos de Estado, ou seja, as ações práticas são atos políticos reconhecidos e legitimados pela crença na existência do princípio que os fundamenta. São atos autorizados e ratificados pela autoridade simbólica que as pessoas aceitam (mesmo que alguns se revoltam), pois estas participam consciente ou inconscientemente do conjunto de princípios universais, da comunidade chamada de nação, ou Estado (BOURDIEU, 2014).

Neste cenário, há também uma perspectiva de classe, pois na sociedade se concentra e manifesta as relações de classes sociais, marcadas pelo sistema

capitalista de produção da vida. Ao analisar as origens das políticas sociais traçadas pelo Estado Capitalista:

[...] o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital – a despeito de reconhecer a dominação deste nas relações de classe (HÖFLING, 2001, p. 33).

Isto equivale dizer que a política social é entendida como uma forma que o Estado tenta resolver várias questões sociais que vão surgindo e que, por meio das exigências dos próprios sujeitos sociais, vai sendo alargado, como já mencionado anteriormente neste capítulo. Em um olhar mais atento, seria razoável afirmar que ao conceder os avanços nas políticas sociais, o Estado também estaria mantendo sobre controle parcelas da população “beneficiadas” por elas. Somado a isto, notamos que as ações que os Estados implementam não ocorrem de forma automática e de mera benevolência, mas se estabelecem no movimento e nas contradições sociais de luta e podem obter resultados e impactos diferentes nas diversas relações sociais de poder.

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (HÖFLING, 2001, p. 39).

Nesta análise, em um Estado de inspiração neoliberal surgirão estratégias de políticas cujo enfoque compensatório será evidenciado, o que não afetará a relações de poder e de acúmulo do capital já estabelecidos. Isto acontecerá em detrimento de programas de ação universalizantes, com a incorporação de conquistas sociais de setores desfavorecidos, o que pode ocasionar um reequilíbrio social importante. Contudo, mais do que proporcionar programas cujos serviços sociais se façam presentes, as ações públicas devem ser articuladas com as demandas da sociedade, voltando-se para a construção e, principalmente, para a manutenção e garantia dos direitos sociais.

A promulgação da CF, em 1988, atendeu ao que a DUDH encaminhava para a defesa dos direitos humanos e de vários direitos sociais, o que deu a ela o título de Constituição Cidadã. O documento, produzido no bojo do processo de redemocratização do país, após um longo período da ditadura militar, tem como característica um forte viés que atribui ao Estado papel essencial na efetivação dos direitos fundamentais de natureza social nela elencados. Isto culminou com uma forte mudança no paradigma das políticas sociais no Brasil, que passaram a ser estruturadas sob as demandas de políticas públicas, assumindo um caráter continuado e permanente. Esta mudança resultou também em uma nova configuração do sistema público, fundamentada na universalização, democratização e descentralização das políticas sociais.

Entendemos que a educação se relaciona diretamente à existência humana em toda a sua duração e aspectos. Como um direito elementar garantido pela CF e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), a educação é encarada como um agente de ação transformador, que deve ser um processo ao longo da vida, independente de fatores diferenciais entre as pessoas, como, por exemplo, gênero, raça, credo, idade (FERNANDES, 2015).

O direito à educação e a possibilidade de frequentar a universidade são oportunidades de crescimento cidadão, e uma abertura que dá à pessoa idosa, público da UNATI, a chave da autoconstrução, mesmo que na fase madura da vida, e a perspectiva de se reconhecer como capaz de fazer.

3.2 A PESSOA IDOSA NA AGENDA DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos. De
um que apanhe esse grito que ele e o
lance a outro; de um outro galo que
apanhe o grito de um galo antes e o
lance a outro; e de outros galos que com
muitos outros galos se cruzem os fios de
sol de seus gritos de galo, para que a
manhã, desde uma teia tênue, se vá
tecendo, entre todos os galos.

E se encorpendo em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo (a
manhã) que plana livre de armação. A
manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão. (MELO NETO, 1995)

Para compreender a questão do envelhecimento populacional e as demandas da pessoa idosa na agenda das políticas sociais brasileiras é preciso recorrer tanto ao âmbito internacional quanto ao nacional. Neste aspecto é necessário recuperar dois eventos fundamentais neste estudo: duas assembleias das Nações Unidas que influenciaram significativamente essa agenda, uma realizada em Viena, na Áustria, em 1982, e outra em Madri, na Espanha, em 2002.

O homem é parte do mundo que é formado por muitos homens. Homens que escrevem suas histórias no tempo. *Um galo sozinho não tece uma manhã*, paráfrase do provérbio “uma andorinha só não faz verão”, que aparece no primeiro verso do poema de João Cabral de Melo Neto, reforça a afirmação e indica que o cantar do galo que anuncia um dia novo é também, junto do cantar de outros galos, o entrelaçamento dos fios que cria cada dia. Usando o recurso estilístico da metáfora, o poeta dá ao homem (galo) individual e coletivamente a responsabilidade de gerar um novo dia.

Quando falamos em política e em direitos, falamos de uma construção coletiva de sujeitos que precisam *gritar*, como os galos do poema na criação de um novo dia, como a luta dos homens na efetivação de um direito. Um alcançando o grito do outro em um encadeamento de vozes, ideias e ideais que precisam se encontrar, se tocar em sintonia para costurar ponto a ponto a *teia tênue que vai se erguendo em tenda*. O poema remete a uma ideia de uma construção coletiva, elemento a elemento que se consolida lentamente em algo que abarca a todos, independente das diferenças. A imagem que se cria ao ler cada verso de *Tecendo a Manhã* é de uma manhã majestosa, com os gritos dos galos em fios de sol fazendo raiar o dia alvo e livre de qualquer problema. Sabemos que nem todas as manhãs são assim. Sabemos que nem todos os gritos são ouvidos. Sabemos que nem todas as pessoas têm manhãs tão resplandecentes. Mas precisamos gritar, precisamos lutar.

Tecer uma manhã é também criar um futuro, observar as vivências e compartilhar as descobertas. Os homens (galos) que criam o caminho com esforço

individual e coletivo são merecedores de referência, pois constroem a história e possibilitam novas experiências. Neste sentido, o plano de Viena e o plano de Madri discutiram as questões relacionadas à população idosa que tiveram desdobramentos significativos para novas manhãs.

3.2.1 O PLANO DE VIENA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento ocorrida em Viena, em 1982, é considerada o ponto inicial no que se refere ao debate internacional de políticas públicas para a população idosa. O Plano de Viena, como ficou conhecido o projeto internacional de ação que resultou da Assembleia, representou um avanço no debate sobre o envelhecimento, pois até então, este não era o tema de nenhuma agência da ONU. Camarano e Pasinato (2004) afirmam que os objetivos do plano eram garantir a segurança econômica e social dos idosos, bem como identificar as oportunidades para a sua integração ao processo de desenvolvimento dos países e teve como ponto de referência a DUDH.

O contexto mundial era marcado pelas tensões da Guerra Fria e no contexto regional, estavam em vigência os regimes de exceção. Destarte, houve um consenso que assumiu a vulnerabilidade da pessoa idosa, sendo esta a mais suscetível aos atos de pressão do colonialismo, neocolonialismo e práticas do racismo. Assim, o Plano de Viena foi estruturado, pelos Estados membros, por 66 recomendações nas seguintes áreas: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação.

Um dos principais resultados do Plano de Viena foi o de colocar na agenda internacional as questões relacionadas ao envelhecimento individual e da população. O pano de fundo era a situação de bem-estar social dos idosos dos países desenvolvidos. Percebia-se a necessidade da “construção” e, principalmente, do reconhecimento de um novo ator social — o idoso — com todas as suas necessidades e especificidades (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255).

Segundo as autoras, o documento apresentava, também, um forte viés de estruturação fundamentado em políticas associadas ao mundo do trabalho e suas recomendações visavam promover a independência do idoso, dotá-lo de meios

físicos ou financeiros para a sua autonomia. O idoso era concebido como um sujeito com capacidade de compra e agregava valor à economia, pois era visto como uma possibilidade de exploração do mercado. Neste sentido, a população idosa dos países desenvolvidos estava na primeira instância para a formulação das recomendações, embora, gradativamente, a agenda dos países em desenvolvimento também passou a incorporar a preocupação com o envelhecimento (CAMARANO; PASINATO, 2004).

O debate sobre o envelhecimento foi instituído a partir desta assembleia e este constituiu um marco positivo para a população que envelhece no mundo, embora os contornos do pensamento capitalista estivessem fortemente envolvidos nas ações propostas pelas recomendações. Nesta perspectiva, a implementação de muitas das ações dependia da alocação de recursos como aumento dos gastos públicos, principalmente na área social, como provisão de pensões e aposentadorias, além da assistência à saúde.

O Plano fez com que os países se preocupassem com a questão da longevidade e percebessem a importância de colocar na ordem do dia propostas de atitudes que visassem garantir um envelhecimento saudável e ativo no desenvolvimento da sociedade (CAMARANO; PASINATO, 2004).

No Brasil, o Plano não teve uma repercussão imediata, contudo, com a elaboração da CF de 1988, o debate sobre direitos humanos se ampliou e, conforme pontuado anteriormente, tomou frente como princípio fundamental para a constituição de uma sociedade mais cidadã. A Carta Magna apresentou a seguridade social em uma conotação de direito de cidadania, alterando o pensamento de que estaria no âmbito exclusivo de assistencialismo. Neste sentido, estabeleceu-se princípios básicos como a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, a fixação do benefício mínimo em um salário mínimo, a equanimidade no custeio e a diversificação da base de financiamento, a descentralização e a participação da comunidade de trabalhadores, empregadores e aposentados na gestão¹⁷ (CAMARANO; PASINATO, 2004).

O texto constitucional faz referência ao idoso nos artigos 229 e 230 sendo que neste último “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as

¹⁷ Artigo 194 da Constituição Federal.

peessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Além destes artigos da Carta Magna, consideramos fundamental observar os seguintes (BRASIL, 1988):

Inciso IV do artigo 3º	Dispõe que é objetivo fundamental do Estado promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
Inciso XXX do artigo 7º	Proíbe diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil;
Artigo 14: parágrafo 1º, inciso II, alínea “b”	Faculta o direito de votar aos maiores de 70 anos;
Artigo 195	Define como será financiado e as fontes de receita que subsidiarão o sistema de seguridade social brasileiro;
Artigo 196	Estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garante o acesso universal à população e propõe ações e serviços de promoção, proteção e recuperação;
Artigo 201	Define o sistema previdenciário e prevê a cobertura em face dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada. Estabelece, ainda, a aposentadoria no Regime Geral da Previdência definindo a idade, se homem, 65 anos, e, se mulher, 60 anos. Reduz em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exercem atividades de economia familiar
Artigo 203	Disponibiliza a política pública de assistência social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
Inciso V do artigo 203	Garante a percepção de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover sua subsistência ou de tê-la provida por sua família;
Artigo 229	Determina que os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade

Artigo 230	Estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurar sua participação na sociedade, defender sua dignidade e bem-estar, bem como garantir-lhes o direito à vida;
§ 1º do artigo 230	Dispõe que a atenção devida ao idoso é de responsabilidade prioritária da família, devendo ser prestada, de preferência, em seus lares, evitando dessa forma, sua institucionalização ou asilamento;
§ 2º do artigo 230	Assegura aos maiores de sessenta e cinco anos gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

Embora a CF tenha tido um olhar para a população idosa, como se observa nos artigos transcritos, é preciso reconhecer as duas iniciativas de grande importância (que serão devidamente exploradas no capítulo seguinte) que partiram do empreendimento da sociedade civil e que, algumas décadas antes, foram pioneiras no olhar e no trato sobre o envelhecimento no Brasil: a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SGBB) em 1961 e a ação do Serviço Social do Comércio (SESC) com um pequeno grupo de comerciantes na cidade de São Paulo, preocupados com o desamparo e a solidão entre os idosos, em 1963.

No que tange às iniciativas do governo federal para a assistência ao idoso, é possível observar que na década de 1970 houve a criação de dois tipos de benefícios não contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia¹⁸ (RMV) para os necessitados urbanos e rurais, cujos valores recebidos eram 50% do salário mínimo. Para os trabalhadores rurais aposentados por invalidez o valor era de 75% do salário mínimo. Além desta ação do governo federal, ainda na mesma década, ocorreram as ações preventivas¹⁹ que eram realizadas nos centros sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e a internação sob tutela do Estado dos aposentados e pensionistas do INPS a partir dos 60 anos.

¹⁸ Lei nº. 6.179 de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. Consolidação das leis da previdência social.

¹⁹ Portaria nº 82 de 4 de julho de 1974, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Em relação às RMVs era preciso que o idoso se enquadrasse em algumas situações: não receber nenhum benefício, ter contribuído por pelo menos 12 meses ou ter trabalhado por cinco anos em atividade na época não coberta pela previdência e não obter renda superior ao valor do benefício. Esta foi a primeira medida de proteção que abarcava o idoso necessitado e portador de deficiência e estava na esfera da política previdenciária (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Com o propósito de repensar as políticas públicas que controlam as medidas da assistência e a seguridade social voltadas para a população idosa, Lima (2014) assegura que, em 1976, ocorreram três eventos regionais (São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza) e um nacional com a temática “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil”, sob o cuidado do recém-criado Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Tais eventos contaram com a presença de um grupo de gerontólogos e proporcionaram a criação do documento “Política Social para o Idoso”, cujas principais diretrizes destacam-se: incentivo da ação comunitária que procurava dar assistência à família para amparar o idoso; o estabelecimento de novos critérios para a concessão de subsídios às entidades de trabalho com idoso; ampliação dos atendimentos médicos especializados; promoção de melhoria de recursos humanos para o atendimento ao idoso, mapeamento da realidade geral da população idosa com referenciais estatísticos (Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social – DATAPREV - e IBGE) com a finalidade de repensar e reorganizar as políticas públicas para esta população (BRASIL, 2002).

No âmbito das universidades, Pacheco (2003) assinala que, em 1982, foi criado o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas sobre conhecimentos técnico-científicos do envelhecimento humano, formar recursos humanos e promover o cidadão idoso. O NETI inspirou outros programas ligados à universidades, principalmente nos grandes centros do país, a iniciar novas experiências no estudo sobre o envelhecimento.

Observou-se um grande avanço no que diz respeito às políticas de proteção social à população idosa com Carta Magna de 1988. Nela é nota-se que a família é reconhecida como a instância mais importante no cuidado com o idoso, sendo ela responsável pelo trato afetivo e cuidados necessários, além de ser também responsabilizada pela falta de atenção e/ou negligência. Isso foi inclusive objeto do

título VII — Dos Crimes contra Família — Capítulo III, artigo 244, do Código Penal²⁰: “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos [...]” (BRASIL, 1998).

Com este levantamento histórico sobre o olhar do Estado e da sociedade para seus idosos, constatamos que os avanços foram significativos. Todavia é necessário observar que alguns pontos ficaram omissos frente a problemas enfrentados pela população idosa na conjuntura da política nacional da época da promulgação da CF. Camarano e Pasinato (2004) tecem uma crítica neste aspecto afirmando que a aposentadoria compulsória, tanto dos trabalhadores de instituições públicas quanto das privadas, continuou caracterizando discriminação no mercado de trabalho.

Entendemos relevante observar também que a dependência da renda da pessoa idosa pela sobrevivência familiar é constante até os dias atuais. Além disto, a responsabilização da família enquanto primeira instância para os cuidados com a pessoa idosa gera uma “certa parceria” com a sociedade civil, o que acarreta dois fatores: por um lado, assume-se uma responsabilidade governamental e, por outro, privatiza-se o atendimento às necessidades sociais, interessadas na possibilidade de obter lucro (educação, lazer, saúde, previdência, dentre outras).

3.2.2 A DÉCADA DE 1990 E A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO

No decorrer da década de 1990 muitos foram os movimentos que envolveram políticas setoriais de proteção à pessoa idosa. Lima (2014) afirma que a área dos pagamentos dos benefícios foi uma das que mais se desenvolveram. Foram aprovados, em 1991, os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social. Isto acarretou uma reformulação principalmente nos valores mínimos e máximos a serem pagos à população urbana e rural; a concessão de pensão também ao homem em caso de morte da esposa segurada; a introdução da aposentadoria por tempo de serviço proporcional à mulher; a redução da idade para concessão de aposentadoria por idade do trabalhador rural (homem) de 65 anos

²⁰ Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

para 60 anos; e a concessão de aposentadoria por idade à mulher trabalhadora rural aos 55 anos.

A CF constituiu um novo formato para a Assistência Social, que passou a ser vista como direito do cidadão e dever do Estado, no que tange à melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e da população em geral, principalmente visto as diferenças de realidade e disparidade na distribuição de renda e injustiças sociais. Borges (2003) esclarece que, após movimentos de debate quanto à assistência social, foram regulamentados os princípios constitucionais referentes à assistência social, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social²¹ (LOAS - Lei nº 8.742 de dezembro de 1993).

Camarano e Pasinato (2004) afirmam que essa lei estabeleceu programas e projetos de atenção ao idoso, em corresponsabilidade nas três esferas de governo, além de regulamentar a concessão do benefício de prestação continuada aos maiores de 70 anos de idade pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo.

Analisando a LOAS, Borges (2003) compreende que foi fundamental uma ruptura no pensamento de a assistência social ser encarada como “benesse” ou “dever moral”, pois, a partir da Lei de 1993, a assistência social passou a ser vista como dever legal que garante o acesso a benefícios e serviços sociais, podendo ser acionada judicialmente, em casos omissos. Nas palavras da pesquisadora:

Por essa nova perspectiva, a assistência deve ser assegurada com a responsabilidade estatal tanto no seu financiamento e planejamento como no seu processo de execução, adquirindo, assim, *status* de direito social, cuja concretização é vista como obrigação do setor público, objetivando a consolidação da cidadania. Nesse sentido, a assistência social é um direito gratuito, não contributivo, cumprindo o preceito de atendimento às necessidades sociais, independentemente de rentabilidade econômica, ou seja, é uma política social e não depende de regras mercadológicas, não podendo ser submetida a pagamentos de contribuições, inclusive, não podendo as entidades sociais ter fins lucrativos (BORGES, 2003, p.95).

Cabe considerar, retomando Bobbio (2004), que a exigência de uma maior proteção da pessoa idosa não teria surgido se não tivesse sido percebido pela sociedade o aumento da quantidade de idosos e do alongamento da longevidade,

²¹ Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

que são efeitos da modificação das relações sociais, além de melhorias no âmbito da medicina. Isto equivale dizer que há conexão entre mudança social e mudança na teoria e prática dos direitos dos homens e os direitos sociais auxiliam e fazem parte desta conexão e não devem ser negligenciados.

Em 1990, foi criado, no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), pela Lei nº. 8.080/1990²², a qual operacionaliza o atendimento público da saúde, garantindo a saúde como direito fundamental do homem e dever do Estado. A pessoa idosa não foi citada no texto da lei, mas subtende-se que está inserida como beneficiário já que a mesma não traz distinção de idade. Este fato nos remete a uma análise no sentido de observar que na prática, direitos elementares deixam de ser cumpridos para a população idosa evidenciando sua exclusão social. Esta análise se fundamenta no fato de quando o sujeito não é visto, não é elemento de políticas sociais que sanem suas demandas. Retomando Bobbio (2004), a particularização do homem, o compreende em sua diversidade e aciona o status de sua individualização.

3.2.2.1 POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO

Como já mencionado, na década de 1990 ocorreram movimentos e debates sobre a condição da pessoa idosa, estando o olhar da sociedade bastante atento às questões dos velhos e do envelhecimento populacional, o que levou o Estado a aderir ao debate. Neste sentido, em 1994, foi aprovada a Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei nº 8.842/1994²³, regulamentada em 1996, pelo Decreto nº 1.948/1996²⁴, cujo objetivo é “[...] assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1996, p. 5). Configura-se, então, o segmento social da pessoa idosa como categoria social.

²² Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

²³ Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências.

²⁴ Decreto nº 1.948 de 03 de setembro de 1996. Regulamenta a lei nº 8.842, de 04/01/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e dá outras providências.

Essa Lei teve como principais articuladores as entidades civis, destacando-se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e as entidades técnicas, como a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e da SBBG (ALCÂNTARA, 2016).

As principais diretrizes norteadoras da PNI, que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais, consistem em: incentivar e viabilizar formas alternativas de cooperação intergeracional; atuar junto às organizações da sociedade civil representativas dos interesses dos idosos com vistas a formulação, implementação e avaliação das políticas, planos e projetos; priorizar o atendimento dos idosos em condição de vulnerabilidade por suas próprias famílias em detrimento ao atendimento asilar; promover a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia; priorizar o atendimento do idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços; e fomentar a discussão e o desenvolvimento de estudos referentes à questão do envelhecimento (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Além destas diretrizes, segundo Fernandes (2015), nota-se uma preocupação em defender o acompanhamento e o convívio do idoso na família, ao invés de sua internação em asilos, e de impedir a permanência de idosos que necessitem de cuidados de saúde em instituições asilares sociais. Dentre as diretrizes dessa Lei (Seção II, itens V e VI), são elencadas a necessidade da ampliação de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços, além de implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo.

A PNI estabeleceu a criação de conselhos nacional, estaduais e municipais do idoso, órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por organizações governamentais e não governamentais, com a competência de formulação, coordenação, supervisão e avaliação da PNI, no âmbito das respectivas instâncias políticas e administrativas (artigos 6º e 7º). Em decorrência, entretanto, de alguns vetos em artigos da PNI, a criação do Conselho Nacional do Idoso foi inviabilizada, o que se deu somente em 2002 (ALCÂNTARA, 2016).

Camarano e Pasinato (2004), ao analisar a PNI, observam que a política estabelece as competências das entidades e órgãos públicos e que a implantação

desta lei proporcionou uma articulação entre os ministérios envolvidos na elaboração de um plano de ação governamental para integração da PNI no âmbito da União:

A operacionalização da política bem como das demais ações empreendidas no campo assistencial ocorre de forma descentralizada, através de sua articulação com as demais políticas voltadas para os idosos no âmbito dos estados e municípios e na construção de parcerias com a sociedade civil (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 269).

Seis intenções são destacadas no documento no que tange às questões ligadas à educação. O conteúdo relacionado à educação consta no capítulo IV Das ações governamentais (artigos 10 a 22), que trata da implementação da PNI nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer. O inciso III, do Capítulo IV, estabelece:

- a) Adequar os currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados para o processo do envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- b) Incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- c) Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- e) Apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber (BRASIL, 1996).

No campo da educação²⁵, é importante salientar que nenhum dos itens estabelece a criação de mecanismos formais de educação que efetivamente envolva a população idosa. Retomamos Fernandes (2015) na análise crítica que faz neste aspecto, argumentando que no último item está escrito “apoiar a criação”

²⁵ Cachioni e Todaro (2016) fazem uma análise de três das seis intenções destacadas no documento sobre a educação formal de idosos no artigo: CACHIONI, M. TADORO, M. de A. Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. (Orgs.) Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

em detrimento de “criar” universidades abertas à terceira idade. As expressões empregadas são divergentes e levam o entendimento para aspectos diferentes. “Apoiar a criação” não significa, propriamente, que serão criadas condições de socializar e universalizar o acesso às diferentes formas de saber. Significa, simplesmente, que se forem criadas por iniciativa de outros, que não o Estado, o mesmo irá ter uma posição favorável à iniciativa, sem se obrigar a contribuir, com recursos, para viabilizá-la.

Gostaríamos de ressaltar também que se observa uma preocupação por parte da PNI em proporcionar formas de evidenciar informações de caráter educativo sobre o envelhecimento, além de apoiar estudos e pesquisas neste campo: “Planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso” (BRASIL, 1996).

Para Borges (2003) tanto a LOAS quanto a PNI, seguindo o que determina a Constituição Federal, indicam um modelo descentralizado de gestão pública, em que os municípios ganham destaque na implantação e execução das políticas sociais, pois a pessoa idosa é munícipe, está estabelecida nas cidades e são elas que devem garantir o atendimento as suas demandas, promovendo qualidade de vida e a cidadania plena.

Ainda no final da década de 1990, a Portaria Ministerial nº 1.395/1999²⁶ estabelece a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), na qual se determina que os órgãos do Ministério da Saúde (MS) relacionados ao tema promovam a elaboração ou a adequação de planos, projetos e ações em conformidade com as diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas. Em 2002 é proposta a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso²⁷ tendo como base a condição de gestão e a divisão de responsabilidades, definidas pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS). Como parte de operacionalização das redes, são criados os critérios para cadastramento dos Centros de Referência em Atenção à Saúde do Idoso.

²⁶ Portaria Ministerial nº 1.395 10 de dezembro de 1999. Ministério da Saúde. Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências.

²⁷ Portaria Ministerial nº 702 de 12 de abril de 2002. Ministério da Saúde. Dispõe sobre a criação de mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso.

3.2.3 O PLANO DE MADRI E O ESTATUTO DO IDOSO

A Segunda Assembleia Mundial sobre o envelhecimento ocorreu em 2002 e teve como sede Madri, na Espanha. Diferentemente da primeira, neste evento houve uma coparticipação entre o Estado e a sociedade civil, pois no âmbito do conselho econômico e social da ONU, aproximadamente 700 instituições não governamentais passaram a ter assento no seu conselho consultivo, em todos os temas. O documento é amplo, pois apresenta 35 objetivos e 239 recomendações para a adoção de medidas dirigidas aos governos nacionais, mas insistindo na necessidade de parcerias com membros da sociedade civil e setor privado para a sua execução.

No evento um novo plano de ação e uma nova declaração política foram aprovados. Tais documentos tinham como objetivo orientar a emprego de parâmetros normativos sobre o envelhecimento no início do século XXI. Somado a isto, acreditava-se que o plano de ação também colaborasse com o repensar nas políticas e programas dirigidos à população idosa em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento (LIMA, 2014).

Camarano e Pasinato (2004) pontuam que o plano de ação desta assembleia fundamenta-se em três princípios básicos. O primeiro deles considera participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza, entendendo que o envelhecimento populacional pode denotar uma riqueza de capital humano, social e econômico para a sociedade. Segundo as autoras:

Em termos de políticas, pode-se pensar na adequação das instituições para que o crescimento da população idosa seja um elemento propulsor do bem-estar da sociedade. Nesse caso, políticas de trabalho, integração social e seguridade social são importantes (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 259).

O segundo princípio relaciona-se com a promoção do envelhecimento saudável e bem-estar na velhice, por meio, principalmente, de ações no campo da saúde. Para isto, a assembleia assegura que é salutar a criação política que possam incentivar melhorias na saúde desde o início da vida e ao longo dela, além de reforçar que são fundamentais programas de capacitação de profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e de serviços sociais.

Para alcançar a criação de um contexto propício e favorável ao envelhecimento, o terceiro princípio, é crucial à criação de políticas públicas voltadas para a família e a comunidade, garantindo um envelhecimento seguro e promovendo a solidariedade intergeracional. Assim, uma colaboração entre Estado e sociedade civil deve ser promovida no intuito de organizar um entorno físico, aos serviços e recursos, sem perder de vista a atenção à proteção ambiental. Neste contexto, a pessoa idosa também contribui para o bem-estar da sociedade e, ao mesmo tempo, está amparada por ela.

Segundo Lima (2014), destaca-se, no plano de Madri, a importância da cooperação internacional, devendo os governos explicitar as parcerias no processo de implementação do mesmo, estabelecendo as responsabilidades de cada parte e as do próprio governo. Somado a isto, o autor pontua que:

O avanço principal do plano de Madri, pode-se colocar, foi, basicamente, a defesa do engajamento dos idosos na vida e nos rumos da sociedade, refletindo as formas de garantir as condições socioeconômicas e culturais para dar suporte a esse objetivo (LIMA, 2014, p. 49).

Contudo, um ponto que ficou omissos no Plano de Madri diz respeito à alocação de recursos, pois como qualquer outra política, a implementação depende deles. Uma das metas do Plano estava vinculada à redução, até 2015, de 50% da proporção de pessoas idosas que viviam na extrema pobreza. Contudo, não foi previsto quais recursos seriam usados para alcançar este objetivo. Camarano e Pasinato (2004) alegam que da mesma forma ocorreu com a meta de promoção de programas que permitem a todos os trabalhadores obter uma proteção social básica que compreenda aposentadorias, pensões, benefícios por invalidez e atenção à saúde.

Outra limitação desse Plano tem relação com o fato de estar focado em um contexto geral, amplo, para uma realidade bastante diversificada, não considerando as diferenças regionais: “Algumas das recomendações parecem fundamentadas em um modelo pouco real, que seria o daqueles países desenvolvidos que contam com um programa de bem-estar social avançado” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 261). Destarte, a implementação do plano é dever e direito de cada Estado que deve alcançar as metas analisando sua conjuntura e verificando as prioridades nacionais. Entendemos que este fator pode levar os Estados a não garantir de fato

o alcance delas, uma vez que na amplitude do contexto pode gerar morosidade no encaminhar efetivo das ações.

Fortalecendo a PNI, outro marco no processo de garantia dos direitos do idoso é a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003²⁸, que instituiu o Estatuto do Idoso (EI). Este é o instrumento legal que tem servido de referência no movimento social na área. Entendemos que o EI serve como guia essencial para que as políticas públicas sejam cada vez mais adequadas ao processo de ressignificação da velhice e no fortalecimento da longevidade.

Alcântara (2016) assinala que surgiram no Congresso Nacional dois Projetos de Lei de Estatuto do Idoso. O primeiro chegou em 1997, com autoria do atual Senador Paulo Paim (PT/RS), sendo uma proposta elaborada em conjunto com representantes de entidades de aposentados, dentre elas a Federação de Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul e a Confederação Brasileira das Federações de Aposentados e Pensionistas (COBAP). A segunda proposta foi apresentada em 1999, com autoria do então deputado federal Fernando Coruja (PDT/SC), elaborado pelo próprio autor que adaptou o Estatuto da Criança e do Adolescente ao Idoso.

O segundo Projeto de Lei apresentava equívocos e dificuldades, pois de imediato revogava a PNI e, dentre outras sérias questões, implantava os Conselhos Tutelares para Idosos. Essa proposta apresentada pelo autor, no Fórum Nacional da Política Nacional do Idoso, em Olinda, Pernambuco, no ano de 2000, foi recusada pelos mais de 2000 participantes, na quase totalidade dos idosos (GOLDMAN; PAZ, 2006).

Em julho de 2001, a Câmara dos Deputados formou uma Comissão Especial para apreciar os dois Projetos de Leis e elaborar um único denominado Estatuto do Idoso. Com a iniciativa de discutir e compreender de fato como se constituiria o Estatuto, a Comissão realizou debates em conjunto com a representação da sociedade civil, o que gerou o Seminário sobre o Estatuto do Idoso, cujos participantes somavam mais de 500, os quais trabalharam na discussão das propostas. O resultado foi uma rica contribuição ao projeto do

²⁸ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências.

Senador Paulo Paim, considerado o que estava em consonância com os interesses dos idosos. Segundo Goldman e Paz (2006) essa atitude da Comissão ocorreu devido às pressões do movimento social organizado dos idosos.

Ao fim, as propostas das partes do Estatuto do Idoso, apresentadas por cada grupo, foram debatidas e votadas pelo conjunto de participantes, elaborando-se uma proposta de Projeto de Lei que seria enviado imediatamente à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para inclusão na pauta, para aprovação simbólica, já que havia consenso de todos os partidos (GOLDMAN; PAZ, 2006, p. 4).

Alcântara (2016) afirma que com todos os esforços o projeto foi aprovado em outubro de 2003, após dois anos de tramitação no Congresso, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2004. No bojo destas discussões e análises sobre a elaboração do EI, aconteceu a Campanha da Fraternidade de 2003, realizada pela CNBB teve como lema o idoso, cujo título era *Vida, Dignidade e Esperança*.

O EI é um documento é composto por 118 artigos e criou o sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. Nele são discutidos os direitos fundamentais relacionados aos seguintes aspectos: vida, liberdade, respeito e dignidade, alimentos, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização do trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte. O sistema de garantias previsto no Estatuto é composto pelas seguintes instituições/órgãos: Conselhos do Idoso; SUS; Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Vigilância em Saúde; Poder Judiciário; Defensoria Pública; Ministério Público e Polícia Civil (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Analisando o texto do EI é possível verificar que há algumas inovações e avanços sobre a PNI. O documento busca redefinir as responsabilidades do governo, bem como as obrigações para além dos verbos imprecisos, como “incentivar, estimular e apoiar”, como aparecem na PNI, que não raras as vezes são intencionalmente empregados, o que faculta ao poder público obrigações em ações mais efetivas e onerosas para os cofres do Estado. Somado a isto, proporciona garantias para os instrumentos de fiscalização, de controle social sobre as ações governamentais e não governamentais (TEIXEIRA, 2008, p. 290).

A educação está contemplada no capítulo V do documento, que também insere cultura, esporte e lazer:

Art. 20.	O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.
Art. 21.	O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
§ 1º	Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.
§ 2º	Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.
Art. 22	Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
Art. 23.	A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
Art. 24.	Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.
Art. 25.	O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (BRASIL, 2003).

Analisando o EI, faz-se necessário observar que, para o campo da educação, ainda são incipientes as ações práticas do Estado no que se refere aos artigos 21 e parágrafo 1º e artigo 2. Observando estes artigos, podemos afirmar que os únicos cursos educacionais, mesmo que não formais, para idosos estão presentes nas UNATIs e que estes, por uma questão de finalidade da própria UNATI estão totalmente em consonância com a expectativa de integrar a pessoa idosa à vida moderna. No quarto capítulo deste trabalho, abordaremos de forma detalhada como estão sistematizados os cursos das UNATIS no que tange à metodologia, abordagem curricular, material didático entre outros aspectos significativos que tais artigos do EI asseguram.

A educação de jovens e adultos (EJA) abarca também os idosos que não tiveram oportunidade de estudar na “idade adequada” prevista na lei e esperada pela sociedade. Reforçamos que nem para esta modalidade de ensino (EJA) não há nada que dê os contornos de uma didática voltada para as necessidades da pessoa idosa, o que muitas vezes ocasiona a desistência e a evasão escolar, o que acentua e reafirma mais uma vez a exclusão da pessoa idosa da sociedade contemporânea.

O artigo 22 versa sobre a necessidade de se produzir conhecimento sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa, intencionado eliminar o preconceito e disseminá-lo no ensino formal, em seus diversos níveis. Em nossa análise, entendemos que os estudos e as pesquisas científicas têm se intensificado com o passar dos anos, principalmente incentivados pela Gerontologia e os cursos de pós-graduação *stricto senso* presentes no país. Todavia, fazendo uma análise dos currículos do ensino fundamental, médio e dos cursos de licenciatura do ensino brasileiro, raros são os estados que adotaram em seus currículos conteúdos sobre o envelhecimento e a pessoa idosa. Os temas transversais, cujo objetivo é contagiar a escola com vida cotidiana, conseguem dar conta deste trabalho, somente à medida que os educadores se sensibilizam com a temática e buscam trabalhar para além de visitas de alunos e professores a instituições asilares e comemoração do dia dos avós ou do dia nacional do idoso²⁹ nas escolas.

Entendemos que o século XXI traz a demanda de debates sobre a questão do fenômeno social do envelhecimento populacional, ou da longevidade, como preferimos. Destarte, é imprescindível e salutar que temas desta natureza inundem a vida cotidiana e estabeleçam o debate criterioso e maduro nas mais diversas instâncias sociais e, em nosso entendimento, a escola é uma delas, pois retomando o que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação escolar deverá vincular-se à prática social (título I, artigo 1º, parágrafo 2º), tendo como princípios e fins a solidariedade humana e a cidadania (título II, artigo 2º). No artigo 12 do título IV, lê-se que os estabelecimentos de ensino devem se incumbir de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

²⁹ Lei nº 11.433 de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o dia nacional do idoso.

Diante do panorama sobre as políticas públicas e a atenção à pessoa idosa apresentado neste capítulo, compreendemos e refletimos sobre o cenário do direito e das políticas sociais na agenda brasileira. Entendemos que embasará e sustentará as discussões e análises que realizaremos nos capítulos seguintes.

4. A UNATI NO CAMPO ACADÊMICO

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.

Perdoai.
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas. (BARROS, 2002, p. 79)

O presente capítulo busca fazer uma reflexão sobre as instituições universitárias como campo científico³⁰, observando a UNATI como um subcampo do mesmo. Desta forma, observamos a importância do campo acadêmico para a formação, para “[...] o desenvolvimento de um país e um fator de integração entre países e nações”, conforme salienta Azevedo (2008, p. 875). Ao compreender o macro como o desenvolvimento de um país, precisamos atentar os olhares ao micro, já que o país é constituído de seus cidadãos. Neste sentido, a universidade é o espaço no qual o objetivo é a formação dos sujeitos, a educação, “[...] atividade potencialmente promotora da solidariedade, da coesão e da integração” (AZEVEDO, 2015, p. 88).

É no campo acadêmico que, muitas vezes, se evidencia a incompletude do ser humano, que é lembrada no poema de Manuel de Barros nos versos *A maior riqueza do homem / é a sua incompletude*. No segundo capítulo deste trabalho, já havíamos mencionado o que sugere Freire (1996) sobre o inacabamento do ser humano e as possibilidades que ele tem ao colocar-se em atividade de aprendizagem ao longo da vida assim, quanto mais anos pode-se viver, mais tempo pode-se aprender.

Ao entrar no campo acadêmico, a pessoa idosa entende-se como um sujeito que pode aprender e desenvolver-se mesmo sem ter exata noção das forças do

³⁰ Usaremos como sinônimos os vocábulos campo acadêmico e campo científico, nos termos da teoria postulada por Bourdieu (1983).

campo e quais as oportunidades ele oferecerá. A atitude de matricular-se em um programa da UNATI e frequentar o campus universitário como um estudante mostra que o idoso vai ao encontro do posicionamento do eu-lírico do poema que diz não aguentar *ser apenas um sujeito que abre portas / que puxa válvulas, que olha o relógio / que compra pão às 6 horas da tarde / que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.*

Muitos idosos se encontram na situação de passar os dias ocupados com coisas que minimizam sua existência: abrindo portas, olhando o tempo passar no caminhar do relógio. A UNATI, conforme observado anteriormente, mostra que é possível transgredir e aprender coisas que vão muito além das poucas aulas que tiveram quando frequentaram os bancos escolares, nas quais, de forma quase unânime, aprendia-se a ler e a escrever a partir de frases sem sentido, como a referência feita pelo eu-lírico *que vê a uva* (vovô vê a uva).

No poema, o eu-poético afirma que não quer esta forma de passar seus anos. Percebemos isso, ao ler o quarto verso da primeira estrofe: *Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito*. Esta ideia é reforçada na última estrofe: *Perdoai. / Mas eu preciso ser Outros. / Eu penso renovar o homem usando borboletas*. Ao afirmar que precisa ser outros, o eu-lírico declara que percebe sua pequenez e que não aceita, necessitando ser outro, que em nossa análise, podemos entender conhecer outros mundos, outras histórias, outras formas de viver.

As reflexões deste capítulo nos fazem caminhar pelo campo acadêmico buscando compreender que a universidade e os programas das UNATIS podem levar a pessoa idosa a ser *Outra*. Para isso, empreendemos uma análise cuja concepção teórica encontra no sociólogo Bourdieu (1983; 1984; 2014 e 2015) o fundamento, isto é, como um recurso para ler e compreender a realidade e seus mecanismos de produção e reprodução social.

Apresentaremos, neste capítulo, conceitos que consideramos essenciais para compreender a universidade como um campo social, em sua ampla função engendradora pelo ensino, pesquisa e extensão no campo científico e a relação de poder que seus agentes se submetem. Além disto, abordaremos o direito à educação, compreendendo a universidade como um local privilegiado que se tem acesso às mais diferentes formas de pensar e de agir, valores, ideias e princípios, doutrinas, teorias.

4.1 A UNIVERSIDADE COMO UM CAMPO SOCIAL

Compreendemos que a universidade tem como função a socialização do saber, sendo lócus específico da produção e transmissão de conhecimento, pois é por excelência um campo científico. Assim sendo, constitui-se como espaço de problematização, questionamento e desenvolvimento de práticas que, a partir das pesquisas, mostram-se relevantes para a compreensão da realidade e auxilia na superação dos problemas das mais diferentes ordens.

No universo da ciência ou no campo científico é possível observar produções simbólicas que se estão submetidas às mesmas leis gerais da “teoria dos campos”. É exatamente isso que Bourdieu (1983) inscreve no início do texto “O Campo Científico”:

O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas (BOURDIEU, 1983, p. 1 – grifos do autor).

De acordo com Alves e Azevedo (2007), embasados na teoria postulada por Bourdieu (1984), a universidade pode ser compreendida como um campo social: “[...] um espaço estruturado de posições em que os atores sociais travam relações, fazem alianças e lutam entre si” (ALVES; AZEVEDO, 2007, p.493). Além disto, se relacionam com sujeitos de fora do campo que podem interferir no arranjo espacial desse mesmo campo, em uma tentativa de entrar nele ou modificá-lo segundo seus interesses. Uma das dificuldades é a percepção de quais são as pressões externas, bem como os mecanismos que o campo deve acionar para se livrar de tais pressões e se fundamentar no reconhecimento apenas das determinações internas.

No funcionamento do campo sempre há objetos de disputa, como um jogo, além de sujeitos desejosos de jogar, submetidos às leis próprias do campo. Neste sentido, o campo científico é lugar de luta política pela dominação da ciência que, segundo Bourdieu (1984), leva os pesquisadores, conforme a posição que ocupam, a um enfrentamento dos problemas políticos e científicos, além dos métodos, estratégias para se manterem nas mesmas posições de acordo com seus interesses.

[...] todas as pessoas que estão cometidas no campo têm em comum um certo número de interesses fundamentais, a saber tudo o que está ligado à própria existência do campo: daí uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos (BOURDIEU, 1984, p.121).

É possível notar, então, que há no campo científico (e em todos os outros) processos de dominação que são intrínsecos, os quais acarretam uma produção simbólica envolvendo pessoas e as próprias instituições, em uma corrida pela propagação e reconhecimento na produção acadêmica, científica. A relação de forças entre os agentes é a estrutura do campo científico e o acúmulo do capital específico orienta as estratégias para manter e conservar a dominação do mesmo (BOURDIEU, 1984).

A dominação, segundo o sociólogo, ocorre de forma muito eficaz nas instituições escolares, as quais reproduzem e se colocam na manutenção da sociedade, em sua face dominante. Neste sentido, sendo a universidade o espaço ligado ao ensino superior e à pesquisa, é tradicionalmente aceito e válido até os dias de hoje, o fato de a universidade qualificar os mais aptos ou com maior capital econômico e cultural para diversas profissões, disjuntar o capital erudito do capital popular, além do que é e não é científico.

Empreendendo uma busca histórica na compreensão da origem da universidade, observa-se que ela surgiu para formar a elite aristocrática, cujo objetivo era atingir o saber como um fim em si mesmo, desinteressado. Paulatinamente, adequando-se às condições impostas pela realidade da época, as universidades foram se adaptando ao longo dos anos, tendo acesso a ela uma elite de mérito. Segundo Santos (2005, p. 137), era necessário formar as elites, desde a Idade Média europeia, por meio da “[...] produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos” de que a universidade se ocupava.

Frente aos processos de desenvolvimento econômico e social, as universidades passaram a atender também os filhos da burguesia e, após pressões da classe média, os filhos desta passaram a ocupar suas salas de aula. Segundo Wanderley (1983, p. 18): “[...] pouco a pouco elas [as universidades] se transformaram no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais”.

O mesmo autor afirma que com a consolidação do modo de produção capitalista e a revolução industrial, novas exigências surgiram, como as especializações e técnicas que estivessem em aderência à divisão social do trabalho, o que fez com que as universidades se adequassem a esta demanda.

Não obstante a estas mudanças históricas no modo de atuar do campo acadêmico, Fávero (2006) afirma que a universidade foi pensada e aceita como um bem cultural (capital cultural, na linguagem de Bourdieu) oferecido a minorias da sociedade e não criada para atender às necessidades sociais mais amplas da qual sempre fez parte.

Houve exatamente o mesmo movimento das universidades no Brasil. Em face da natureza de colônia, registrou-se na história brasileira de criação das universidades a importância de formação das elites da época que procuravam a Europa para realizar seus estudos superiores. Nos idos do século XVI, os alunos que finalizavam a escolarização nos colégios jesuítas, buscavam formação superior na Universidade de Coimbra ou outras instituições europeias (FÁVERO, 2006).

Não seria exagero inferir que Portugal exerceu, até o final do Primeiro Reinado, grande influência na formação de nossas elites. Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006, p. 20).

Importa lembrar ainda que, mesmo como sede da Monarquia, o Brasil conseguiu apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. A partir de 1808 foram criados alguns cursos e academias com o intuito de formar principalmente profissionais para o Estado e, com a vinda da Família Real para o Brasil, foi criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, no mesmo ano, foi instituída uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.

Quando se compreende a universidade como um campo social, observa-se que, como tal, exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Além disto, é possível observar no interior da instituição universitária, a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade.

Segundo Chauí (2003), a universidade, ao longo do tempo e influenciada pelas mudanças na ordem social, fundou-se no conceito de autonomia do saber em

face à religião e ao Estado, o que em outras palavras significa afirmar que o conhecimento produzido e disseminado seria guiado por sua própria lógica, concebendo-se como uma instituição republicana (política e laica).

Nas palavras da autora:

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma ideia reguladora (CHAUÍ, 2003, p. 5).

No mesmo sentido, encontramos também em Chauí (2001) elementos que constataam que a universidade brasileira absorve e exprime práticas neoliberais, hoje dominantes. A autora elenca vários argumentos neste sentido que resumimos: aceitação da avaliação universitária sem considerar a escolarização anterior (do ensino fundamental e médio), como se fossem tão separados que o ensino superior não tivesse responsabilidade no estado de tais fases; aceitação da avaliação acadêmica pela quantidade de publicações e das titulações, não sendo considerada a docência; aceitação da distribuição dos recursos públicos por linhas de pesquisas e grandes equipes de pesquisadores e laboratórios, critério que não se enquadram os cursos de humanidades e nos campos de pesquisas teóricas; aceitação da ideia de privatizações e terceirizações das atividades universitárias, estando as instituições à serviço de empresas privadas e do mercado.

Em países capitalistas, segundo Wanderley (1983), as instituições universitárias podem ter grau de autonomia e de avanço tecnológico e científico variável, o que dependerá do modo diferenciado do tipo de desenvolvimento almejado. Além disto, o autor considera que universidade é um local privilegiado para conhecer a cultura universal e as diversas ciências, para criar e disseminar conhecimento, mas não é o único.

Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com

a Sociedade Política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento (WANDERELY, 1983, p. 11).

Autonomia para cumprir suas finalidades é fundamental no campo acadêmico e a disputa pela manutenção dela tem sido muito evidenciada, pois a autonomia científica e pedagógica se assenta na dependência financeira do Estado. Assim, o Estado era o único responsável em assegurar os serviços prestados como um inequívoco bem público, mas, paulatinamente, o mesmo passou a reduzir seu compromisso político com o campo acadêmico (com a educação em geral), e, embora ainda sendo considerada como um bem público, a educação deixou de ser exclusivamente assegurada pelo Estado. Instalou-se assim, uma crise institucional na universidade. Segundo Santos (2005, p. 139), a crise institucional do campo acadêmico foi “[...] provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas”.

Entendendo a universidade como o campo que tem como objetivo fundamental a produção, o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento, além da formação de profissionais em âmbito científico em curso superior, especialização ou pós-graduação, a atividade desenvolvida neste campo é, sobretudo, a educação.

Azevedo (2008) problematiza, afirmando que a educação tem sido ponto de discussão na sociedade quanto à sua natureza: um bem público e um direito inalienável a ser provisionado pelo Estado ou uma mercadoria internacional que reputa ao mercado o papel de regulador³¹?

De acordo com o próprio autor, bem como com Sobrinho (2013), a educação é um bem público e um direito social, já que tem como finalidade essencial a formação dos sujeitos e, por consequência, o aperfeiçoamento da ação cidadã e da democratização da sociedade.

O conceito de bem público aqui é entendido como um princípio, isto é, um imperativo moral que sobrepõe a dignidade humana aos

³¹ Esta discussão pode ser observada em: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. O modelo inglês de educação superior e o Processo de Bolonha. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (org.). Políticas públicas e educação: debates contemporâneos. Maringá, Eduem: 2008.

interesses, inclinações e circunstâncias individuais. O individualismo corresponde ao entendimento de que os outros são meros meios para os interesses próprios. Diferentemente, o respeito à dignidade humana justifica a prevalência do bem comum sobre as conveniências individuais. O público corresponde a uma concepção moral do bem comum (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 109).

Na direção do pensamento dos autores, compreendemos a educação como um bem público e essencial para a formação de pessoas conscientes e participantes da sociedade em que vivem, além de profissionais bem qualificados, bem formados. Neste sentido, aceitar a educação como um bem público, portanto um direito social, acarreta entender a universidade como instituição de grande responsabilidade na formação ética, técnica e científica de alunos que serão os profissionais atuantes nas mais diversas áreas da sociedade.

Bourdieu (1984) observa que as disputas que ocorrem no campo fazem parte do jogo de interesses dos atores sociais. Assim, no campo acadêmico estão alinhados no confronto tanto a comunidade acadêmica (professores, técnicos e estudantes), quanto o Estado como financiador e regulador das relações. A luta pela manutenção e alargamento da autonomia esbarra na força política do Estado que, como pontuamos anteriormente, retirou-se quase completamente, apoiando movimentos de mercantilização da vida e mercadorização do ensino superior.

Azevedo (2008) e Dias Sobrinho (2013) condenam a mercadorização da educação que tem passado a ser tratada como mero produto comercial, *commodity* sujeita às leis e normas dos mercados. Neste caso, a educação tem sido considerada uma mercadoria e não patrimônio público. Segundo Dias Sobrinho (2013, p. 111):

Com o apoio ideológico e financeiro de organismos multilaterais foram formuladas e postas em prática várias estratégias de reforma da educação superior com o objetivo principal de aliviar a responsabilidade e a participação do financiamento público e alimentar a expansão das empresas privadas mercantilistas (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 111).

A partir destas análises, é fundamental compreender a educação como bem público e direito de todos e não um bem privado comercial. Destarte, os bens públicos devem ser universalmente acessíveis e não podem ser tomados como mercadorias. Quando considerados como propriedade privada, produto comercial, os bens públicos ganham status de competitividade e individualismo: pertencendo

a uns, não pertencem a outros. Além disto, devem estar fixados sobre bases de equidade e inclusão, sendo o Estado responsável por proteger e promover a educação e o conhecimento (dentre outros bens públicos como saúde e segurança) como bens públicos para todos os cidadãos.

Entendidos como bem público, a educação, o conhecimento e a formação integral são essenciais para a qualidade de vida em sociedade e para a participação efetiva na prática da democracia e na construção da paz. Assim, é de fundamental importância reconhecer o papel das instituições educativas, portanto do campo acadêmico, na formação e construção de uma sociedade mais justa com cidadãos cultos, capacitados e conscientes de suas responsabilidades sociais.

4.2 A UNATI NO SUBCAMPO ACADÊMICO

Na perspectiva de Bourdieu (1983), os campos são caracterizados pela luta concorrencial e domínio de poder e o campo científico ou acadêmico é o lugar de luta política pela dominação científica na obtenção de reconhecimento dos pares-concorrentes.

A luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes (BOURDIEU, 1983, p.6).

Para que a UNATI conquistasse o espaço que tem atualmente no campo acadêmico, tornando-se dele um subcampo, foi preciso um percurso bastante árduo de construção histórica pautada no respeito ao jogo e às regras. Todavia lutando para mostrar tanto sua importância social (o que está diretamente ligado à função social da universidade, de acordo com Romano, 2002), bem como a importância de seu potencial de reconhecimento no campo.

Em todo campo se põem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo (BOURDIEU, 1983, p. 16).

A entrada no campo é árdua, dura e desigual. É preciso agentes de garra que busquem com afinco o reconhecimento. No caso da UNATI, inserir pessoas idosas no ambiente acadêmico, em que predomina a presença de jovens, a conquista se deu passo a passo, e acreditamos que ainda ocorre na atualidade, visto que nem todas as universidades federais, estaduais e particulares aceitam e desenvolvem atividades voltadas à esta parcela da população que contribuiu com sua força de trabalho para a sociedade.

Segundo Bourdieu (1983), as estratégias de conservação do campo asseguram a perpetuação da ordem científica estabelecida, na tentativa de garantir a produção e a circulação de bens científicos no domínio dos produtores. Conforme os estudos empreendidos na compreensão do surgimento e funcionamento da UNATI, notamos que esta apresenta-se com estratégias de subversão à ordem estabelecida no campo.

Uma das regras do campo científico é que os agentes, pesquisadores e/ou professores, muitas vezes se interessam e se concentram apenas nos problemas ou demandas considerados mais importantes por seus pares-concorrentes, pois uma contribuição ou descoberta relativa a tais demandas podem trazer um lucro simbólico mais importante. Segundo o autor:

A intensa competição assim desencadeada tem todas as chances de determinar uma baixa nas taxas médias de lucro material e/ou simbólico e, conseqüentemente, uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte (BOURDIEU, 1983, p. 4).

Considerar pessoas idosas e a educação para estas como algo a ser estimado no campo acadêmico pode não ser visto como uma demanda importante. Segundo Fernandes (2015), na sociedade organizada pelo modo de produção capitalista, em um país subdesenvolvido como o Brasil, a exclusão educacional atinge muitas pessoas, principalmente os adultos maiores de 60 anos, o que constitui um problema social grave. Os idosos são, de forma geral, invisíveis no contexto de uma sociedade acostumada a não associar velhice com educação, já que essa fase da vida está mais vinculada à ideia de improdutividade, inoperância, incapacidade, aposentadoria, doença. Esta demanda pode não gerar um capital científico, econômico ou social tão rentável e interessante para os agentes do campo acadêmico. Entendemos que o pensamento referente à relação entre

velhice e educação marca notadamente o caráter reprodutor e legitimador da educação escolar.

Nesta análise, percebemos que o professor Vellas, ao se importar com a condição da pessoa idosa, pressionou o campo acadêmico e, ao criar a universidade aberta à terceira idade, subverteu a ordem e mudou as estruturas do campo, criando um subcampo. Isto ocorre com todas as universidades que inserem no campo acadêmico programas para a pessoa idosa. Embora muitas universidades brasileiras atendam os idosos na perspectiva do subcampo acadêmico, há ainda muito a construir neste caminho de encontros e de reconhecimento. As atividades desenvolvidas pela UNATI proporcionam a eles a inserção no campo e dele podem participar, integrando-se com os demais agentes engajados do campo.

Ao participar e engajar-se no campo científico os idosos assumem a postura de inacabamento, de incompletude e buscam ser *Outros*, como o eu-poético que abriu este capítulo. Superam a inatividade, o marasmo e a alienação³² que a sociedade capitalista impõe aos que não possuem mais força de produção e trabalho de acordo com o padrão. Com e a partir da UNATI, o idoso sai do aposento e deixa de ser *apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.*

³² Alienação, segundo Houaiss (2015, p. 42), significa “indiferença às questões políticas ou sociais”.

5. EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO TEMPO ESCOLAR

A PALAVRA MÁGICA

Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra. (ANDRADE, 2014, p.127)

Nascer; desenvolver-se em um crescimento progressivo de maturação biológica, cognitiva e psicossocial; produzir a vida e reproduzir-se; alcançar a maturidade; morrer. Estas são etapas da vida indissociáveis da espécie humana, ainda que muitas pessoas não cumpram todo este ciclo. O desenvolvimento humano é estudado por várias ciências e por diferentes perspectivas. Psicologia, medicina, antropologia, genética, sociologia, biologia, história e educação contribuem de forma interdisciplinar para preencher as lacunas e compreender o Homem. Cada uma delas complementa e intenta resolver novas problematizações, satisfazendo momentaneamente questionamentos e dúvidas, todavia, apontando novas interrogações, fazendo o caleidoscópico da vida e da ciência girar.

A educação, no contexto dos estudos e das pesquisas, também é chamada a atender as demandas sociais em suas transformações contínuas. Esta deve ser vista, como pontuam Cachioni e Neri (2004), como um processo contínuo vivido pelos sujeitos ao longo de toda a sua vida, e que por mais simples que sejam ou menos intelectualmente sofisticados, todos aprendem algo novo constantemente, no ambiente escolar ou fora dele.

Carlos Drummond de Andrade³³, longo poeta brasileiro, um dos maiores escritores com características modernistas, evidencia em seus poemas as

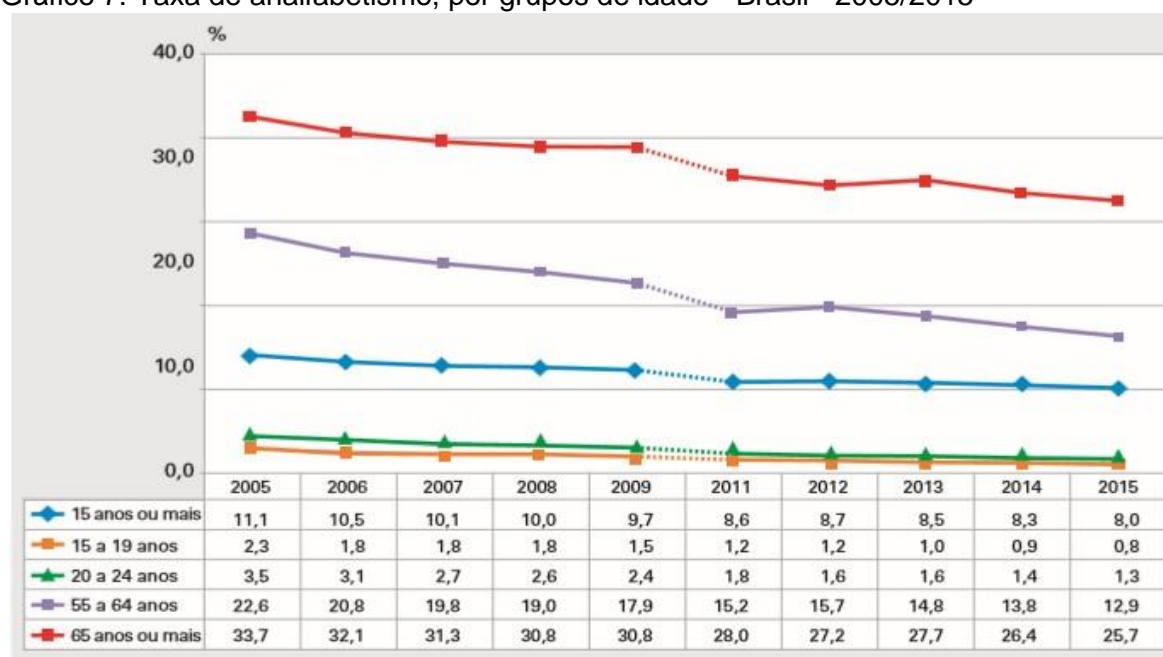
³³ Nascido em 1902, manteve-se ativo como escritor até bem perto de sua morte em 1987.

experiências de vida do cotidiano das pessoas. De forma lúcida e sensível, Drummond, levado pela inquirição filosófica sobre os múltiplos problemas do dia a dia, traduziu em palavras a condição humana em relação com o mundo.

Ao fazer uma relação do poema que abre as análises desse capítulo com seu objetivo, compreender a criação da UNATI como ambiente de educação para as pessoas mais velhas, pode-se considerar que a *palavra* representa o conhecimento que se encontra em um lugar difícil de ser acessado por muitos, na escola, ou *no livro raro*.

Segundo o IBGE (2016), na síntese de indicadores sociais, documento que faz uma análise das condições de vida da população brasileira a partir da PNAD de 2015, em uma abrangência de todo o território nacional, a população com idade acima dos 65 anos permaneceu com a maior incidência de analfabetismo (25,7%), seguida das pessoas de 55 a 64 anos de idade (12,9%), conforme gráfico 7. Isto equivale dizer que os mais velhos são a maioria da população total de analfabetos no Brasil.

Gráfico 7: Taxa de analfabetismo, por grupos de idade - Brasil - 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2005/2015

Rara é a escola para a pessoa idosa. Raro é o conhecimento escolar para esta população. Os saberes dos livros lidos e estudados nos bancos escolares, para muitos, ficaram dormindo sobre a *sombra* da escola. Fazendo uma alusão aos contos de fadas e seus personagens como o príncipe que precisa resgatar e salvar

a princesa adormecida por encantamento do sono profundo, Drummond questiona no terceiro verso da primeira estrofe: *como desencantá-la?*, em que podemos ler: como chegar até a *palavra mágica*? Como chegar ao *conhecimento*? Como chegar à *escola* já com tantos anos vividos? Vendo o conhecimento em suas diversas formas do cotidiano, sabendo que ele está ali, como apropriar-se dele?

Entendemos que algumas pessoas não têm a consciência da falta que o conhecimento escolar (saber ler e escrever) faz na vida cotidiana. Todavia, é razoável supor que muitos homens e mulheres com mais de 60 anos podem, em um momento ou outro da vida, ter sentido falta da *palavra mágica*, que para o poeta é a *senha da vida*, é a *senha do mundo*.

Como acessar a *senha do mundo* e a ele pertencer, verdadeiramente, como cidadãos? A busca é o caminho. Conforme o poeta escreve: *vou procurá-la a vida inteira / o mundo inteiro*. Na sociedade capitalista, a procura é de responsabilidade de cada um. A responsabilização do sujeito por suas mazelas, por sua condição social e econômica é uma característica evidente no discurso dominante nesta sociedade. Não obstante, pessoas idosas conscientes da falta da escolarização e que guardam um querer dentro de si, buscam pela *palavra mágica* em algumas das poucas possibilidades que lhes restam: salas de aula da EJA, bancos universitários das UNATIs.

Em nosso entendimento, mais do que deixar que o sujeito encontre-a, é preciso fazê-los encontrar. Ações para a efetivação do direito à educação devem ser colocadas no percurso para o *desencantamento* acontecer, ainda que seja para uma complementação dos estudos ou para a inicial entrada no mundo mágico do conhecimento. Conforme o poeta finaliza na última estrofe: *Procuro sempre, e minha procura / ficará sendo / minha palavra*, no caminho da busca pela *palavra mágica*, o conhecimento que se produz é resultado do que se vive, das experiências adquiridas, das tentativas e das procuras bem sucedidas ou não.

A busca é registrada pela *palavra* dos que compartilham do caminho, palavra apenas. Não *palavra mágica*.

Neste capítulo apontaremos as primeiras iniciativas de atendimento ao idoso no Brasil, marcando o processo histórico de criação das UNATIs, sua difusão por todo o mundo, em especial no Brasil, analisando as condições materiais que contribuíram para a multiplicação deste projeto educacional. Somado a isto,

buscamos compreender a educação não formal amparando-nos em Gadotti (2005), Freire (1996) e Gohn (2006), em um entrelaçamento com o que propõe Bourdieu (2015) sobre capital cultural e a visão de escola como reprodutora da ordem social posta. Compreendendo que UNATIs se pautam em uma educação permanente e não formal, ressaltamos que o trabalho do professor exige práticas pedagógicas que vão muito além das tradicionais.

5.1 O PIONEIRISMO DO SESC NO TEMA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL

No Brasil, SESC³⁴ teve uma grande influência no que tange ao trabalho em educação com a pessoa idosa, alicerçado no modelo francês. Os grupos de convivência, na década de 1960, ofereciam informações sobre o envelhecimento, programas de preparação para a aposentadoria, atividades culturais, físicas e de lazer.

Entendemos importante compreender o contexto da criação do SESC, bem como seus objetivos e intenções, justamente por ter sido uma das entidades pioneiras no olhar para a pessoa idosa. Desta forma, faremos uma abordagem concisa e histórica dos movimentos que consolidaram sua criação.

Os países se organizavam após a Segunda Guerra Mundial, iniciando um período em que havia uma movimentação dos governos e das economias do que hoje entendemos como globalização. No Brasil, a ditadura de Vargas chegava ao fim e as eleições gerais de 1945 levaram o general Eurico Gaspar Dutra à presidência. Dutra acreditava que o desenvolvimento estava atrelado à liberdade econômica de mercado (BRANDÃO, 1997).

As cidades estavam crescendo desordenadamente sem qualquer planejamento ou controle e, conseqüentemente, os serviços públicos como saúde, transporte, educação e habitação eram precários. Neste cenário novos líderes

³⁴ O SESC compõe o chamado sistema 'S', que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra 'S', têm raízes comuns e características organizacionais similares. Além do SESC, existe o SENAC (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; SESI (serviço social da indústria) e SENAI (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; SEST (serviço social dos transportes) e SENAT (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e SEBRAE (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

estavam se formando, renasciam os partidos políticos, mudavam-se as estruturas políticas e sociais e as relações entre classes, patrões e empregados, modos de produção e comercialização. Brandão (1997) pontua que haviam tensões sociais provocadas por este conjunto de elementos. Neste momento, a assistência social era exercida por instituições de caridade que em geral eram religiosas, com alcance reduzido.

Havia forte apelo ao entrelaçamento de forças entre as classes produtoras e o Estado, em prol das necessidades, desejos e sentimento do país. Autoridades do Estado e representantes da classe empresarial, sobretudo industriais, movimentavam-se para alinhar um consenso em relação a instauração de uma ordem política e econômica no país, duas questões que figuravam como impositivas. Delgado (2007) aponta questões como o rumo do desenvolvimento brasileiro, o papel a ser desempenhado pelo Estado e o perfil da política social eram a pauta de eventos que ocorriam como o I Congresso Brasileiro de Economia do Rio de Janeiro, que ocorreu em 1943 e contou com a participação de comerciantes, industriais, banqueiros, economistas, homens de estado, professores, técnicos e agricultores e o I Congresso Brasileiro da Indústria, que ocorreu em dezembro de 1944 e foi conduzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Os dois eventos contaram com a participação do Presidente da República Getúlio Vargas.

Em 1945, ocorreu no estado do Rio de Janeiro a Conferência Nacional das Classes Produtoras, também chamada de Conferência de Teresópolis. Este evento reuniu propostas dos empresários da indústria, do comércio e da agricultura no contexto de pós-guerra e de enfraquecimento do Estado Novo, "momento crucial para o a definição do papel que deveriam desempenhar as 'classes produtoras' na nova ordem que se anuncia" (DELGADO, 2001, p.121).

Como resultado da Conferência de Teresópolis, foi elaborado um documento que se tornou conhecido como Carta Econômica de Teresópolis ou Carta da Paz Social³⁵. Nela ficaram estabelecidas propostas dos empresários para o novo ordenamento econômico do país e apresentou um conceito inédito de serviços sociais custeados pelas classes patronais. Além disto, defendia a cooperação entre

³⁵ A Carta da Paz Social pode ser lida na íntegra no site http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/A+Carta+da+Paz+Social/, acessado em 15/06/2017, às 22h30min.

o empresariado e o governo visando ao desenvolvimento econômico e à paz social, isto é, de se contrapor e minimizar a agitação sindical baseada na insatisfação do operariado com as condições de trabalho e com os salários recebidos. Neste objetivo, o governo e o empresariado atuaram em estreita colaboração, atendendo aos propósitos comuns de modernização e industrialização da economia e de estabilidade social, ambos endossando ideais de nacionalismo e racionalização. Em 13 de setembro de 1946 o então presidente Eurico Gaspar Dutra assinou o decreto-lei nº 9.853 que expediu o diploma legal de criação do SESC (DELGADO, 2007).

Destarte, a instituição foi criada, como resultado da ação de empresários e organizações sindicais, sob o comando de João Daudt d'Oliveira³⁶, com o objetivo de atender “às necessidades sociais urgentes” dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas principais dificuldades e “criar condições de seu progresso”.

Trata-se de uma instituição pública de direito privado, organizada e gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços, destinada aos comerciários e seus dependentes. O SESC caracteriza-se como prestador de serviços, de caráter socioeducativo, cuja atuação ocorre no âmbito do bem-estar social dentro das áreas de saúde, cultura, educação e lazer, cujo objetivo visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, facilitando os meios para seu aprimoramento cultural e profissional (SESC, 2004).

Segundo Brandão (1997), a intenção não era ser mais uma instituição cujo trabalho passasse por atos isolados de filantropia, mas que os problemas sociais fossem encarados e enxergados em uma perspectiva de transformação social. Desta forma, o SESC foi diversificando e abrangendo lentamente mais áreas sociais.

A instituição, desde sua gênese, é mantida por contribuição mensal dos estabelecimentos comerciais (empresários do comércio de bens e serviços) enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à CNC que é repassada pelo governo, que também fiscaliza sua aplicação.

³⁶ João Daudt d'Oliveira era o então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ e da Federação das Associações Comerciais do Brasil – FACB.

Segundo Rego (2002), a criação do SESC, e demais instituições do Sistema 'S', resultou da articulação do empresariado e do governo ainda nas décadas de 1930 e 1940. O jogo de interesses do empresariado dos diversos setores levantou a necessidade da formação e da capacitação das massas trabalhadoras para o esforço de modernização do país, pois havia uma aceitação de que os trabalhadores brasileiros tinham baixa escolaridade, o que gerava uma parca formação profissional especializada.

Neste sentido, era de crucial importância preparar estes trabalhadores para que pudessem atender às expectativas dos setores produtivos da sociedade. De acordo com Delgado:

A aceitação do alargamento da proteção social dispensada pelo Estado, acompanhada da acentuação do controle das entidades empresariais e de trabalhadores sobre os organismos públicos de previdência, combinava-se à criação de entidades semiprivadas, como o SESI, no sentido de mitigar a influência dos comunistas sobre os trabalhadores industriais, de modo a assegurar-se o "clima de cooperação, fraternidade e respeito recíproco", condição para que, nos termos da Carta da Paz Social, fossem estabelecidas "as bases de uma verdadeira democracia" e mantidas as "liberdades públicas" e o "equilíbrio social" (DELGADO, 1999, p.158-159).

Analisando estas afirmações, compreendemos que a "paz social" esperada pelos representantes das entidades participantes da primeira Conferência de Teresópolis estava relacionada apenas em manter os trabalhadores "sobre controle" e produtivos de forma capacitada e eficiente em seus postos de trabalho, consubstanciando uma "harmonia" entre as classes. Além disto, a carta foi escrita do ponto de vista dos empresários e não dos trabalhadores. Isto nos faz refletir que se os mesmos tivessem sido consultados sobre suas reais demandas e necessidades latentes, muito provavelmente o ponto de vista seria outro e o teor da carta ou do desejo de "paz" tivesse outra conotação.

Partindo deste contexto, compreendemos que a criação do SESC e dos demais 'S' teve o objetivo, por um lado, de combater o movimento operário, cuja inspiração "comunista" ou "revolucionária" preocupava e, de outro, minimizar as críticas da classe média, de que o governo era influenciado pelo empresariado, como afirmado por Weinstein:

Além de temerem o protesto popular devido ao aumento do custo de vida, às longas horas de trabalho e aos frequentes acidentes de trabalho, as lideranças industriais temiam também a crescente oposição de setores da classe média urbana à indústria e à relação privilegiada que esta mantinha com o governo central. Visto que seriam necessárias tarifas protecionistas cada vez mais altas e maior apoio do governo para amparar as empresas incipientes durante o pós-guerra, os interesses dos industriais poderiam ser seriamente ameaçados se poderosos setores políticos urbanos rejeitassem a ideia de que o crescimento industrial era fundamental para a segurança e a prosperidade nacional (WEINSTEIN, 2000, p.125).

Notamos a disputa entre classes sociais, em que muitas vezes têm interesses divergentes: de um lado, os empresários, empregadores que buscam melhor desempenho no rendimento econômico de suas organizações, sejam bens ou serviços. Estes detêm os meios de produção e todo o mecanismo de manutenção da produção. De outro, situam-se os trabalhadores, pouco escolarizados, muitos deles com baixo grau de compreensão das questões sociais e da sua importância para o movimento da sociedade, donos apenas da força do trabalho.

A união dos empresários na Conferência de Teresópolis é a união do campo em busca de interesses em comum em manter seu “capital específico acumulado no decorrer de lutas anteriores” (BOURDIEU, 1984, p. 120), ou seja, a conservação da estrutura social.

Os que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, inclinam-se para estratégias de conversão – as que nos campos de produção de bens culturais, tendem para a defesa da *ortodoxia* -, ao passo que os menos providos de capital (que são também muitas vezes os recém-chegados e, portanto, as mais das vezes, os mais jovens) inclinam-se para as estratégias de subversão – as da *heresia* (BOURDIEU, 1984, p. 121).

No jogo de interesses e na contradição das forças entre as classes e o Estado, podemos afirmar que o SESC e seus coirmãos fizeram parte da versão brasileira na tentativa de compor o Estado de Bem Estar, buscando atender a lógica de cooperação entre as classes. Além disto, nasceram em um contexto de afirmação da industrialização e urbanização brasileiras, sobre o suporte do Estado autoritário, regulador, desenvolvimentista e intervencionista, que buscou atender às

reivindicações do movimento operário no estabelecimento da legislação trabalhista e da regulação da sindicalização.

O SESC foi criado com a finalidade de "[...] planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento cívico da coletividade" (BRASIL, 1946). Uma vez criado, inúmeras foram as ações tomadas pela instituição para atingir seu objetivo ao longo do percurso histórico de aproximadamente 70 anos de atuação. Tais ações foram mudando e se adequando conforme as demandas regionais, mas estavam sempre envolvidas nas áreas da educação social, lazer e bem-estar dos comerciários e seus familiares.

Um comerciário do Rio de Janeiro tem exigências opostas às de um do Nordeste e bastante diferenciadas das de um Centro Oeste. O de Porto Alegre tem necessidades que não são as mesmas de alguém do Recife. Esta capacidade camaleônica, no sentido positivo de adaptação para sobrevivência e atendimento perfeito, tem feito o SESC crescer, permanecendo efetivo ao longo de cinco décadas (BRANDÃO, 1997, p. 8).

De todas as ações da instituição, interessa, para esta pesquisa, o trabalho de atenção aos idosos.

Na década de 1960, o Brasil era um país de jovens e não existia ainda uma preocupação com a pessoa idosa. Todavia, logo no começo da década, a unidade SESC Carmo, em São Paulo, criou um grupo de convivência de idoso com o objetivo assistencial de atender suas necessidades iniciais básicas de convivência, de atenção, cuidado e amparo. O grupo era pequeno e contava com a participação de aposentados com 60 anos ou mais. Nas reuniões aconteciam palestras, debates de assuntos que elegiam, jogos de salão e comemorações de aniversários. Este primeiro grupo foi chamado de "Carlos Malatesta", em homenagem ao assistente social que liderou a iniciativa (MARTINS, 2002).

Segundo Ferrigno (2006, p.3), "Ao mesmo tempo em que as atividades deste grupo foram se diversificando, outros grupos foram surgindo em outros centros do SESC da capital e do interior de São Paulo e, posteriormente, em outros centros sociais do SESC em outros estados". Nos primeiros momentos do grupo "Carlos Malatesta" participavam exclusivamente homens, contudo, aos poucos as esposas começaram a frequentar, o que ampliou e diversificou o grupo.

É importante ressaltar que os grupos de convivência que foram criados a partir desta iniciativa foram muito significativos, pois neles os participantes tinham a oportunidade de fazer amizades, ter acesso ao lazer, à saúde física e emocional, além de superar o isolamento social e a solidão. Ademais, proporcionaram o exercício da cidadania, incentivando a autonomia, a troca de informações e orientações significativas para a melhoria da qualidade de vida e do envelhecimento ativo.

Segundo Teixeira (2008, p. 247):

Este programa é considerado o embrião dos programas das Universidades para a Terceira Idade que se expandem, no Brasil, na década de 1990, para quase todas as universidades públicas e privadas, com módulos ou cursos de extensão específicos para idosos ou em vagas abertas nos cursos regulares para esse segmento (TEIXEIRA, 2008, p. 247).

Esta iniciativa ganhou visibilidade social e amplitude na medida em que mais idosos se interessavam em participar. Isto possibilitou a inovação na atividade de assistência social ao idoso, que até aquele momento estava voltada para os cuidados no atendimento asilar, e foi crucial no desencadeamento de uma política dirigida a esta parcela da população de apoiadores (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Compreendemos que o trabalho pioneiro com os grupos de convivência que se irradiou para todo o país, além de proporcionar os benefícios mencionados, fez com a sociedade voltasse seu olhar para a pessoa idosa e suas demandas. Estudos e pesquisas sobre o envelhecimento começaram a ter espaço no meio acadêmico, o que sempre proporciona avanços tanto no âmbito científico, quanto no social. Neste sentido, embora sejamos críticos à gênese do Sistema 'S' como um todo, reconhecemos a valorosa contribuição do SESC para o debate sobre o envelhecimento no Brasil. Não obstante, como já mencionado anteriormente, reconhecemos as condições de criação da entidade e suas coirmãs, bem como não nos negamos a levar em consideração todas as críticas que são feitas à respeito das mesmas.

5.2 O PAPEL DA GERONTOLOGIA

Não vamos nos ater à história da gerontologia (e geriatria), pois não é o objetivo deste tópico, nem mesmo deste trabalho. Todavia, ao considerar o envelhecimento e a longevidade, não poderíamos deixar de buscar a gerontologia, sua influência e seus desafios como subcampo científico.

Segundo Neri (2001), a gerontologia se constituiu como campo do saber multi e interdisciplinar, com o objetivo de descrever e explicar as transformações características do processo de envelhecimento, considerando as vertentes genético-biológicas, psicológicas e socioculturais. Soma-se a este escopo o estudo das características da pessoa idosa e as experiências de velhice e envelhecimento vividas em diferentes contextos históricos e socioculturais. As análises gerontológicas englobam aspectos do envelhecimento normal e patológico, envolvendo a prevenção e o manejo das doenças pertinentes ao processo de envelhecimento.

Como é composto de várias áreas do conhecimento, o eixo central da gerontologia repousa sobre a biologia, a psicologia e as ciências sociais. Todavia, há entrelaçamentos de outras disciplinas como a filosofia, a história, a enfermagem, a fisioterapia, o direito, a geriatria, a psiquiatria e a pedagogia, das quais surgem soluções para questões individuais e coletivas, evidências e hipóteses para novas pesquisas (NERI, 2001).

Lopes (2000) pontua que o termo “gerontologia” deriva do radical grego *geron* que significa “homem velho”, e *logo* “o estudo de”. O primeiro estudioso a estabelecer o termo e usá-lo foi Elie Metchnikoff, em 1903, designando um campo de estudos exclusivo do envelhecimento, da velhice e dos idosos. O pesquisador nascido na Rússia, mas erradicado na Europa desde 1882, dedicou-se à pesquisas em embriologia, parasitologia e digestão, o que o levou à patologia comparativa e em algumas oportunidades publicou o resultado de suas pesquisas sobre os poderes do iogurte para o prolongamento da vida. De acordo com Lopes (2000, p.36):

As pesquisas a respeito da fisiologia do envelhecimento na primeira metade do século XX não avançaram o suficiente para garantir o sucesso do esforço das pessoas interessadas em prolongar a vida, mas reuniram subsídios para que uma especialidade médica fosse fundada a fim de tratar das doenças dos velhos, até mesmo da própria velhice como doença, pois com o avanço da Medicina e o conhecimento mais aprofundado do organismo humano e das

doenças os médicos passaram a exercer um controle maior sobre a morte (LOPES, 2000, p. 36).

O caminho para o estudo sobre o envelhecimento foi sendo aberto por Elie Metchnikoff e por outros que podem ser considerados precursores das iniciativas atuais para o estudo na temática, embora as pesquisas que Metchnikoff e seus pares desenvolviam estavam ligadas ao envelhecimento como debilidade, o que era considerado produto do próprio processo de envelhecimento.

Lopes (2000) aponta que no começo do século XX, a gerontologia começou a ganhar espaço como campo de investigação científica com foco nos processos fisiológicos do envelhecimento além do potencial prolongamento da vida a partir das intervenções e dos tratamentos médicos. Desta forma, foram publicados mais estudos sobre a velhice o que denotou uma necessidade de compreender o desenvolvimento humano nas fases da vida adulta e da velhice, nos aspectos intelectuais e biológicos. Segundo Neri (2001), entre 1969 e 1979 a pesquisa científica na área aumentou 270% se comparada aos anos anteriores.

Em 16 de maio de 1961 foi fundada a Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SGBB), no Rio de Janeiro, como uma organização de natureza civil, sem fins lucrativos e de número ilimitados de sócios. Nas décadas de 1952 a 1960, um grupo de médicos ligados ao Hospital Estadual Miguel Couto se organizou para estudar a literatura internacional que tinham acesso à respeito da Gerontologia, uma ciência ainda pouco conhecida no Brasil. Somado aos estudos deste grupo de médicos sobre temas do envelhecimento no âmbito nacional e internacional, um movimento internacional de divulgação da gerontologia também começou a ser notado, o que influenciou e fortaleceu a criação da SGBB (LOPES, 2000).

Muitos foram os desafios que surgiram nos primeiros anos da organização, mas aos poucos foi ganhando espaço no campo e tendo a aceitação da comunidade acadêmica e científica. Assim, a SBGG, desde então, tem o objetivo principal de congregar médicos e outros profissionais de nível superior que se interessem pela Geriatria e Gerontologia, além de contribuir, estimular e apoiar o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento. Somado a isto, promove o aprimoramento e a capacitação permanente dos seus associados.

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, novas áreas de interesse surgiram no estudo sobre o envelhecimento, principalmente geradas pelas demandas sociais sobre a longevidade e apoio aos familiares que cuidam de idosos independentes, além dos aspectos relativos aos custos envolvendo a previdência e os planos de saúde, bem como oportunidades educacionais voltadas aos idosos (NERI, 2001).

Moragas (2010) salienta que em nações modernas há preocupações com os aspectos gerontológicos da população, ainda que de forma sutil ou tímida. Segundo o autor, “[...] a política gerontológica constitui o marco básico em que se inspira a ação legislativa e reflete a orientação da sociedade em relação à população idosa” (MORAGAS, 2010, p. 264).

O autor ressalta que uma política gerontológica deve levar em conta alguns aspectos fundamentais: *Autonomia de unidades* (deve haver a garantia de serviços mínimos a toda pessoa idosa, em qualquer lugar do território nacional, como direito inerente à condição de cidadão. Estes serviços são de responsabilidade regional ou local); *objetivos e prazos* (a política gerontológica deve estabelecer objetivos em longo prazo, o que suplanta a tendência de partidos que estiverem na administração em estabelecer apenas programas de curto prazo, o que proporciona votos e não estão alinhados de fato às necessidades da população que envelhece); *condições do benefício* (é preciso considerar as velhices e suas diferenças. Neste aspecto, a política gerontológica deve atender tanto a população idosa marginalizada e com necessidades urgentes, quanto àqueles que possuem melhores condições gerais de vida); *dinheiro ou serviço* (neste ponto a questão que se coloca evidencia dois pontos fundamentais: garantir serviços de qualidade como assistência médica, transporte e alimentação ou oferecer condições financeiras para que o cidadão idoso possa adquirir, escolhendo o serviço?); *variabilidade de conteúdos* (as necessidades da pessoa idosa versam sobre aspectos diferenciados, desta forma, a política gerontológica deve abarcar não apenas as questões relativas à saúde, mas também questões sociais que atualmente são consideradas muito relevantes para a pessoa que envelhece).

Muitos são os desafios da política gerontológica e dos profissionais que se atentam para os aspectos do envelhecimento. Alguns esforços têm sido feitos, mas é preciso mais. Um dos pontos que consideramos de suma importância é uma formação que contemple aspectos gerontológicos dos mais diferentes profissionais

que são formados pelas instituições de ensino superior. Qual é o olhar dos profissionais para o envelhecimento? Profissionais das mais diferentes áreas estão preparados (ou se preparando) para atender, compreender as necessidades e particularidades dos idosos? Bacharel, licenciatura ou tecnólogo, independente da escolha do curso, da modalidade do mesmo e da área de atuação profissional, faz-se urgente e necessário flexibilizar a formação e considerar que o aumento do número de idosos e da longevidade deve ser observada em uma perspectiva de médio e longo prazos.

A gerontologia se consolidou como uma área de formação específica seja em cursos de graduação, seja em pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Segundo Cachioni e Neri (2004b), em um levantamento feito pelas autoras em 2001 e 2002, em treze estados brasileiros havia curso de especialização em gerontologia, geriatria e áreas conexas, formando recursos humanos para pesquisa e intervenção dirigidas à velhice. Esse número aumentou significativamente e, em 2018, notamos a presença de cursos com enfoque gerontológico em todo o território nacional. Isto se verificou a partir de um levantamento que teve como ponto de partida o referido estudo e o *site* da Associação Brasileira de Gerontologia³⁷ (SBG), com um grande número de instituições privadas ofertando os cursos, como podemos observar nas tabelas 5, 6 e 7 em anexo.

Assim como no levantamento das autoras citadas, os cursos de especialização ofertados atualmente visam instrumentalizar profissionais, principalmente na área da saúde para o atendimento da pessoa idosa. Não foram encontrados cursos com o objetivo central de focalizar a educação dirigida a idosos. Ressaltamos a importância da formação de recursos humanos em gerontologia não apenas para o trabalho de ensino e aprendizagem com idosos, mas porque estes profissionais poderiam também proporcionar mudanças culturais nas concepções sobre velhice.

Nesse contexto que se encaixa a gerontologia educacional, campo interdisciplinar que se desenvolve no contexto da evolução da educação de idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento (CACHIONI; NERI, 2004b, p. 104).

³⁷ <http://abgeronto.blogspot.com/>.

Compreendemos que para um assunto tão complexo e com tantas nuances como são o envelhecimento e a longevidade, um olhar interdisciplinar é de fundamental importância. Neste sentido, um grupo interdisciplinar é composto de profissionais com diferentes formações alinhados em um esforço comum em torno de um tema ou problema de pesquisa, buscando atos de troca e reciprocidade. Ao considerarmos a interdisciplinaridade na educação, entendemos que ela deve ser o fio condutor principalmente quando se trata da formação de recursos humanos para o atendimento de idosos (CACHIONI; NERI, 2004b).

Com a emergência da longevidade como um fenômeno social, a gerontologia vem crescendo e se constituindo como um campo científico especializado e de intervenção, sendo a educação gerontológica um subcampo interdisciplinar. Aí se encontra o desafio: ingressar no grande campo científico e ganhar espaço em uma interação com os demais subcampos, em uma visão interdisciplinar que busca a substituição de uma ciência fragmentada por uma ciência unificada, com repercussões no ensino, na pesquisa e na extensão.

Recorrendo a Bourdieu (1983), compreendemos mais uma vez o campo científico como um lugar de luta concorrencial. Vimos que o autor considera o funcionamento do campo de forma própria cujos interesses específicos sejam validados pelos demais, sendo estes vistos como os mais importantes e interessantes. A estrutura social é vista por um sistema organizado de poder e privilégio, cujas relações se estabelecem tanto de forma material quanto de forma simbólica.

Lopes (2000, p. 47) considera que “[...] o cerne da questão não é mais o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e dos formatos dos serviços prestados”. Além disto, a autoridade científica ou o capital cultural acumulado da gerontologia ainda é iniciante, embora esta tem se colocado como subcampo, com cursos de graduação e pós-graduação mencionados anteriormente.

Conquanto o espaço no campo científico esteja sendo almejado pela gerontologia, muitos ajustes sociais devem ser feitos, principalmente na formação acadêmica. Neste sentido, Doll (2002, p. 1125) afirma que:

A perspectiva do currículo como um campo de luta entre interesses e poderes oferece, na minha opinião, uma explicação interessante para as dificuldades da inclusão de conteúdos sobre o

envelhecimento. Seguindo esta perspectiva, o espaço nos currículos de graduação seria já ocupado por ciências, disciplinas, áreas e subáreas, as quais não estão interessadas em ceder espaço para uma temática nova, como o envelhecimento, que poderia diminuir ou até ameaçar seu lugar (DOLL, 2002, p. 1125).

Observando atentamente, vemos que o subcampo da ciência gerontológica é composto por várias ciências, como já mencionado, e tem como objeto o idoso. Assim, o vínculo com outras áreas do saber está assentado em áreas que mais proximamente dizem respeito ao envelhecimento. Neste sentido, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, biólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, fisioterapeutas e biólogos apresentam sua perspectiva sobre o envelhecimento humano e a longevidade (BOTH, 2005).

Esta análise nos leva a compreender que, conforme expressa Both (2005, p. 28):

Assim a gerontologia careceria de luz própria enquanto ciência formal, capaz de olhar a velhice desde seu ponto de vista e, capaz de olhá-la de uma forma complexa e responsável. Possivelmente jamais conseguirá chegar a tornar-se autossuficiente, pois as diversas ciências que buscam responder sobre a velhice também avançam de forma autônoma (BOTH, 2005, p. 28).

Cachioni (2003) afirma que a gerontologia tem um lugar de destaque entre as várias áreas da ciência, o que oportuniza um intercâmbio de ideias e dados, embora, todas elas contribuam, à sua maneira, para definir a última etapa da vida como uma categoria de idade com especificidades, que exige tratamentos especializados.

Qual seria o olhar, a perspectiva do gerontólogo sobre o envelhecimento e a longevidade? Acreditamos que a formação interdisciplinar de forma consistente seria imprescindível para reunir várias áreas do conhecimento de forma efetiva e congruente com propostas de intervenção mais adequadas. Além disto, a diversidade de estudos e de profissionais não intimida o caminhar da ciência e dos estudos sobre o envelhecimento e a longevidade, ao contrário, ratificam a necessidade de um novo subcampo científico e um novo profissional.

É inegável que todo o esforço dos estudos gerontológicos tenha evidenciado mais conhecimento sobre seu objeto. Independente da aceitação do campo científico, o subcampo tem se constituído em um movimento contínuo com desafios e oportunidades no intercâmbio de ideias e pesquisas. Como resultado, pode-se

observar um acúmulo de conhecimentos no sentido de ampliar a visibilidade dos mais velhos, o que leva a aceitação destes como categoria social com desejos, necessidades, direitos e deveres. Soma-se a isto, um caminhar para afastar preconceitos, evitando a opressão e até mesmo violência em torno desta fase da vida.

5.3 A UNATI E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A escola e a universidade são as instituições formais nas quais as pessoas passam grande parte da vida, oficialmente, aprendendo. O aprendizado escolar ou acadêmico envolve um rol de conteúdos pré-estabelecidos e divididos em disciplinas ao longo dos anos. Os alunos, sujeitos aprendentes, devem se esforçar para atingir o máximo que conseguirem de sucesso ao longo destes anos, pois estarão se preparando para a saída da escola e o “retorno” à sociedade, na qual desempenharão os papéis sociais também pré-concebidos. Contudo, o espaço escolar não é o único lugar em que se aprende. Como sugerem Cachioni e Neri (2004a), acreditar no progresso do ser humano ao longo de sua vida, isto é, em todas as idades, é reafirmar que o potencial humano para o desenvolvimento não se encerra, mesmo com a velhice.

Gadotti (2005) afirma que a educação é uma das condições necessárias e fundamentais para que os sujeitos acessem todo o conjunto de bens e serviços que se constituem na sociedade, “[...] ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática” (GADOTTI, 2005, p. 1). Segundo o autor, é um direito que deve se estender ao longo da vida, não se esgotando, portanto, no tempo escolar. É preciso romper com a convicção de que as fases da infância e juventude se destinam como idade escolar, idade de aprendizagem; a idade adulta deve, prioritariamente, envolver o indivíduo no trabalho e na produção; e os sujeitos, na velhice, estão fadados à aposentadoria, ao descanso, ao aposento.

No mesmo sentido caminha o pensamento de Freire (1996) que aborda o caráter permanente da educação do homem, considerando que ele aprende a vida inteira e, portanto, se a vida for longa, longo será o tempo de aprender. No conjunto do pensamento deste autor, presume-se que tudo está em transformação e

interação constantes, o que sugere que a concepção do ser humano como “inacabado” e, conseqüentemente, pronto para aprender. No inacabamento está a riqueza existencial com suas infinitas possibilidades que a educação, sendo um fenômeno tipicamente humano, torna-se possível ao longo dos anos vividos. Segundo Freire (1996, p.24):

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 24).

Sobre a educação formal ou a escola, Bourdieu (2015) faz uma análise crítica observando que a função do sistema de ensino é servir de instrumento de legitimação das desigualdades sociais. Sendo a escola conservadora da ordem social posta, reforça as desigualdades e atua como reprodutora cultural sob a máscara da universalidade e igualdade formal em que se pauta a prática pedagógica.

Neste aspecto, Bourdieu (2015) destaca que a escola irá reforçar o capital cultural do aluno e o êxito acadêmico ocorrerá na medida do que foi “herdado”. Como capital cultural compreende-se o conjunto de significações e nível de cultura global do conjunto familiar. Neste âmbito podem ser inseridos aspectos como a escolaridade dos pais, avós ou outros sujeitos da família, gostos e formas de apreciação estética, viagens, lugares frequentados costumeiramente, frequência regular ao teatro, museus ou concertos, por exemplo. Não apenas o gosto, mas o “bom-gosto” é herdado culturalmente: “[...] em todos os domínios da cultura, teatro, pintura, música, jazz, cinema, os conhecimentos dos estudantes são tão mais ricos e extensos quanto mais elevada é sua origem social” (BOURDIEU, 2015, p. 50).

Esta diferença de capital cultural é notada na escola e por ela reforçada e, como consequência, o sucesso ou fracasso escolar é atribuído às diferenças de

“dons” que apenas os privilegiados culturalmente detêm. Três são os estados do capital cultural segundo Bourdieu (2015): estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado.

O primeiro diz respeito ao movimento individual de inculcação. É o trabalho do sujeito sobre si mesmo: “[...] é um ter que se tornou ser” (BOURDIEU, 2015, p. 83). O estado objetivado do capital cultural é a materialidade: livros, pinturas, músicas, por exemplo. Pode ser transmissível para outros sujeitos, mas depende do capital econômico e de uma apropriação simbólica para dar o devido valor e significação ao mesmo.

O estado institucionalizado do capital cultural é o que mais nos interessa nessa análise, porque está diretamente relacionado à educação formal: o diploma. O certificado escolar confere ao seu portador um valor instituído e garantido no que tange ao acesso aos bens culturais. Nas palavras de Bourdieu (2015, p. 87):

Os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, dependem também da sua raridade, pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforços) sejam menos rentáveis do que se previa no momento em que eles foram idealizados (BOURDIEU, 2015, p. 87).

O sistema escolar formal, portanto, confere aos alunos a validação do capital cultural incorporado e focaliza nas diferenças sociais a transmissão da cultura de poucos, de grupos privilegiados (elites). Em outras palavras, a formalidade da educação, nas instituições escolares, está encarregada da conservação social, contribuindo para perpetuar as desigualdades, legitimando-as sobre a hipocrisia da igualdade e a universalidade.

Ratificando esta teoria de Bourdieu, Cury (2010) pontua que a pirâmide educacional acompanha com bastante proximidade a pirâmide da distribuição da renda e da riqueza e que, mesmo nos tempos contemporâneos, há uma grande distância entre os mais favorecidos e os menos abastados, entre outros fatores, pelo fato do conhecimento disponível, ou do capital cultural, estar acessível em uma linguagem própria e para uma socialização específica.

Consideramos de suma importância a observação de que a aprendizagem não é interrompida com o final do ciclo de escolarização. A educação não escolar ou não formal, entendida como oposição à educação centrada nos bancos escolares, segundo Gadotti (2005), pode ser definida “[...] por uma ausência, em

comparação com a escola, tomando a educação formal como único paradigma, como se a educação formal escolar também não pudesse aceitar a informalidade, o “extraescolar”” (GADOTTI, 2005, p.1).

O autor enfatiza que a educação não formal consegue caminhar por várias direções muito menos hierárquica e burocrática e não necessariamente precisa seguir uma progressão daquilo que se aprende, o que opõe diretamente ao entendimento de educação formal.

Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade (GADOTTI, 2005, p. 2).

Vale ressaltar que compreender os conceitos que integram os termos nos faz caminhar para um entendimento mais apurado sobre o assunto. Neste sentido, é preciso ainda diferenciar educação não formal de educação informal. Segundo Gohn (2006), trata-se de educação informal aquela que promove aprendizagem durante o processo de socialização – pais com filhos, vivências em clubes, conversas com amigos, encontros inesperados, por exemplo – que possuem valores e sentimentos de pertencimento, identificação.

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento Trata-se do processo de socialização dos indivíduos (GOHN, 2006, p. 3).

Para a autora, a educação não formal ocorre na vida, no mundo, com processos de compartilhamento de experiências intencionais em espaços cujas ações coletivas são cotidianas. “Abrir janelas de conhecimento” sobre o mundo em que o indivíduo está inserido, construindo processos interativos, o que acarretará em processos educacionais, perpassam como objetivos e finalidades da educação não formal.

Complementando este pensamento, esta forma de educação surge de um processo que se volta para os interesses e as demandas de quem participa dele. Por meio das constituições sociais que se estabelecem nos princípios da igualdade e justiça social, os sujeitos pertencentes a este grupo conseguem fortalecer o exercício da cidadania: “A transmissão de informação e formação política e

sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo, etc.” (GOHN, 2006, p. 3).

Retornando ao poema que abriu este capítulo, a educação não formal é a busca pela *palavra mágica*, a procura. Enquanto não há o encontro a magia não acontece, não há *palavra mágica*. Há apenas palavra.

5.3.1 O NASCIMENTO DA UNATI

No contexto da educação não formal encontram-se as Universidades Abertas à Terceira Idade³⁸ (UNATIs). Conforme Netto (2001), considerando as transformações demográficas e comportamentais da população, alguns cursos de extensão universitária foram criados para o público maduro. Tais cursos não seguem (ou seguem) propostas curriculares preestabelecidas, características do ensino formal. A proposta educacional das UNATIs é transgressora dessa ordem imposta. Desde seu início, busca ampliar as oportunidades de atualização cultural, proporcionando aos alunos uma gama de atividades socioeducativas nas quais os objetivos são proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais várias áreas do conhecimento, como artes, informática, saúde, literatura, línguas, música, economia, política, cinema, etc. Em todas as aulas oferecidas nas UNATIs perpassa a preocupação de estimular o conhecimento não apenas sobre o prisma da transmissão, mas também da produção. Segundo o autor:

[...] o conjunto de todas essas atividades dá sequência a uma proposta de educação permanente, isto é, trata-se de um processo duplo de aperfeiçoamento integral e sem solução de continuidade dos seres humanos, desde o seu nascimento até o fim de seus dias e se traduz tanto pela experiência individual quanto social, de aprofundamento de conhecimentos, sejam informais (extraídos de suas próprias vivências) ou formais (obtidos por meio de sua participação tanto num sistema educacional organizado em diferentes níveis de complexidade, como no sistema independente da universidade aberta) (NETTO, 2001, p. 51).

³⁸ Podem-se encontrar diferentes denominações que as instituições de ensino superior utilizam para determinar os projetos acerca da educação dos idosos no âmbito da universidade. A partir da pesquisa realizada, encontramos várias denominações, das quais citamos algumas: Universidade Aberta à Terceira Idade, Faculdade da Terceira Idade, Projeto Sênior, Grupo de Convivência da Terceira Idade, Núcleo de Estudos e Pesquisa ou Núcleo Integrado de Apoio à Terceira Idade.

Seguramente, dentro de tal abordagem, os projetos e atividades desenvolvidas com os alunos da terceira idade nas UNATIs incentivam os mesmos ao exercício pleno da cidadania.

A primeira Universidade Aberta à Terceira Idade foi criada por Pierre Vellas, um professor de direito internacional da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, na França, em 1973. Bastante preocupado com a condição da velhice, em uma postura humanista e abordando os problemas dessa fase da vida como especialista em questões sociais e no desenvolvimento social, o pesquisador observou um fenômeno interessante quando estudava problemas postos pela adaptação ou transformação dos asilos e velhos hospitais: as solicitações de ingresso eram maiores no verão, nos dias mais quentes e de férias do que no inverno. Vellas percebeu que os idosos eram deixados pelos parentes mais novos para que estes pudessem aproveitar suas semanas de férias. A novidade que o chocou foi notar que, ao terminarem as férias, muitos não buscavam seus idosos, que ficavam presos no hospital, abrigo ou asilo (VELLAS, 2009).

O pesquisador analisou esta situação e verificou que o mesmo fenômeno também se apresentava nos casos de gatos e cachorros os quais muitas famílias se apegavam e conservavam em suas residências durante o ano, mas com a chegada das férias, estes se tornavam um problema para a família (o mesmo que os pais ou parentes idosos). Então, os animais de estimação deixados em abrigos e instituições especializadas, eram abandonados após o período de férias. Com as pesquisas, foi possível confrontar os dados das duas situações (abandono dos idosos e dos animais) e notar que os resultados eram muito semelhantes (VELLAS, 2009).

Impressionado e comovido com estas primeiras conclusões, professor Vellas buscou analisar os fatos que se revelaram agressivos e insólitos, pois em sociedades industriais, problemas dramáticos como estes ocorrem: idosos são deixados à sua própria sorte: “[...] uma sociedade que é de desenvolvimento e de crescimento, mas que é também, e quanto, destruidora das solidariedades primeiras e dos valores essenciais” (VELLAS, 2009, p. 21).

Desdobrando-se nesta causa social, Vellas pesquisou os conteúdos sobre a velhice produzidos por universidades europeias e americanas, lendo e se inteirando de tudo quanto possível sobre este assunto. Investigou e apropriou-se

das políticas e dos programas desenvolvidos para a terceira idade nos países europeus e norte-americanos. Sempre focado em seu campo de trabalho, propôs que as universidades deveriam se abrir para os idosos, oferecendo-lhes programas intelectuais, culturais, físicos e de lazer (CACHIONI, 2003).

Tratava-se de uma proposta inovadora: uma universidade aberta a todos os idosos, sem distinção por nível de renda ou educação, onde pudessem ocupar produtivamente o tempo livre e auferir os benefícios que a educação podia trazer para sua saúde e seu bem estar (CACHIONI, 2003, p. 34).

Destarte, desde o primeiro momento a UNATI apresentou a característica inclusiva, acolhedora e aberta às diversidades. Não havia nenhum tipo de seleção inicial para o ingresso dos alunos, todos eram aceitos independente da classe social ou profissão. Cachioni (2003) ressalta que Vellas trabalhou sozinho um bom tempo, buscando reconhecimento do seu trabalho, embora a adesão dos idosos tenha sido imediata.

Nos anos seguintes, o programa progrediu e, com o passar do tempo e das demandas dos alunos, alterações foram sendo realizadas sempre com o intuito de garantir às pessoas maduras um ambiente em que se estimulasse a saúde e a energia no interesse pela vida, saindo do ostracismo e do isolamento, de problemas como depressão, por exemplo (CACHIONI, 2003).

Segundo Taam (2009), um professor universitário depara-se diariamente com fatos perturbadores como ocorreu com Vellas. Várias podem ser as ações frente a eles: apenas comover-se, transformar o fato em temática de investigação, tomar alguma atitude concreta que contribua efetivamente na transformação da realidade observada e inaceitável. O professor Vellas optou pela última alternativa frente ao drama dos idosos abandonados e asilados e sua contribuição foi tão vultosa que disseminou por todas as regiões e ganhou o mundo, chegando a terras brasileiras na década de 1980.

Este modelo (francês) foi sendo irradiado para outras partes do mundo, consubstanciando novas formas de organizar-se, bem como outras denominações. Essas nomenclaturas variam conforme os objetivos do programa, à ideologia de velhice e ao modelo de programa instituído. Além de predominar na França e no Brasil, está presente também na Espanha, Alemanha, Suíça, Bélgica, Polônia, Portugal, Japão, Suécia, Finlândia e Argentina.

Em território nacional, esse movimento chegou por volta do início dos anos 1980 em ações de extensão universitária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, ao longo da década, foi sendo difundido e adaptado em outras instituições de ensino superior.

Conforme Pacheco (2003, p. 225):

[...] a grande maioria dos programas universitários brasileiros destinados à terceira idade segue o modelo francês e centra suas atividades, preferencialmente, em programas de educação permanente, tornando-se um espaço em que os idosos podem relacionar-se, utilizar criativamente seu tempo, estudar e atualizar-se em cursos regulares ou organizados de acordo com o seu perfil (PACHECO, 2003, p. 225).

Observando a importância da UNATI como uma grande oportunidade de reencontro e/ou redescoberta, retomamos a afirmação de Gadotti (2005), já mencionada anteriormente: a educação é uma das condições necessárias para que os sujeitos acessem todo o conjunto de produções que se constituem em seu contexto social. Compreendemos que essa instância de educação visou, desde sua concepção e suas primeiras atividades, contribuir significativamente para a valorização do cidadão idoso, sendo este autor e ator principal da sua própria vida.

É preciso expor também que ao longo de todos esses anos, as atividades dos programas ofertados pelas UNATIs de todo o mundo muito têm cooperado no desenvolvimento de estudos e pesquisas para esta população. Como extensão universitária, os programas devem ligar as atividades de ensino e pesquisa às demandas sociais, creditando às universidades como espaço de produção de conhecimento significativo com vistas à superação das desigualdades sociais existentes. A UNATI, como projeto de extensão, consegue em grande medida cumprir esta função. E vai além. Segundo Vellas (2009, p.180):

Ela procura atingir algumas finalidades essenciais, determinadas pela experiência: luta contra o processo de envelhecimento, acesso ao patrimônio cultural, estudo do problema da velhice e pesquisa de soluções que podem ser apresentadas, sensibilização da opinião pública, formação para novas atividades na coletividade (VELLAS, 2009, p.180).

Ressaltamos que novas pesquisas desenvolvidas por graduandos, pós-graduandos e interessados no envelhecimento humano surgem neste espaço privilegiado de ensino e aprendizagem e de um rico contato intergeracional.

A convivência entre gerações diferentes é dada em um espaço plural, no qual convivem alunos e alunas em uma construção de conhecimento também diversificado. Quando esta integração acontece de forma tranquila e natural nas cantinas ou lanchonetes, nas bibliotecas, nos anfiteatros em palestras ou aulas inaugurais, nos estacionamentos e pontos de ônibus do campus universitário, entre docentes e discentes, ou seja, o convívio diário em um espaço aberto a todas as idades, há uma tendência a reduzir os possíveis estereótipos que os idosos possam criar a respeito dos mais jovens e vice-versa, o que coopera expressivamente para o respeito e a interação em outros espaços (PACHECO, 2003).

Ao observarmos a possibilidade de aproximação dos idosos com os demais alunos que frequentam a universidade e como a eles é ofertada uma gama de atividades para significação ou ressignificação da vida, retomamos o conceito de inacabamento do ser humano considerado por Freire (1996) e percebemos que as ações educacionais intencionais que a UNATI promove, em um processo de construção permanente do mundo podem fazer a diferença dos idosos e daqueles que vão envelhecer.

A partir modelo francês, mas com substancial modificação, foi criado o modelo Inglês, em 1981, em Cambridge, cujas bases estão no princípio de autoajuda. Os frequentadores do programa podem exercer tanto o papel de alunos quanto de professores, pois os idosos são vistos como sujeitos cujo cabedal de conhecimento pode e deve ser compartilhado com os demais. Além da pessoa idosa, estão envolvidos nestes programas estudantes mais jovens e outros profissionais. Não há restrição ou critério para o ingresso no programa, qualquer pessoa pode participar. O custo é baixo e as atividades podem ocorrer em qualquer lugar, como prefeituras, bibliotecas, escolas, domicílios e centros comunitários. Os horários, currículos e métodos são bastante flexíveis. Esta forma de organizar a UNATI é referência na Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, Holanda, Itália e China (CACHIONI; NERI, 2004).

Veras e Caldas (2004) assinalam que as UNATIs surgiram no Brasil quando o movimento europeu já estava na terceira geração. Os autores pontuam que a primeira foi desenvolvida sem a preocupação com a educação permanente, educação sanitária ou assistência jurídica. Os espaços da universidade eram usados apenas para que os idosos participassem de atividades culturais que

possibilitavam a sociabilidade e favoreciam as relações sociais, ou seja, o objetivo voltava-se para o lazer cultural e estímulo de convivência.

A segunda geração se expandiu deste primeiro movimento de integração da pessoa idosa na universidade. Alargando seus horizontes, em 1973, surge a primeira Universidade da Terceira Idade voltada para o ensino e pesquisa, com atividades educativas assentadas na participação e desenvolvimento de pesquisas sobre o envelhecimento. A partir deste desenvolvimento e ampliação dos objetivos, as UNATIs passaram a desempenhar um papel central nas pesquisas e estudos gerontológicos (VERAS; CALDAS, 2004).

Complementando este pensamento, Taam (2008, p. 51) pontua que:

A expressão Universidades Abertas à Terceira Idade adquire outra dimensão e dá início a uma concepção que contempla diferentes cursos e oficinas, não se fecha a pessoas que ainda não estão no segmento idoso e busca metodologias próprias para trabalhar com os adultos que estão na maturidade ou velhice (TAAM, 2008, p. 51).

No desenvolvimento pelo qual as UNATIs foram passando em âmbito internacional, observa-se que em 1975 foi criada a Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade e, em 1981, era possível observar a soma de 59 UNATIs.

Em 1980 já havia sido organizada a União Francesa de Universidades da Terceira Idade. Ainda na França, na década de 1980 surge a terceira geração das UTIs. Este movimento caracteriza-se pela elaboração de um programa educacional mais amplo, voltado a satisfazer uma população de aposentados cada vez mais nova e escolarizada, exigindo cursos universitários formais, com direito a créditos e diploma (VERAS; CALDAS, 2004, p. 40).

Os pilares que embasaram a programação das UNATIs foram: participação, autonomia e integração. Sendo assim, os alunos passaram a desempenhar um papel ativo em pesquisas, pois as mesmas eram feitas para conhecer e combater os efeitos do envelhecimento, além de serem feitas com os idosos, que mobilizavam seus conhecimentos, criatividade, vontade, inteligência e memória, e também eram feitas pelos estudantes idosos na medida em que estes adquiriam rigor científico, espírito crítico e solidez na reflexão (VERAS; CALDAS, 2004).

Destarte, Debert (1999) na análise que faz sobre os programas para a terceira idade, declara que todos os programas voltam seus olhares para a

concepção da pessoa idosa como alguém que precisa reencontrar seu lugar na sociedade, recuperando sua autoestima e saindo do “aposento”. Nestes programas, entre os objetivos que os norteiam, estão sempre preconizados os seguintes temas sobre a situação dos idosos na sociedade brasileira: (1) crítica ao desrespeito e à discriminação social quando as pessoas não são mais úteis para o trabalho; (2) crítica às injustiças sociais, pois grande parte dos idosos da sociedade brasileira encontra-se na miséria, no subemprego e na subnutrição; (3) crítica aos valores prezados pela sociedade brasileira, em que tudo que é novo e jovem é sempre melhor aceito e tudo o que é velho é desprezado; (4) crítica ao Estado que não consegue atender as necessidades básicas dessa população.

Fundamentalmente, a convergência dos diversos programas destinados à pessoa idosa nas UNATIs está relacionada no sentido de “redefinir o que é a experiência do envelhecimento, transformando-a em um período da vida a ser vivida de maneira mais madura e profícua” (DEBERT, 1999, p. 149).

As UNATIs possibilitam uma profissionalização (mesmo que de forma remota) e de contato com conhecimentos científicos nelas ministrados por professores universitários. Ademais, criam o que Debert (1999) chama de “cultura da terceira idade” – conjunto de valores e práticas voltadas para a manifestação de que é possível ser jovem em qualquer idade - e, como estão inseridas na universidade, criam também uma “cultura estudantil”.

Neste ponto, olhamos com atenção, pois “ser jovem em qualquer idade” pode levar a uma negação da velhice e do envelhecer, buscando a “juventude eterna”. É preciso refletir sobre esta questão e perceber que as virtudes da juventude como perspectivas ideais para se construir um estilo de vida para os idosos está no limiar do discurso midiático e pode facilmente ser aceito e interiorizado pelos programas para a terceira idade. Todavia, estar na universidade e participar de atividades pedagógicas, científicas e culturais favorecem a vivência plena da fase da vida em que se está. A pessoa idosa pode realizar sua participação e congregação com os demais sujeitos da universidade, encarando a velhice com dignidade, estando ativa socialmente e partilhando vivências e sabedorias advindas com e apesar da idade avançada. Nossa compreensão remete a uma reelaboração do envelhecimento no sentido de vivenciá-lo a partir de novas experiências na idade, regatando a dignidade da pessoa idosa.

AS UNATIS NO BRASIL

O direito à educação e a possibilidade de frequentar uma universidade são oportunidades de crescimento cidadão, e uma abertura que dá ao sujeito idoso a chave da autoconstrução, mesmo que na fase madura da vida, e a perspectiva de se reconhecer como capaz de fazer escolhas dentre todas as opções possíveis.

Debert (1999), considerando as várias formas de espaços voltados para a associação da população idosa, indica que tais associações e programas são de fato material privilegiado e de suma importância para demonstrar como a velhice pode ser ressignificada e que novos conteúdos podem ser atribuídos à velhice.

Além da ação pioneira do SESC de São Paulo, é preciso destacar que no âmbito das universidades, em 1982, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, foi a primeira a instalar o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). Este programa universitário tinha como principal objetivo estudar e divulgar conhecimentos gerontológicos, além de formar recursos humanos em todos os níveis e promover o cidadão idoso (CACHIONI; NERI, 2004a).

A partir deste programa, muitas outras experiências começaram a ser implantadas nas universidades em várias regiões do país, principalmente nas cidades de grande porte. Segundo Cachioni e Neri (2004a), dois anos após o início dos estudos na UFSC, o Centro de Educação Física da Universidade de Santa Maria organizou o Projeto GFTI – Grupo de Atividades Físicas para a Terceira Idade, cujo propósito era realizar atividades físicas adequadas à idade para os idosos que as praticariam em grupos. Após 10 anos, em 1994, originouse o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIETI), na mesma universidade (CACHIONI; NERI, 2004a).

A Universidade Estadual do Ceará, em 1988, criou a Universidade Sem Fronteiras, como resultado de uma pesquisa que gerou uma sucessão de atividades de extensão universitária como formação de grupos de pessoas idosas nos bairros e instituições, ciclo de estudos, cursos, seminários, criação de núcleos do programa em vários municípios.

Veras e Caldas (2004) pontuam que no final da década de 1980, o professor Américo Piquet Carneiro (Médico Geriatra e Professor Emérito da Faculdade de Medicina da UERJ) projetou um grande centro de convivência para a pessoa idosa

que pudesse ser um centro de desenvolvimento de pesquisas e disseminação de conhecimento, mas que também se caracterizasse por ser uma unidade de saúde de referência e um lugar para formação qualificada de profissionais de saúde e outras áreas.

Um Centro que prestasse assistência e serviços de diversas naturezas a idosos de diferentes faixas etárias, gêneros, etnias, extratos sociais e níveis educacionais e culturais, sempre guiado pela excelência das alternativas oferecidas. Enfim, um Centro de Convivência e excelência no interior da universidade pública (VERAS; CALDAS, 2004, p.42).

Ainda segundo Veras e Caldas (2004), o professor Américo começou a agrupar profissionais interessados em assuntos da terceira idade, no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). Isto fez com que muitos debates e trocas de experiências fizessem com que nascesse o projeto Núcleo de Atenção ao Idoso, no HUPE. A proposta era oferecer atenção integral à saúde da pessoa idosa de forma multiprofissional e interdisciplinar, compreendendo que a qualidade de vida se faz em um processo de várias áreas. Destarte, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas e assistentes sociais passaram a integrar a equipe técnica do Centro e desenvolveram atividades específicas para o idoso.

Alguns anos e muitas experiências após a criação do Centro, observou-se a necessidade de criar um local de atendimento diferenciado de um hospital que estaria voltado essencialmente para a promoção da saúde, com a integração de atividades lúdicas e estímulo à convivência, além de disseminar conhecimentos e informações sobre direitos civis, entre outras discussões pertinentes a esta parcela da população quase não vista pela sociedade. Então, alinhada às estruturas da universidade, em 1993, constituiu-se a UNATI/UERJ como um programa vinculado ao Instituto de Medicina Social (VERAS; CALDAS, 2004).

Poucos anos antes da criação da UNATI/UERJ, em 1990, a Universidade Católica de Pelotas, no Rio Grande do Sul, organizou o Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES), projeto de extensão com o propósito de pensar sobre o comportamento dos idosos na sociedade, orientar, elaborar e coordenar ações de promoção à terceira idade (CACHIONI, 2003).

Vários estudiosos (CACHIONI, 2003; VERAS; CALDAS, 2004; TAAM, 2008) afirmam que a partir da década de 1990 a extensão universitária, imbuída em

delinear atividades e estudos que favorecessem a pessoa idosa, proporcionou uma multiplicação dos programas para esta população. Isto se deve em parte pela disseminação das experiências francesas bem sucedidas e pelo aumento da longevidade já percebida, como também pela influência das diretrizes emanadas pelo Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento das Nações Unidas, proveniente da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Viena, em 1982. Embora a denominação e o modelo fossem diferentes entre si, várias UNATIs foram implantadas no país com o mesmo propósito: “[...] rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão, e a reinserção social em busca de uma velhice bem-sucedida” (VERAS; CALDAS, 2004).

Destacamos, como fazem alguns pesquisadores (CACHIONI, 2003; VERAS; CALDAS, 2004; TEIXEIRA, 2008), que a universidade pioneira no oferecimento de cursos de extensão com uma proposta unificada e inovadora de ensino, articulado com a extensão e a pesquisa, foi a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, em São Paulo. Esta instituição iniciou a Universidade para a Terceira Idade (UNITI) em agosto de 1990.

Segundo Teixeira (2008), a UNITI da PUC-Campinas é caracterizada como extensão e curso de atualização cultural e iniciou suas atividades após estudos a respeito das condições psicossociais dos idosos campineiros realizados pelo Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social da Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Entre os objetivos da UNITI fica claro: permitir a pessoa adulta e/ou idosa o acesso à universidade para, na perspectiva da educação continuada, participarem de atividades educativas, socioculturais, organizativas da ação comunitária; estimular a reinserção social dos idosos, especialmente dos aposentados e donas-de-casa, de modo a valorizar sua contribuição efetiva na comunidade local (TEIXEIRA, 2008).

O pioneirismo da UNITI é bastante significativo e, segundo Teixeira (2008), as atividades desenvolvidas estão relacionadas em quatro pilares: educação para a saúde; arte e cultura; conhecimentos gerais e línguas estrangeiras e

conhecimentos específicos sobre a terceira idade. Pacheco (2003, p. 224) assegura:

A experiência da PUC-Campinas tem sido um marco importante na consolidação de um modelo para a criação de outras experiências destinadas às pessoas idosas, além de ser um espaço aberto aos pesquisadores, pós-graduandos e estudiosos interessados no envelhecimento humano (PACHECO, 2003, p. 224).

Neste sentido, compreendemos que o programa visa principalmente a ressocialização e a reintegração social da pessoa idosa, possibilitando um ajustamento do indivíduo na sociedade em constante transformação, no sentido de recriar papéis e funções sociais, adaptando-o às exigências do mundo contemporâneo. Em aditivo, podemos perceber que com o acúmulo de anos de experiência e pesquisas sobre o envelhecimento, a universidade tornou-se referência para todos que investigam na temática.

Cachioni (2003), em sua tese de doutorado “Quem educa os idosos?”, fez um estudo sobre os professores das universidades da terceira idade e relacionou, por estado, 100 Universidades da Terceira Idade em território brasileiro em instituições de ensino superior, tanto públicas quanto particulares. Ao investigar sobre a formação dos professores das UNATIs, Cachioni (2003) faz uma abordagem histórica sobre o surgimento das instituições e elenca seis modalidades de trabalho com idosos no Brasil pelas mesmas. Segundo a autora, de forma geral, todos os programas iniciaram de forma intuitiva, pois na maioria deles não havia nenhum especialista em gerontologia, mas eram impelidos em trabalhar com os idosos identificando suas necessidades.

Em seu estudo, Cachioni (2003) debruça-se na origem e na estrutura dos programas e identifica as diferenças e semelhanças entre eles. As seis modalidades principais servem de modelo para os demais programas que, obviamente, também se estruturam a partir de suas necessidades e conhecimentos sobre o envelhecimento e a longevidade. Relacionamos os seis programas, conforme a pesquisadora: Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI/UFSC); Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Maria (NIETI/UFSM); Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNATI/UERJ); Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo (CREATI/UNIT3); Universidade da Terceira Idade da

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (U3I/PUCCampinas) e Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade de São Paulo (UNATI/USP).

Tanto Cachioni (2003) quanto os demais pesquisadores que nos embasamos nesse capítulo assinalam a importância da criação das UNATIs em vários aspectos significativos para a vida da pessoa idosa. Compreendemos que muitos são os benefícios que os programas podem oferecer aos alunos. Todavia, assumindo a postura de quem pretende investigar e desconfiar dos primeiros resultados, questionamos: A UNATI, em alguma instância, se coloca como uma instituição que legitima as desigualdades sociais, conforme o pensamento de Bourdieu (2015), quando este considera que a escola é conservadora da ordem social posta? Em outras palavras: a UNATI, que teve sua gênese diretamente ligada à mudança de uma realidade de abandono familiar e social dos idosos, permanece com sua característica subversiva da ordem posta e continua a suscitar mudanças de comportamentos do campo científico frente à visão de que a velhice é uma fase negativa, carregada de indisposições e enfermidades? Com o passar do tempo, embora os estudos sobre o envelhecimento e a longevidade sejam mais abundantes hoje quando de seu surgimento, a UNATI estaria focada em atender de forma assistencialista os alunos, com uma aparência que sugere a superação das desigualdades? Estariam os coordenadores e professores prontos a enfrentar a luta no campo a fim de ganhar espaço e respeito acadêmico levando a UNATI como um subcampo científico?

6. A UNATI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

SONHAR

Sonhar é transportar-se em asas de ouro e aço
Aos páramos azuis da luz e da harmonia;
É ambicionar o céu; é dominar o espaço
Num voo poderoso e audaz da fantasia.

Fugir ao mundo vil, tão vil que, sem cansaço,
Engana, e menospreza, e zomba, e calunia;
Encastelar-se, enfim, no deslumbrante Paço
De um sonho puro e bom, de paz e de alegria.

É ver no lago um mar, nas nuvens um castelo,
Na luz de um pirlampo um sol pequeno e belo;
É alçar constantemente o olhar ao céu profundo.

Sonhar é ter um grande ideal na inglória lida:
Tão grande que não cabe inteiro nesta vida,
Tão puro que não vive em plagas deste mundo (KOLODY, 2001, p. 88).

Voltar a estudar, frequentar uma instituição de ensino superior como acadêmico, integrar-se ao campo da produção do conhecimento pode ter sido, para muitos idosos, algo tão inusitado quanto distante das possibilidades. Massacrados pela condição social que sempre impôs o trabalho como a única possibilidade de passar a vida, idosos de classes sociais mais baixas, quando jovens, não tiveram a oportunidade de avançar nos estudos, menos ainda de estar em uma universidade. Todavia, a UNATI tem mudado essa situação e inserido muitos idosos em atividades que os levam a uma ressignificação da própria vida.

O direito à educação, estabelecido no capítulo V do Estatuto do Idoso, possibilita à população idosa do país a participação em programas educacionais como a Universidade Aberta à Terceira Idade. Esta é uma das formas da sociedade estimular a participação deste grupo da população em segmentos culturais e sociais, dando-lhe a oportunidade de contribuir e partilhar seus conhecimentos e experiências, além de aprender e desenvolver-se na fase da vida em que estão. Esta é uma forma do Estado reconhecer e reparar a negação de um dos direitos subjetivos até então negados, a educação.

Conforme pontuam Stieltjes e Taam (2011), para atender a população da cidade, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) criou, em 2010, a Universidade Aberta à Terceira Idade, como um órgão suplementar da reitoria.

Todavia, a criação da UNATI/UEM foi resultado de um processo em que a própria universidade, atenta às rápidas mudanças demográficas em curso no país, observou a necessidade de atender os idosos oferecendo cursos em várias áreas. Em 28 de setembro de 2007, a gestão composta pelo professor Décio Sperandio (Reitor) e Mário Luiz Neves de Azevedo (Vice-Reitor), instituiu um grupo de trabalho presidido pela professora Marli Lamb (DPI) cujos membros eram representantes de dez departamentos da universidade, com o foco de estudar e analisar as condições necessárias para a criação da UNATI/UEM (STIELTJES; TAAM, 2011).

Entendemos que com essa ação, a UEM demonstrou não só ser uma universidade que se projeta pela sua qualidade de ensino, mas especialmente pelo seu compromisso social e espírito humanista. O projeto foi idealizado pelos professores (nas funções de reitor e vice-reitor), que deram todo apoio para que a UNATI pudesse ser implantada na universidade. A gestão da Reitoria na época considerava de extrema importância abrir as portas da UEM para um segmento da população sedento de oportunidades e de atualização cultural, além de estimular a reinserção social.

Após várias reuniões e estudos, em 14 de dezembro de 2009, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário o projeto de criação da UNATI/UEM, e instituído como um órgão suplementar à Reitoria. A forma de criação como um órgão diretamente ligado à reitoria deu à UNATI/UEM uma presença mais sólida e significativa tanto no aspecto pedagógico quanto político (STIELTJES; TAAM, 2011).

Segundo os autores:

No plano pedagógico foi possível criar uma estrutura de ensino em que os professores da UEM pudessem ministrar aulas na UNATI incluindo-as na carga horária de ensino. Manter, mesmo na modalidade de educação não formal, uma oferta de aulas e de atividades regulares e até com a capacidade de assimilar novas demandas. Estruturada como órgão pode atuar com maior agilidade e eficiência nos três pontos do tripé que fundamenta as Universidades: o ensino, a pesquisa e a extensão (STIELTJES; TAAM, 2011, p. 141).

Além disto, o fato de ser um órgão da Universidade possibilitou à UNATI/UEM estabilidade, segurança orçamentária, autonomia em ações e uma visibilidade institucional para além da comunidade acadêmica. Desde o primeiro momento, a UNATI foi concebida com objetivo de possibilitar maior qualidade de vida às pessoas e não para formar competências, sendo o objetivo principal é levar ao autodesenvolvimento pessoal.

A aula inaugural ocorreu no dia 7 de março de 2010. Foram oferecidas 340 vagas em 54 cursos ou atividades diferentes nas áreas de educação para a saúde, arte e cultura, conhecimentos sobre terceira idade, línguas estrangeiras, informática, oficinas de teatro, além de atividades físicas como dança e hidroginástica. O corpo docente contava com 44 professores efetivos da universidade que se dividiam nas aulas dos cursos e em três projetos de pesquisa que iniciaram e foram concluídos ao longo do ano.

O engajamento da UNATI/UEM com a comunidade acadêmica e com a sociedade maringaense levou a instituição a promover e realizar o II Simpósio Maringaense de Gerontologia, que ocorreu em outubro de 2010. O evento contou com várias palestras proferidas por pesquisadores e estudiosos reconhecidos nacionalmente sobre o envelhecimento e a longevidade como o professor da Universidade de São Paulo, Franklin Leopoldo e Silva, e a professora Solange Maria Teixeira da Universidade Federal do Piauí. O evento teve como objetivos disseminar conhecimentos originados dos estudos, pesquisas e experiências no campo da gerontologia; compartilhar e ampliar reflexões sobre as questões relacionadas ao envelhecimento.

Ao longo desses anos, a UNATI/UEM organizou e realizou outros dois simpósios de gerontologia: I Simpósio Internacional de Gerontologia, IV Simpósio Maringaense de Gerontologia, II Simpósio Paranaense de Gerontologia, cuja temática foi “A aventura de envelhecer no século XXI” que ocorreu de 3 a 7 de novembro de 2014, na UEM, com os objetivos de disseminar conhecimentos originados dos estudos, pesquisas e experiências no campo da gerontologia; compartilhar e ampliar reflexões sobre as questões relacionadas ao envelhecimento e o II Simpósio Internacional de Gerontologia, V Simpósio Maringaense de Gerontologia, III Simpósio Paranaense de Gerontologia, com a temática “Novos saberes sobre envelhecimento: mudando atitudes, expandindo possibilidades”,

também ocorreu nas dependências da UEM e teve como objetivos além dos mesmos do I simpósio, integrar pessoas de diferentes universidades e instituições sociais e políticas responsáveis por ações educacionais, que incidem na formação dos idosos, em um processo de atualização, empoderamento, conscientização, reconhecimento e aquisição de novos papéis sociais.

6.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

Conforme Stieltjes e Taam (2011), a estrutura política e administrativa da UNATI/UEM foi concebida considerando ser um agente ativo no que se refere à participação política e social da pessoa idosa, possibilitando mudanças concretas nas condições de vida. Dois são os eixos que balizam sua estrutura: sistema de participação democrática do quadro administrativo, professores e alunos e participação da comunidade externa aos muros da universidade. Esta estrutura não é restrita apenas à gestão, mas é fundada em três aspectos que possibilitam que a UNATI/UEM desempenhe o papel político que lhe cabe: (1) criação de uma instância deliberativa responsável por eleger os coordenadores e demais decisões de cunho pedagógico, de pesquisa, financeiro, e desenvolvimento institucional (Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão - COEPE); (2) incentivo de toda a comunidade acadêmica nos processos decisórios; (3) integração das instituições da sociedade civil enquanto representantes do interesse público (STIELTJES; TAAM, 2011).

O COEPE, a instância deliberativa máxima da UNATI, é composto de coordenador geral da UNATI, que o preside; coordenador pedagógico; quatro docentes do corpo efetivo da UEM, com vínculo de dois anos na UNATI, eleitos pelos seus pares; um representante dos discentes eleito pelos seus pares; um representante docente de cada centro, indicado pelo Conselho Interdepartamental; um representante da secretaria municipal de educação, um representante do Conselho Municipal de Defesa do Idoso; um representante de movimentos sociais, eleito pelos seus pares.

Várias atividades são de responsabilidade do COEPE, as quais elencamos, conforme pontuam os autores (STIELTJES; TAAM, 2011, p. 142):

- Eleger o Coordenador Geral e o Coordenador Pedagógico da UNATI;

- Aprovar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Deliberar sobre eventos e outras atividades de caráter científico, político e cultura;
- Aprovar orçamento anual interno e a alocação dos recursos financeiros;
- Propor e aprovar mudanças regulamentares da UNATI/UEM, por deliberação favorável de 4/5 (quatro quintos) dos seus membros, para posterior deliberação do Conselho Universitário;
- Aprovar as propostas de parcerias e/ou convênios institucionais para posterior encaminhamento as instâncias deliberativas competentes. Elaborar propostas e avaliar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) afeta à UEM (STIELTJES; TAAM, 2011, p. 142).

Amparados por Stieltjes e Taam (2011), observamos que a estrutura política administrativa da UNATI/UEM está consubstanciada no pensamento de Paulo Freire (1921-1997) e Célestin Freinet (1896-1966). Isto equivale evidenciar que os olhares estão focados para que as relações de aprendizagem ocorram de forma a incentivar a consciência crítica do aluno.

O Educador Paulo Freire postula que o maior objetivo da educação é conscientizar o aluno. Conscientizar é fazer com que os alunos compreendam a situação em se que encontram no campo social e, em relação às parcelas desiguais da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2013), usa exatamente estes termos: opressão e libertação quando se refere à grande parcela da população que está à mercê do capital cultural produzido na sociedade capitalista e excluídos do campo. Além disto, afirma que ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. "Os homens se educam entre si mediados pelo mundo" (FREIRE, 2003, p. 95), escreveu. Compreendemos, a partir desta afirmação, que os sujeitos precisam uns dos outros para estabelecer uma relação de aprendizagem e que, embora um possa estar em uma posição diferente do outro, a relação e a interação entre eles possibilitam o desenvolvimento e a aprendizagem independente do campo ou do espaço social.

Neste sentido, Freire (2013) propõe que ao professor cabe desenvolver a criticidade dos alunos, condenando o ensino oferecido por grande parte das escolas, que para ele estabelecem uma educação bancária. Neste modelo de escola, o professor deposita conhecimento e o aluno apenas o recebe. O saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Quando se doa,

escolhe-se o que quer doar. Trata-se de uma escola alienante, conservadora, que procura acomodar os alunos ao mundo existente.

Como o eu-lírico do poema de Kolody (2001), que abriu esse capítulo, afirma que é preciso sonhar e *Fugir ao mundo vil, tão vil que, sem cansaço, / Engana, e menospreza, e zomba, e calunia; / Encastelar-se, enfim, no deslumbrante Paço / De um sonho puro e bom, de paz e de alegria*, ao professor cabe levar o aluno a querer encontrar esse lugar onde o aluno tem a possibilidade de fazer escolhas que o conduzam a uma vida feliz. Ao professor está dada a responsabilidade de inspirar aqueles que passam pelas suas aulas a não aceitar o tratamento desigual que é dado aos diferentes. Todos podem compreender que *Sonhar é ter um grande ideal na ingloria lida: / Tão grande que não cabe inteiro nesta vida, / Tão puro que não vive em plagas deste mundo*. Ao entender o sonho como um ideal, percorre-se todo o tempo, todos os dias em busca para alcançá-lo, mesmo em uma vida simples, ordinária e comum. Assim, não se aceita a educação bancária e mecânica.

Fazendo um paralelo entre o pensamento de Freire (2013) e os preceitos de Bourdieu (2015) notamos que as ideias se encontram principalmente no aspecto de entender o sistema de ensino como reprodutor e legitimador da estrutura social. Ambos os pensadores combateram a ideia da escola como instituição neutra, responsável pela transmissão de um patrimônio cultural pertencente a toda a sociedade de modo único. A escola não é neutra. O professor não ministra uma aula neutra. O simples fato de um professor não se posicionar politicamente, denota uma posição. Assim como o fato de o Estado não propor ações políticas em favor de minimizar as desigualdades sociais deixa claro qual é seu posicionamento.

Quando se deposita o conhecimento no aluno e este é visto como recebedor de tal conhecimento, conforme Freire (2013), o que ocorre é que se escolhe a cultura considerada legítima (dos grupos dominantes) e o sistema de ensino legitima e reforça sob a aparência de neutralidade da escola as condições desiguais nas quais os alunos chegam a ela, conforme Bourdieu (2015).

Resende (2017), ao estudar o que o sistema de ensino na perspectiva de Bourdieu, afirma:

[...] a escola exerce também uma função mistificadora, pelo menos em dois sentidos: na medida em que oculta o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura que veicula como neutra e legítima; e na proporção em que transforma diferenças sociais em

desigualdades socialmente legitimadas, neutralizadas como decorrentes de aptidões e/ou do esforço individuais, negando e camuflando, assim, o privilégio cultural dos alunos oriundos das classes dominantes (RESENDE, 2017, p. 327).

Ao contrário disso, a educação que Freire (2013) defendia tem a intenção de inquietar os alunos, fazê-los pensar sobre o sentido das coisas. O trabalho do educador é, então, possibilitar a criação ou a produção de conhecimentos, levar os alunos a conhecer conteúdos, mas não como uma verdade absoluta que está pronta e não é passível de reflexões (FERNANDES, 2015).

A postura do professor neste sentido está pautada no princípio de que os alunos são portadores de uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor, apenas diferente. Nas práticas pedagógicas tanto professor quanto alunos aprenderão juntos, uns com os outros. Na proposta de Freire (2013) para que isto ocorra é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar.

Para Bourdieu, segundo Resende (2017), a equidade formal da prática pedagógica ocorreria quando professores ensinassem a todos a integralidade dos conteúdos culturais de forma explícita, não considerando como dado o que apenas alguns alunos herdaram. O diálogo é a força que nutre a reflexão e a problematização sobre a participação dos sujeitos no mundo; assim também deve nutrir a prática pedagógica na inquietação a respeito dos conteúdos escolares.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2013, p.116).

Segundo Stieltjes e Taam (2011), Freinet foi um intelectual que também inspirou a pensar e organizar a UNATI/UEM. “A educação não é uma fórmula de escola, mas sim uma obra de vida” (FREINET, 2004, p. 13) esta frase de Freinet, forte e densa, subsidia a compreensão de que qualquer tempo é tempo de aprender, o que nos leva a afirmar que qualquer idade é idade de aprender. Este é o argumento no qual a UNATI/UEM se embasa. Sendo Freinet um crítico do capitalismo, teve um posicionamento político que estava para além dos rótulos de

esquerda ou direita, pois acreditava que era preciso combater o racismo, a divisão da sociedade em classes e lutar pelo fim das desigualdades sociais.

Freire e Freinet tornam-se interlocutores indispensáveis na busca por respostas ao desafio pedagógico de atender às características das turmas da UNATI/UEM: diversidade de nível de escolaridade, de nível socioeconômico, de idade, de experiências de vida, de capacidades fisiológicas e condições físicas, e cujos alunos têm uma rotina diária com obrigações e hábitos bem diferentes uns dos outros (STIELTJES; TAAM, 2011, p. 153).

A UNATI/UEM desempenha uma função essencial na oferta de recursos educacionais e socioculturais à pessoa idosa, pois se propõe a desenvolver e articular projetos de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de alunos da graduação, pós-graduação e docentes dos cursos que desenvolvem projetos relacionados à várias áreas do conhecimento, bem como ao envelhecimento e longevidade. Intrínseco a isto, a UNATI/UEM garante ações efetivas no sentido de pressionar as mudanças estruturais que balizam as condições sociais de viver a velhice na contemporaneidade.

Os cursos oferecidos pela instituição não têm cunho profissionalizante e são distribuídos nos turnos da manhã e da tarde com carga horária que varia entre 17h, 34h, 68h ou 102h. O aluno escolhe o curso que deseja fazer no semestre, não ultrapassando o limite de quatro cursos por semestre. O limite de vagas por curso é definido pelo docente que irá ministrá-lo, o que é bastante variável.

Todo o material didático como cópias, argila, material para pintura e desenho, é disponibilizado gratuitamente pela UNATI/UEM, onde nada é cobrado do aluno. Além de estar em uma instituição pública, mantida com o dinheiro dos impostos pagos pela população, isto é, dos próprios alunos, não é papel da UNATI/UEM reproduzir a processo de exclusão que muitos dos alunos viveram ao longo de sua vida.

Vellas (2009), o criador das UNATIs, afirmava que era preciso levar ao conhecimento do idoso as obras dos grandes artistas, mas também se preocupava em colocar o idoso como produtor de arte, sendo-lhe permitido participar da criação artística.

É preciso que os 'terceira idade' possam ter acesso às obras artísticas que desejam conhecer, aqueles que podem enriquecer seus sentimentos, sua sensibilidade, seu sentido particular de

beleza. Não é isso também, esse encontro surpreendente que é preciso favorecer com a cultura na terceira idade, com a arte, com a estética, das obras mais simples às mais elaboradas? (VELLAS, 2009, p.155).

Vários cursos são ministrados na UNATI/UEM que vertem nesta proposta. Cursos de origami, conhecendo a arte, língua italiana, artes visuais, desenho, práticas musicais, dança, filosofia, coral, literatura e teatro exemplificam a importância dada ao enriquecimento da sensibilidade e dos sentimentos que exprime Vellas (2009).

Analisando a grade de horários estabelecida para o ano de 2019, notamos que os cursos estão organizados em seis eixos temáticos como mostra a tabela 6, elaborada a partir da grade de horários disponibilizada no site³⁹ da UNATI/UEM.

TABELA 6 – Eixos temáticos e cursos oferecidos na UNATI/UEM - 1º e 2º semestres de 2019.

Processos e Procedimentos Comunicativos	Inglês para iniciantes – nível básico
	Produção e compreensão Oral língua inglesa
	Curso de Língua Espanhola
	Grupo de Estudos em Língua Italiana – nível básico e avançado
	Leitura e interpretação de mapas, plantas e gráficos
	O prazer de ler na terceira idade
	Notícias e redes sociais: como interpretá-las?
	Informática – nível intermediário
	A Terceira Idade e a Internet I
	Informática Básica – intensivo
	Monitoria de Informática
Arte e Cultura	Origami Básico
	História das Artes Visuais: práticas artísticas
	Coral
	Oficina de Música
	Fotografia e seus encantos
	Tratando a fotografia
	Conhecendo a Arte
Saúde Física e Mental	Brinquedos e Brincadeiras: registro de memórias
	Nutrição
	Hidroginástica
	Academia
	Evitando doenças promovendo saúde
Vida Saudável: benefícios da ciência e a prática diária	

³⁹ <http://www.unati.uem.br/images/2019/Horrio%202019.pdf>, acessado em 20 de setembro de 2019.

	Equilíbrio corpo e mente IV: espiritualidade e suas implicações para a compreensão de si mesmo
	Equilíbrio corpo e mente no cotidiano das pessoas
	A Produção de Medicamentos e a Saúde da População
Direito e Cidadania	Grupo de Estudos: direito instrumental para a terceira idade e Filosofia.
	Diálogos sobre envelhecimento, educação e autonomia
	Anatomia humana básica: autocuidado, prevenção e cidadania para a pessoa idosa
	Viver e Sobreviver nas Cidades
Meio Físico e Social	Influências do Clima na Agricultura
	A Linha do Clima: passado, presente e futuro das mudanças climáticas e do aquecimento global
	Mundo dos insetos e a saúde humana
	Insetos e plantas: convivendo na horta e no jardim
	Aprendendo com a Biologia do cotidiano
	As plantas e seus segredos
	Retrato da cidade em fatos e fotos
	Caçando o tesouro escondido no assoalho paranaense
Humanidades	Grupo de Estudos em Filosofia “Repensar a Terceira Idade”
	Relacionamentos humanos
	Passos iniciais na História da vida moderna
	Literatura e Formação Humana no Ocidente
	Cultura Grega e Antiga: mitos, poesia e teatro
	O Conto Hispano Americano Contemporâneo
	Estudos da Literatura Francesa do século XIX: Balzac, Stendhal e Maupassant
	Literatura e Produções Visuais

Fonte: A pesquisadora.

A variedade de cursos oferecidos demonstra o engajamento da UNATI com aspectos construídos historicamente pelo homem e promovem a verdadeira cidadania levando os alunos a participar socialmente de forma consciente e crítica.

Como um órgão de uma universidade pública, realiza-se na UNATI/UEM tudo o que dela se espera: ensino, pesquisa e extensão, oferecendo aos alunos ensino público e de qualidade. Nunca é tarde para aprender. Este pensamento é o que embasa as atividades desenvolvidas na UNATI/UEM e todos os cursos trabalhados pelos docentes que proporcionam oportunidade para a pessoa idosa redescobrir formas de viver, desde aprender ou aprimorar uma língua estrangeira como engajar-se na vida social a partir de conhecimentos tecnológicos e artísticos.

Ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida, por meio da ampliação de recursos tecnológicos e segurança, é preciso criar oportunidades de viver os anos a mais com qualidade de vida, participação e aprendizagem contínua. Assim, a UNATI/UEM representa uma nova oportunidade para a participação social para os alunos matriculados, pois estes frequentam os cursos compatíveis com suas reais capacidades, sem constrangimento ou vergonha, o que possibilita o reconhecimento de sua cidadania e, muitas vezes, da superação de parte do tratamento desigual pelo qual ficaram excluídos do campo educacional.

Somos conscientes de que a luta pelo reconhecimento das especificidades da educação do idoso, pela valorização e resgate da dignidade do mesmo na sociedade contemporânea, tem um longo e espinhoso caminho pela frente, todavia, acreditamos que a UNATI/UEM é uma das ações mais efetivas neste caminho. Acreditamos, como Kolody (2001) que *Sonhar é transportar-se em asas de ouro e aço / Aos páramos azuis da luz e da harmonia; / É ambicionar o céu; é dominar o espaço / Num voo poderoso e audaz da fantasia.*

6.2 OS PERCURSOS DA PESQUISA

O objetivo principal da pesquisa centra-se em compreender, por meio de um levantamento bibliográfico, como e onde surgiram as UNATIs, como ocorreu a criação da UNATI/UEM, verificando em que medida o programa, cujo foco é a inserção da pessoa idosa em instituições de ensino superior, visto como efetivação do direito à educação, impacta a vida dos alunos que o frequentam. Neste sentido, buscamos compreender os eixos dos cursos oferecidos pela UNATI/UEM, bem como qual é a percepção da importância dela para os alunos. Procuramos também observar se, quando de fato são implantadas, as políticas públicas representam importantes instrumentos para que os cidadãos possam ter assegurados e ainda efetivados seus direitos.

Com vistas a investigar tais aspectos, esta pesquisa qualitativa contou com entrevistas semiestruturadas, conforme a tabela 7, para a obtenção de informações relativas à influência da participação nos cursos na vida dos alunos, além da percepção dos mesmos sobre o envelhecimento.

Tabela 7: Entrevista com os alunos da UNATI.

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Gênero: F (___) M (___) Outro (___)

3. Raça/Cor: _____

4. Local da residência:

5. Estado Civil:
casado (___) viúvo (___) Outro (___) solteiro (___) divorciado (___)

6. Filhos:
Sim (___) Quantos: _____ Não (___)

7. Escolaridade:

Fundamental I incompleto (___)	Fundamental I completo (___)
Fundamental II incompleto (___)	Fundamental II completo (___)
Ensino Médio Incompleto (___)	Ensino Médio completo (___)
Superior Incompleto (___)	Superior completo (___)
Especialização (___)	

8. Quais profissões/ocupações você teve durante a vida ativa de trabalho?

9. Como você conheceu a UNATI?

10. Qual é o seu meio de transporte para ir à UNATI?

11. Há quanto tempo você participa dos cursos da UNATI?

12. Quais os cursos que já frequentou?

13. O que participar da UNATI trouxe para a sua vida?

14. Você influenciou outras pessoas a frequentar a UNATI? Quem?

15. O que é envelhecimento para você?

Fonte: A pesquisadora.

As entrevistas com os alunos aconteceram nos meses de outubro e novembro do ano de 2019 e foram realizadas de forma individual, gravadas em

áudio e, em seguida, transcritas. A partir delas, extraímos as categorias para a análise, embasados pela teoria da análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (1977). Entendemos que a análise de conteúdo é uma ferramenta para a compreensão da construção do significado que o indivíduo exterioriza em seu discurso. Consiste em uma técnica metodológica aplicável em discursos diversos nas mais diferentes formas de comunicação, independente da natureza do seu suporte. Nesta análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão implícitos em fragmentos de mensagens. Há um esforço duplo na análise: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar a atenção, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Bardin (1977) prevê três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira fase é a de organização em que deve ser estabelecido um esquema de trabalho preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Neste momento, o pesquisador entra em contato com os documentos que serão analisados, formulando as hipóteses e objetivos, e elaborando dos indicadores. Os temas que se repetem com mais frequência são recortados sob o prisma da padronização temática ou o termo que se equivalha.

Na fase de exploração do material, a segunda fase do trabalho, as unidades de codificação são escolhidas e é feita a categorização. Ao codificar, o pesquisador transforma os dados brutos do texto em uma representação do conteúdo do que foi observado no corpus, obtendo as características das mensagens. Em seguida, organiza o conteúdo codificado, categorizando-o, isto é, agrupa os temas nas categorias definidas (BARDIN,1977).

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados e equivale à inferência e interpretação. Bardin (1977) pontua que esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto nas transcrições, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido. Nesta etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Neste sentido, as interpretações e as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa

verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (BARDIN,1977).

Orientados por esta metodologia (BARDIN, 1977), realizamos a pré-análise das respostas dos 10 alunos obtidas a partir das seguintes questões norteadoras: *O que participar da UNATI trouxe para a sua vida?* e *O que é envelhecimento para você?*. Passamos à transcrição das mesmas, o que formou o *corpus* da investigação. Este processo envolveu a descrição analítica para a seleção e marcação de trechos das falas dos alunos conforme seus conteúdos, agrupados para constituir as categorias de análise. Então, atendemos aos objetivos de verificar em que medida o programa impacta a vida dos alunos que o frequentam, cuja categoria levantada foi *interação social*. Sobre a visão de envelhecimento dos alunos, a categoria foi *fase natural da vida*.

Depois de elencadas tais categorias, seguimos com as análises de acordo com o arcabouço teórico no que tange aos conceitos de *habitus*, campo e capital da teoria de Bourdieu (1984; 2011; 2015), desenvolvidos no segundo capítulo deste trabalho. Para estas análises também contamos com autores como Vellas (2009), Debert (1994) e Freire (2013).

Todos os interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos, em uma relação de confiança estabelecida entre pesquisadora e entrevistados, entre sujeitos sociais atuantes no mesmo campo, o campo acadêmico.

Como convém e determina o Comitê de Ética pelo qual o projeto de pesquisa passou e todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo). Compreendemos a grande responsabilidade que temos como pesquisadores e que é preciso todo o cuidado para proteger os que nos confiaram seus relatos a partir de conversas privadas, porém para finalidade pública que é o objetivo de pesquisas científicas como esta. Assim, procurando abrigá-los da exposição desnecessária, usaremos as iniciais do nome dos idosos entrevistados ao referirmos e analisarmos o conteúdo das falas.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a compreensão da importância da UNATI/UEM e, por extensão, de todas as UNATIs que se fazem subcampo acadêmico, bem como espaço de interação social em favor da pessoa idosa. Assume-se aqui o compromisso de, além de publicar os resultados desta

pesquisa, oferecer-se para apresentá-los à coordenação da UNATI/UEM, bem como levar a outras instâncias a importância de programas que atendem idosos, pois, como pontua Vellas (2009, p. 174): “[...] é preciso não apenas favorecer a criação de associações, clubes e serviços de toda natureza, mas dar formação satisfatória àqueles que são responsáveis por sua gestão, por sua animação”. Assim como o citado autor, somado à concepção da função da universidade como bem público (AZEVEDO, 2013), entendemos que as produções do campo acadêmico devem extrapolar os muros que limitam o *campus* no verdadeiro sentido de ensino, extensão e pesquisa.

6.3 OS ALUNOS DA UNATI/UEM

Ao matricular-se, o aluno preenche um formulário (em anexo) a partir do qual é possível observar algumas informações importantes para conhecer o público que frequenta o ambiente universitário. A UNATI/UEM atendeu 467 alunos em 2019. Analisando as informações a partir da ficha de matrícula, conseguimos verificar que a idade de ingresso nos cursos é de 60 anos, havendo 3 alunos com esta idade e 1 aluno com 94 anos, o mais velho de todo o grupo, no ano de 2019. Além disto, destacamos que o maior número de participantes está na faixa etária de 61 a 79, como mostra a tabela 8.

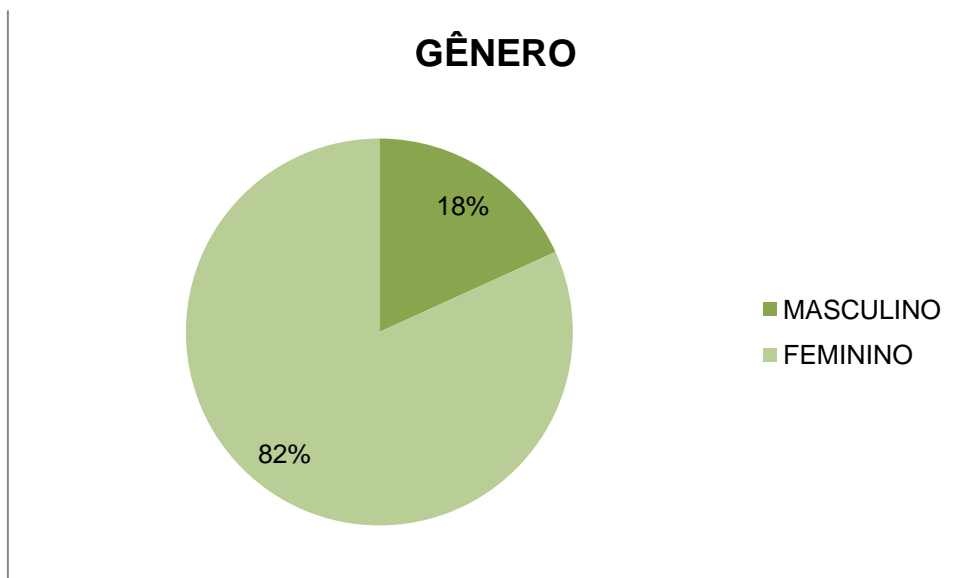
Tabela 8 – Idade dos alunos matriculados em 2019.

IDADE	QUANTIDADE
60-69	228
70-79	208
80-89	30
90-99	1
<u>TOTAL</u>	467

Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Dos alunos matriculados, verificamos que 85 são homens, ou seja, 18% do número de alunos, e 382 são mulheres, 82%, conforme apresenta o gráfico 8.

Gráfico 8 - Gênero



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Estudos de Debert (1994) sobre gênero e envelhecimento demonstram que os programas de terceira idade, normalmente grupos de convivência e universidades de terceira idade, têm mobilizado mais o público feminino que parece estar mais disponível do que os homens para vivenciar esta fase da vida. Somado a isto, a participação das mulheres em atividades para a pessoa idosa, segundo Motta (1994), deve-se a um processo de feminização da velhice. Ocorre que as mulheres vivem cerca de sete anos a mais que os homens, e declaram solidão na velhice, já que, muitas vezes, estão viúvas ou não têm tanta atenção da família. Os dados levantados sobre o gênero nos fazem perceber que, também na UNATI/UEM, as mulheres são a maioria dos alunos participantes, comprovando a afirmação dos autores citados.

Outra característica relevante a ser observada é que existe uma maior proporção de viúvas na velhice do que em qualquer outra faixa etária. É razoável ressaltar que, conforme pontuado no segundo capítulo deste trabalho, por tradição, a mulher tende a se casar com homens mais velhos do que ela, o que, associado a uma mortalidade masculina maior do que a feminina, aumenta a probabilidade de viver anos a mais em relação ao seu cônjuge.

Nossa análise sobre a prevalência do número de mulheres no *campus* na UEM em cursos oferecidos pela UNATI, levam-nos a afirmar que a longevidade feminina indica claramente que, neste aspecto, as mulheres são o “sexo forte”.

Dados do IBGE exibem que tanto na sociedade contemporânea, bem como no futuro, a predominância é de um mundo de mulheres. A UNATI/UEM não foge deste contexto de feminilização da velhice.

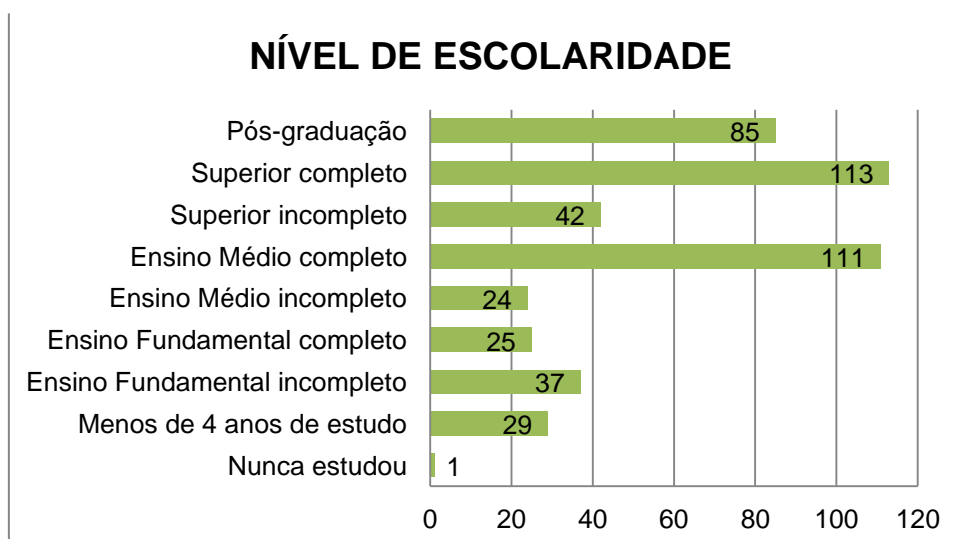
Debert (1999, p. 184) enfatiza que:

Para as mulheres, o envelhecimento significa uma passagem de um mundo totalmente regrado para outro em que se sentem impelidas a criar as próprias regras. O próprio envelhecimento é vivenciar um processo de perdas indesejadas que tornaram a independência e a liberdade possíveis (DEBERT, 1999, p. 184).

Participar de cursos na UNATI/UEM, frequentar os bancos escolares com objetivos reais de aprendizagem significa a liberdade que muitas senhoras não tiveram quando estavam na fase de idade escolar, assim, as alunas resgatam um tempo escolar que as proporciona conhecimento e alternativas de autodesenvolvimento e atualização (CACHIONO; NERI, 2004).

O nível de escolaridade dos homens e das mulheres que frequentam os bancos universitários também é demonstrado na ficha de matrícula ao ingressar nos cursos. Como é a proposta da UNATI/UEM, não importa o nível de escolaridade para frequentar os cursos e, neste sentido, há pessoas com baixa escolaridade, havendo, inclusive 1 pessoa que nunca estudou. Com os dados de escolaridade, percebemos que o maior número de idosos tem a escolaridade até o Ensino Superior, mesmo que incompleto: 92 pessoas, ou seja, 33%, como demonstra o gráfico 9.

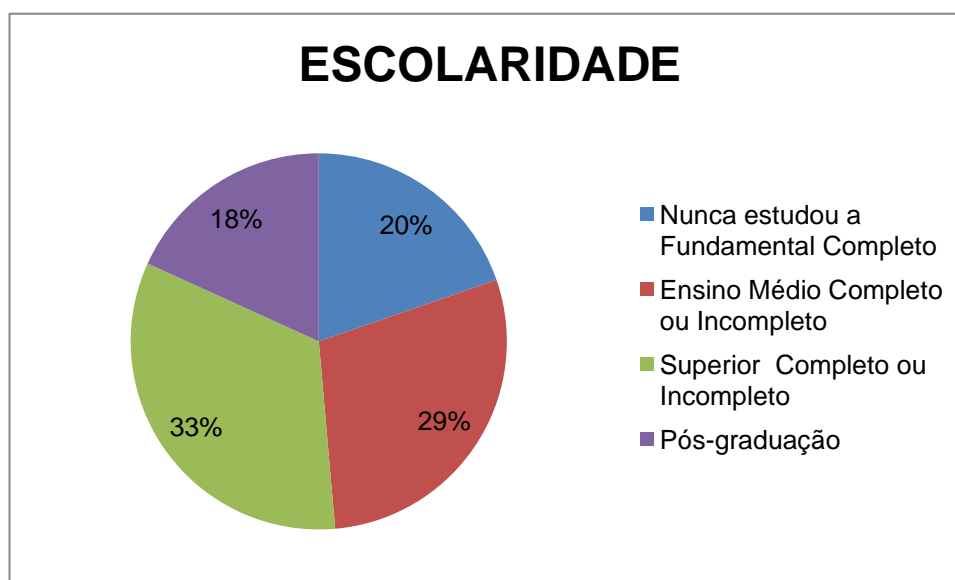
Gráfico 9 – Nível de Escolaridade



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Estes números mostram que a experiência acadêmica dos alunos da UNATI/UEM é razoável, pois somadas a quantidade de pessoas que acessou um curso de graduação e o número de pessoas que realizou um curso de pósgraduação, temos 240 alunos, o que representa 33% do número de alunos que estiveram em 2019, o que podemos visualizar no gráfico10.

Gráfico 10 - Escolaridade

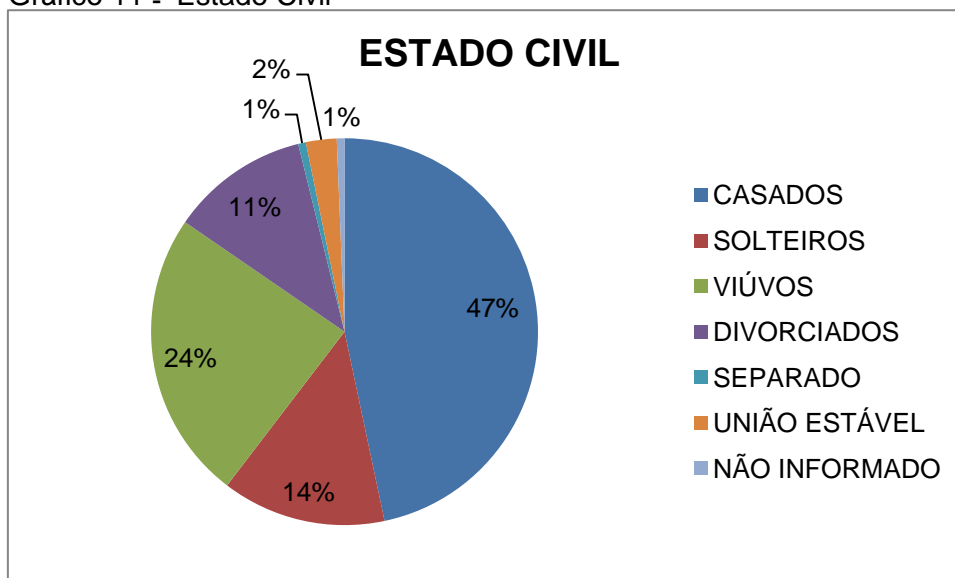


Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

A ficha de matrícula também oferece a informação sobre o estado civil dos alunos. Assim, o levantamento feito mostrou que, em 2019, 47% dos alunos eram

casados e, 24%, eram viúvos. 64 alunos, ou seja, 14% afirmaram ser solteiros no momento da matrícula, 54 divorciados (11%), 12 alunos (2%) afirmaram viver em união estável, 3 pessoas afirmaram ser divorciados e 3 pessoas não informaram o estado civil, como apresenta o gráfico11.

Gráfico 11 - Estado Civil

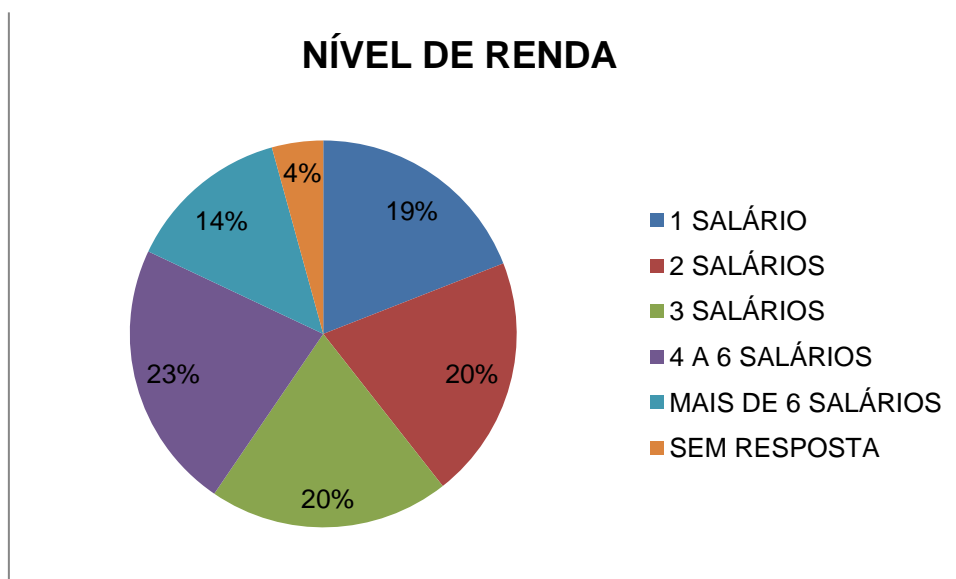


Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

O nível de renda dos alunos da UNATI/UEM também é uma das questões postas na ficha de matrícula. No ano de 2019, 23% dos alunos matriculados afirmou ter renda entre 4 a 6 salários mínimos⁴⁰ e um número muito próximo de alunos conta com 1, 2 ou 3 salários mínimos de renda, o que representa 60% do número de alunos do 2019, como mostra o gráfico12.

⁴⁰ O salário mínimo no ano de 2019 foi de R\$ 998,00.

Gráfico 12 Nível de Renda



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Estes números nos levaram a observar a informação relativa à atividade profissional dos alunos matriculados. Na ficha de matrícula há a pergunta *Desenvolve alguma atividade profissional?* (___) Sim (___) Não *Especifique*.

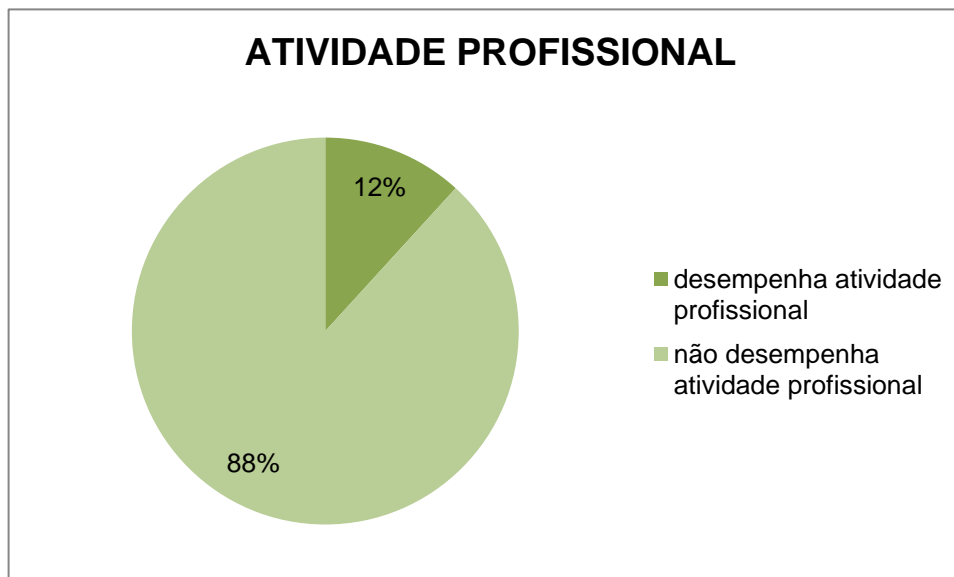
Segundo o levantamento feito, dos 467 alunos da UNATI/UEM atendidos em 2019, 55 deles (12%) responderam que desempenhavam alguma atividade profissional, o que mostra o gráfico13. Os demais (88%) responderam que não atuavam profissionalmente, o que nos leva a entender que são aposentados ou pessoas que não tiveram um trabalho formal que pudesse conceder a eles a condição de aposentados. O gráfico14 demonstra esta informação.

Gráfico 13 Tipos de Atividade Profissional



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Gráfico 14 Atividade Profissional



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Observando os dados levantados, verificamos que as ocupações que mais se destacaram foram artesã (9 pessoas), costureira (7 pessoas) e vendedora de produtos de beleza (4 pessoas). Estes números nos levam a compreender que o trabalho informal é, também na velhice, uma fonte de renda que muitas pessoas precisam para complementar o que recebem pela formalidade, ou mesmo sendo esta a única forma de fonte de renda. Os idosos no mercado de trabalho informal é um aspecto importante a ser estudado. Este tema merece atenção dos pesquisadores no sentido de compreender em que medida a informalidade laboral está presente entre as pessoas maduras, bem como suas causas e seus efeitos no contexto das famílias e da sociedade. Não abordaremos esta questão no presente trabalho.

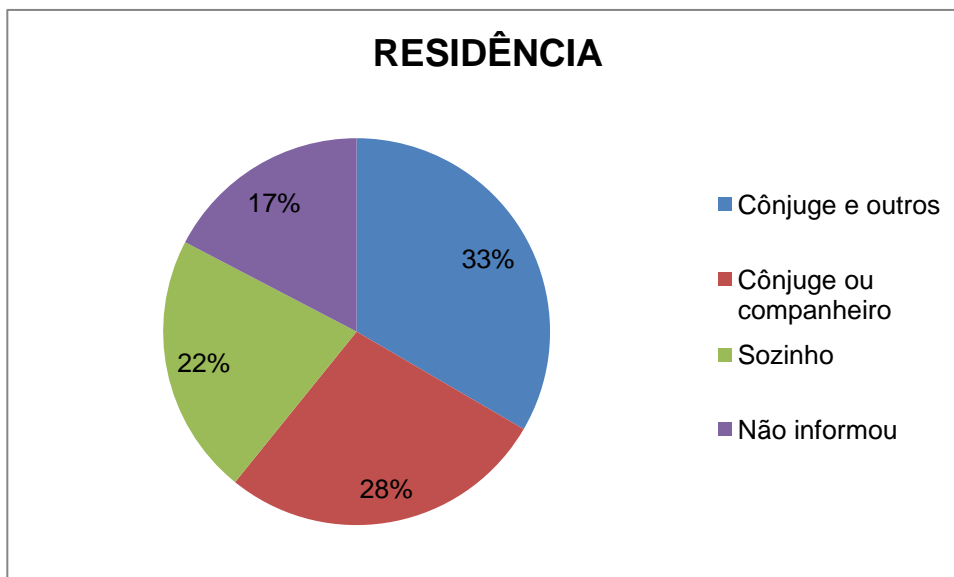
Ao preencherem ficha de matrícula da UNATI/UEM os alunos também declaram com quem residem no momento. A partir do levantamento feito, observamos que dos 467 alunos, 33%, ou seja, 156 deles moram na mesma residência com o cônjuge e outras pessoas da família cuja variação fica entre filhos, pais, netos, sobrinhos, sogra e cunhados, informação que detalhamos no gráfico15. 28%, ou 128 pessoas, mora apenas com o cônjuge ou companheiro. Observamos ainda que 102 alunos declararam morar sozinhos, o que equivale a 22% dos alunos matriculados em 2019 e 81 (17%) alunos não informaram, conforme evidencia o gráfico16.

Gráfico 15 – Residência - Detalhamento



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Gráfico 16 - Residência



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Segundo Costa, *et al.* (2016), a longevidade e as mudanças na estrutura familiar provocam um número cada vez maior de pessoas idosas vivendo sozinhas, o que impõe a desafiadora tarefa de prover habitação adequada para também como um direito de cidadania. Há ainda poucos trabalhos acadêmicos que estudam o aprimoramento das condições de habitabilidade nas condições físicas e dimensão psicológica.

Camarano *et al.* (2004) consideram dois tipos de organização familiar esperados para famílias com idosos residindo: casal com filhos ou famílias unipessoais (idosos sozinhos). No primeiro caso, observam-se dois tipos: família de idosos, quando o idoso é o chefe ou o cônjuge, que no caso dessa pesquisa o número foi de 61%; e famílias com idosos, onde os idosos são parentes do chefe ou agregados.

Costa, *et al.* (2016, p. 298) afirmam que “para o cuidado de idosos “vulneráveis”, as famílias se organizam em diferentes arranjos”, o que foi observado a partir da análise das matrículas na UNATI/UEM.

Outro dado saliente na ficha de matrícula diz respeito à saúde do aluno matriculado. A UNATI/UEM considera relevante perguntar ao aluno sobre o estado de saúde com alguns questionamentos sobre o assunto. As perguntas são as seguintes: *Você tem algum problema de saúde? Toma algum remédio*

regularmente? Qual foi a última vez que foi atendido(a) por um médico? Qual foi o motivo? Onde foi isso? Qual foi o médico que o atendeu? O que faz quando não se sente bem? Qual é a pessoa que o acompanha ao médico? Telefone do acompanhante. Compreendemos que a UNATI/UEM preocupa-se com a situação de saúde do aluno, considerando que “[...] o envelhecimento tem por consequência diminuição progressiva das diferentes funções desempenhadas por nosso organismo” (VELLAS, 2009, p.142).

Vellas (2009) considera de suma importância conhecer o idoso em suas condições de saúde para que os serviços prestados a ele possam ser de qualidade. Além disto, o autor sugere que a UNATI pode contribuir para prevenção de doenças na terceira idade: “[...] a ação que visa retardar o processo de envelhecimento e a elevar o nível de vida das pessoas idosas deve ser naturalmente completada pela prevenção das doenças da terceira idade” (VELLAS, 2009, p. 148).

Dentre os problemas de saúde levantados pelos alunos da UNATI/UEM, destacou-se a pressão alta, ou hipertensão arterial, apresentado por 124 pessoas, ou seja, 26% conforme demonstra o gráfico 17. Com conhecimento deste número, recorreremos mais uma vez ao Vellas (2009) que demonstra significativa preocupação quanto à prevenção de doenças cardiovasculares:

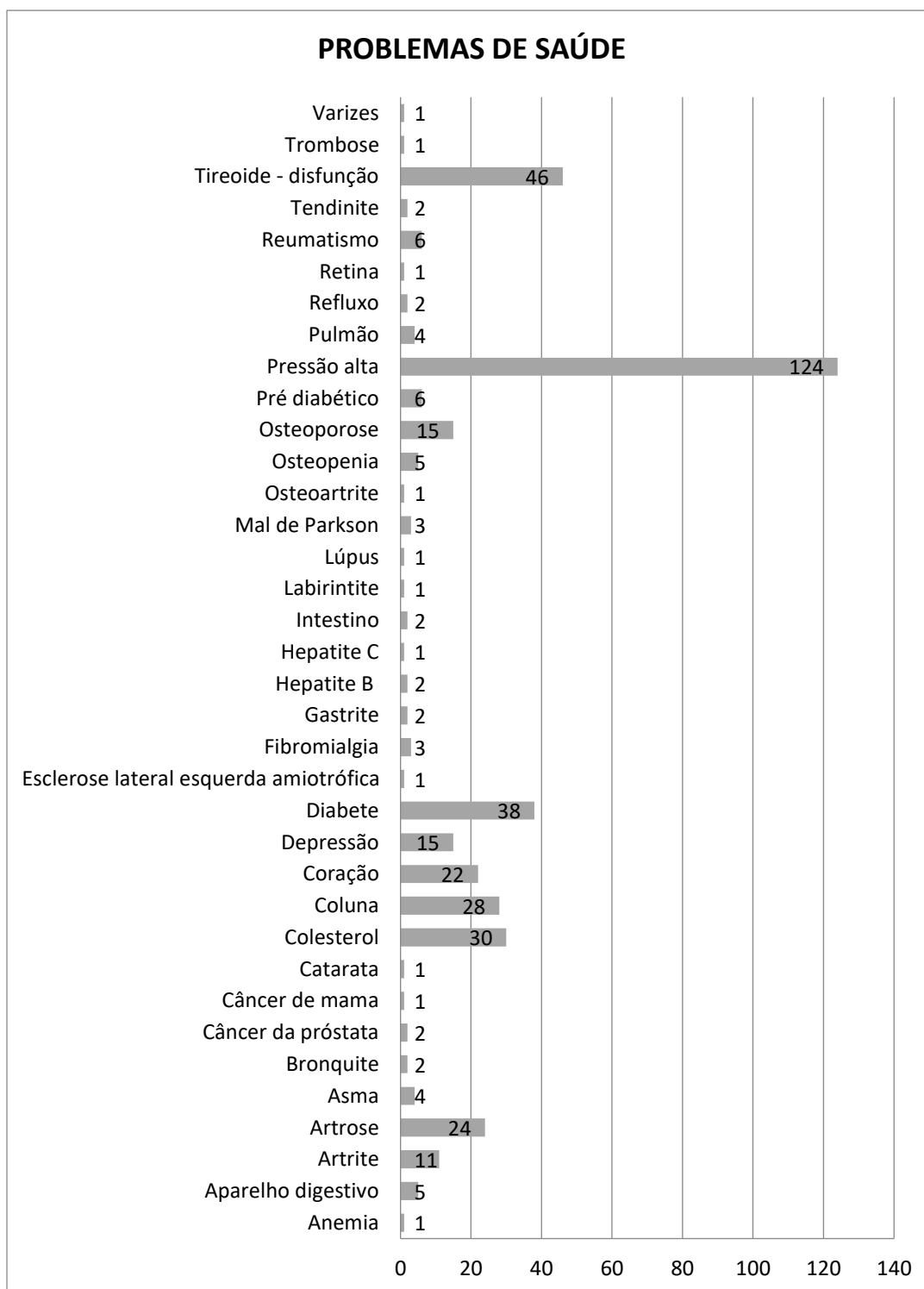
Quanto à prevenção de doenças cardiovasculares, reveste-se de uma importância particular. De fato, as estatísticas demonstram que, na terceira idade, classificam-se entre as causas mais importantes de falecimento. As estatísticas da Organização Mundial da Saúde indicam que mais de 50% de todos os falecimentos ocorridos entre as pessoas de mais de 65 anos são pelas doenças cardiovasculares, infarto do miocárdio, arteriosclerose das coronárias, trombose, hipertensão arterial, lesão vascular cerebral, ataque cerebrovascular (VELLAS, 2009, p. 150).

Não obstante à preocupação de Vellas (2009) e da UNATI/UEM quanto à saúde dos alunos, a OMS estima que cerca de 600 milhões de pessoas tenha hipertensão arterial, com o prognóstico de crescimento global de 60% dos casos até 2025, somado a cerca de 7,1 milhões de mortes anuais (MALTA, et al, 2018). Além disto, as autoras afirmam que a hipertensão arterial representa o principal fator de risco para a doença cardiovascular, sendo responsável por significativa contribuição na carga global das doenças e nos anos de vida perdidos ajustados por incapacidade. Trata-se de uma das alterações mais comuns nos idosos que, segundo MALTA, et al (2018) está relacionada ao:

[...] aumento da prevalência da hipertensão com a idade, o que está em conformidade com a literatura e é explicado pelas alterações fisiológicas do envelhecimento, com maior enrijecimento dos vasos sanguíneos, maior resistência vascular periférica e comorbidade em idosos (MALTA, *et al.*, 2018, p.11).

Os dados levantados pelas autoras demonstram que há uma porcentagem maior de pessoas idosas com hipertensão arterial no Brasil o que foi evidenciado na análise feita a partir da ficha de matrícula dos idosos da UNATI/UEM do ano de 2019.

Gráfico 17 – Problemas de Saúde

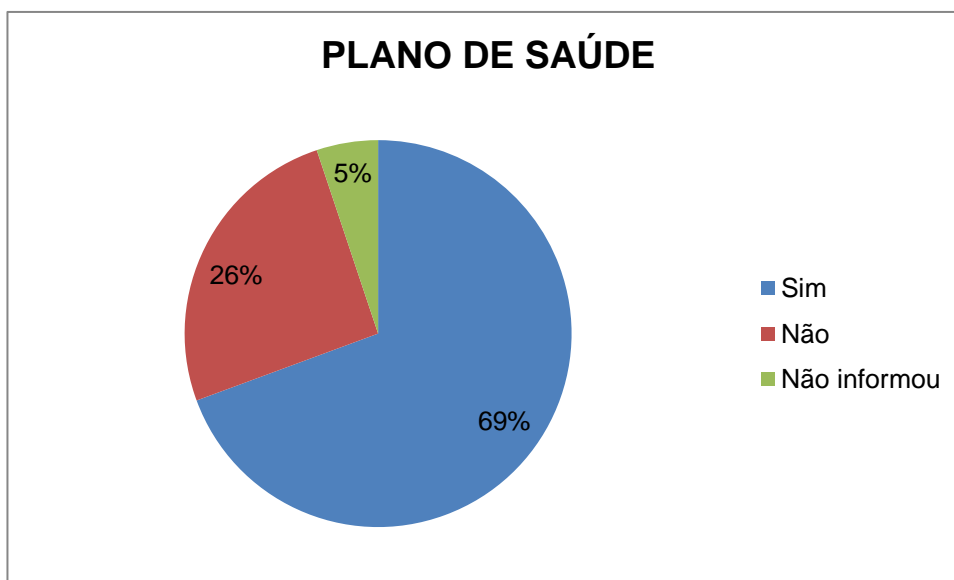


Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Na análise feita sobre a preocupação com a condição de saúde dos alunos, observamos que há informação relacionada ao atendimento de saúde por meio de convênio médico. O gráfico18 mostra que, do total de alunos matriculados em

2019, 69% dos deles (324) conta com plano de assistência médica, 26% deles (119) não tem este serviço contratado, portanto usam o SUS quando precisam de assistência. O total de 5%, ou seja, 24 pessoas idosas não informaram sobre este dado.

Gráfico 18 – Plano de Saúde



Fonte: A pesquisadora a partir de dados levantados por meio da análise das fichas de matrícula do ano de 2019.

Vellas (2009) exorta sobre os cuidados com a saúde na terceira idade e defende a medicina preventiva como fator preponderante para a qualidade de vida neste período de maior vulnerabilidade do sujeito. Nas palavras do autor:

É chocante, de fato, constatar que enquanto todas as categorias sociais da nação são periodicamente submetidas, por uma razão ou outra, a exames de saúde, as crianças nas escolas, os estudantes das universidades, os trabalhadores nas empresas, os esportistas antes de entrar no estádio, só as pessoas idosas são excluídas dessas avaliações (VELLAS, 2009, p. 120).

À medicina preventiva, Vellas (2009) se refere no que tange a avaliações médicas periódicas, programas de atividades físicas, desenvolvendo ações de cuidados corporais, acompanhamento nutricional e atividades socioculturais como partes integrantes de cuidados e higiene mental. Neste sentido, o autor defende que devem ser feitas ações de educação em saúde, principalmente para sujeitos em preparação para a aposentadoria tanto em empresas privadas quanto em organizações governamentais.

Em nossas análises, compreendemos os motivos de estarem constantes na ficha de matrícula da UNATI/UEM as questões sobre a saúde do aluno. Com as análises e a leitura dos materiais bibliográficos dispostos para essa pesquisa, entendemos ser de suma importância que as pessoas idosas sejam incentivadas a cuidar da saúde em seus mais diversos aspectos, pois além de terem melhor qualidade de vida, repassam tais cuidados e preocupações para outros com os quais convivem, o que evoca uma transmissão de conhecimento prático e essencial em nossa sociedade.

6.3.1 DAS VOZES ÀS EXPERIÊNCIAS

Conforme pontuado anteriormente, as categorias de análise que surgiram a partir das entrevistas com os alunos foram *integração social* e *fase natural da vida*. Os participantes foram 8 mulheres e 2 homens, totalizando 10 pessoas⁴¹, com idade de 65 anos ou mais, sendo todos brasileiros.

A entrevista investigou o estado civil dos alunos e, dos 10 respondentes, 6 são casados, 3 viúvos e 1 divorciado. Quanto à escolaridade, apurou-se que 6 deles concluíram o ensino médio, 2 frequentaram apenas o ensino fundamental e 2 cursaram graduação e pós-graduação *lato sensu*.

Questionados sobre como conheceram a UNATI/UEM, certificamos que 2 alunos responderam que ficaram sabendo por meio de jornais e rádio no ano da inauguração e desde então participam das atividades e cursos oferecidos na instituição. Os demais, 8 alunos, foram convidados por outras pessoas para frequentar as salas de aulas da universidade. Destacamos que 3 dos alunos que foram influenciados por outras pessoas, começaram a participar por que o marido ou a esposa se inscreveram e gostaram muito das aulas.

Respondendo à pergunta *quanto tempo você participa dos cursos da UNATI?*, notamos que 4 deles frequentam há 2 anos, 3 alunos estão inscritos em cursos há 1 ano, 2 estão desde a inauguração da UNATI/UEM há 9 anos e 1 aluno está há 5 anos na instituição. Os dois alunos que assistem às aulas desde 2010 relataram com tom de satisfação que fazem parte da primeira turma da UNATI. O

⁴¹ Há nos apêndices deste trabalho uma tabela com o resumo dos dados obtidos pelas entrevistas.

sorriso no rosto deixa transparecer que têm satisfação em fazer parte da história da instituição:

Ah, faz quase 10 anos que tenho aula na UNATI. Sou da primeira turma. (entrevistada G)

Nossa... eu participo desde 2010. (entrevistado M)

Uma das perguntas da entrevista era *Quais cursos você já frequentou?* Para esta pergunta, os dois alunos que estão desde o início das atividades na UNATI, afirmaram:

Nossa, como sou da primeira turma, já participei de vários. O primeiro foi a relação do ser humano com a natureza. Foi um ano de curso. Mas foi um dos melhores que já fiz. Sabe, a gente entende o nosso papel na natureza e aí, como eu gosto muito de plantas, flores... sempre tive muito cuidado com as minhas orquídeas, eu fiz cursos de jardinagem, iniciação à botânica [...] este ano estou estudando sobre a história das religiões, mas vai continuar no ano que vem. Eu quero aprender inglês em 2020, é meu sonho. (entrevistada G)

Eu frequentei vários cursos. Literatura Medieval, plasticidade neural, iniciação à ciência e pesquisa, geologia, equilíbrio corpo e mente... nossa foram tantos que nem lembro de todos. Eu gostei muito de aprender sobre anatomia. O professor levou a turma nos laboratórios de anatomia, foi muito interessante. (entrevistado M)

Os demais alunos comentaram quais cursos já frequentaram, destacando suas preferências, conforme demonstram os trechos a seguir:

Eu participei da Roda de Conversa para a Terceira Idade por vários anos. Cada aula tinha um tema que a gente conversava sobre ele. Ninguém faltava... O último curso foi sobre filosofia com o professor doutor Célio. (entrevistada D)

Eu fiz informática básica, achei bem interessante. É difícil, né?! Fiz de jardinagem por que eu cuido de uma horta e aprendi bastante. (entrevistado J)

Ao questionamento *O que participar da UNATI trouxe para sua vida?*, uma das perguntas principais deste estudo, com base nas respostas dos entrevistados, após a aplicação da metodologia postulada por Bardin (1977), depreendemos a categoria: *interação social*. Todos eles enfatizaram que participar das atividades promovidas pela UNATI possibilitou conhecer pessoas, fazer amigos e envolver-se com outras ações sociais seja para o público idoso ou não. Isto fica claro a partir desses trechos de algumas respostas:

A participação na UNATI promoveu mudanças de paradigmas no meu cotidiano, possibilitando a participação em segmentos desconhecidos. (entrevistado M)

É muito rico participar. Tem muitas histórias de vidas. É um meio de integração social e acho que um tipo de resgate da pessoa idosa. (entrevistada D)

Eu passei por momentos difíceis em 2010 com a perda do meu marido. Fiz muitos amigos que me ajudaram. A professora R⁴² também ajudou muito. Os cursos fazem a gente pensar e aprendemos muito. (entrevistada G)

A sociabilidade entre os alunos foi o índice mais expressivo das respostas, o que confirma as UNATIs como centro de convivência, de integração e participação social até mais do que adquirir conhecimentos. Segundo Cachioni e Neri (2004, p. 34) “[...] tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade foram, desde o início, os objetivos da Universidade da Terceira Idade idealizada pelo autor [Vellas]”. Destarte, notamos com as falas dos alunos que a participação em atividades sociais de fato tira os idosos do isolamento e o ganho de qualidade de vida é tão intenso que leva os alunos a envolverem-se em sonhos antigos. Percebemos isto com o depoimento da entrevistada G que afirmou:

Eu não tinha estudado, sabe... não tinha terminado o colégio. Quando comecei a participar da UNATI, vi que podia voltar a estudar. Então eu fui procurar o EJA e me matriculei. Foi difícil. Fazia tempo que não estudava, assim... de ler e ter que decorar pra fazer uma prova. [...] Então eu fui assim devagar, no meu ritmo. Cada prova que passava eu comemorava. Quando não passava, eu não desistia.[...] Continuava até que eu resolvi fazer um curso técnico em guia de turismo. [...] Fui fazendo os dois juntos. Não parei com a UNATI. [...] Hoje eu sou guia de turismo credenciada e levo grupos em viagens. (riso solto) (entrevistada G)

Teixeria (2008) afirma que os programas das universidades para idosos se colocam como possibilidade de ruptura da invisibilidade da pessoa idosa.

Segundo a autora:

Tais programas apresentam uma proposta pedagógica diferente das tradicionais com pré-requisitos, testes, avaliações e outras aferições de aprendizagem, tendo como critério apenas a idade, além de desenvolverem um processo de aprendizagem que não visa apenas a transmissão de informações, mas a construção de conhecimento (TEIXERIA, 2008, p. 251).

A entrevistada G demonstrou assertivamente que passou a confiar em seu potencial e voltou aos bancos escolares para finalizar seus estudos no ensino

⁴² Preferimos omitir o nome da professora mencionada pela aluna.

médio e se profissionalizar com um curso técnico. A aluna G empoderou-se pelo conhecimento e mudou positivamente sua vida após completar sessenta anos de idade. Isto ocorreu com a aluna G e com certeza ocorreu com outras pessoas que iniciaram a vida acadêmica na UNATI. A ênfase dos cursos é dada ao ser humano e em sua capacidade de aprender academicamente, mas também em aprender a envelhecer, em um compromisso com a compreensão da longevidade e das possibilidades que os anos a mais trazem.

O entrevistado M, que faz parte da UNATI/UEM desde 2010 afirma que era muito tímido e começou a participar das aulas sem perguntar nada, quase sem conversar com os demais. Contudo, quase dez anos frequentando o campo acadêmico, o aluno M afirma:

Eu era muito tímido, quieto mesmo. Ficava com vergonha de falar assim em público. Passava mal quando tinha que dar minha opinião. [...] Com as aulas fui entendendo muitas coisas e devagarzinho fui melhorando. [...] Sabia que eu já fiz dois cursos de oratória, não na UNATI, porque aqui acho que nunca teve, mas em outro lugar. [...] Melhorei mais que 100%. É possível? (risos) E você nem sabe... fui chamado para participar do programa de desenvolvimento institucional da UNATI/UEM. (entrevistado M)

Ser útil, ativar os sentidos em benefício próprio e colaborar com outros é um dos pontos cruciais levantados por Vellas (2009) ao abordar os benefícios das universidades abertas à pessoa idosa. Conforme o autor “[...] existe, no tempo livre da aposentadoria, na experiência adquirida, na habilidade, uma riqueza inutilizada” (VELLAS, 2009, p. 94). Com a nova percepção de vida que a UNATI proporciona, esta riqueza deixa de ser inutilizada e passa a ser aproveitada de forma positiva pelo próprio idoso.

Hoje eu sou guia de turismo credenciada e levo grupos em viagens. (riso solto) Quero levar alegria para meus clientes até quando Deus quiser. (entrevistada G)

As respostas da entrevistada G nos levou a perceber o quanto o engajamento de pessoas idosas faz bem para elas mesmas e para a sociedade de forma geral. Sonhar e continuar sonhado para futuras realizações movem o ser humano e, apesar das dificuldades e surpresas da vida, o convívio social dá ânimo para continuar e aprender sempre.

A alegria em participar da UNATI/UEM percebida na conversa com a entrevistada G foi também verificada nos demais entrevistados. As repostas foram

positivas, com tom firme e olhadas nos olhos da pesquisadora. Isto nos remete ao que Stieltjes e Taam (2011, p. 158) afirmam:

A UNATI é onde vemos alegria na universidade. [...] Nossos alunos idosos tornam-se, de fato e de direito, universitários. Vivem a alegria de conviver com colegas da sua geração, que podem transforma-se em novos amigos, a alegria estética do aprendizado das artes, e o encantamento de descobrir a obra de filósofos e cientistas que mudaram o rumo da história (STIELTJES; TAAM, 2011, p. 158).

Ainda sobre a análise da interação social como categoria, reportamo-nos a Ferrigno (2016) no que tange à intergeracionalidade que está presente nas relações educativas proporcionadas pela UNATI/UEM. Segundo o autor:

Vale lembrar que na escola ocorrem encontros de várias gerações, que criam a oportunidade de processos informais de educação. O mais lembrado é o encontro do aluno com seus professores. Mas há também interações entre alunos e funcionários e entre alunos mais novos e mais velhos que podem deflagrar interessantes processos coeducativos. Bem menos frequentes são as relações que se estabelecem entre idosos da comunidade e os escolares que a eles se dirigem para transmitir seus saberes (FERRIGNO, 2016, p. 216).

As aulas que os idosos frequentam na UNATI/UEM fazem parte da educação não formal, cujo propósito é a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades técnicas e estéticas sem o propósito profissional. Contudo, os cursos contam com um corpo de docentes, métodos e objetivos bem estabelecidos, que configuram sua explícita intencionalidade educacional. Tão importante quanto frequentar os bancos acadêmicos para desenvolverem-se é estar também transmitindo suas experiências em um contato intergeracional que, segundo Bosi (1979, p. 32) “[...] há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças”.

Para além dos saberes, o convívio com pessoas mais jovens propicia aos alunos, segundo Ferrigno (2016), a oportunidade de reverem seus conceitos sobre a juventude e seu estilo de vida, de modo a torná-los mais compreensivos. Salientamos que a identificação com pessoas que possuem vivências semelhantes possibilita que sejam amenizadas as dores psicológicas causadas pelo sentimento

de solidão, entre outros, e a formação de laços afetivos importantes em qualquer idade.

Quando questionados sobre a percepção do envelhecimento, cuja pergunta foi *O que é envelhecimento para você?*, as respostas, após analisadas segundo Bardin (1977), nos remeteram à categoria: *fase natural da vida*. Muito refletimos sobre a categoria e, levando em consideração que são alunos da UNATI/UEM com participação igual ou superior a um ano, as respostas foram dadas a partir de conhecimentos e vivências dos alunos na própria UNATI.

Sabemos que alterações fisiológicas ocorrem o tempo todo em organismos multicelulares e que as transformações biológicas naturais do corpo humano com o passar do tempo são visíveis e, muitas vezes, afetam significativamente a vida. Todavia, conforme pontuamos ao longo desse trabalho, mais que mudanças no corpo, é preciso mover as atenções para fatores psicológicos implícitos no envelhecimento (BEAUVOIR, 1990).

A UNATI/UEM compreende o que provoca Vellas (2013, p. 12): que “[...] para mudar a condição e a representação da velhice, deve-se ter consciência do que exige sua dignidade”. Entendemos que a instituição faz isto quando possibilita reflexões sobre o corpo humano e a relação do homem com a natureza, levando aos alunos uma análise justa sobre esta fase da vida, sem romanizações ou frieza cruel. Trata-se do envelhecimento como uma das fases naturais da vida humana, que tem suas implicações e suas vantagens e possibilidades.

Ao longo de quase dez anos, a UNATI/UEM vem trabalhando para educar o idoso a fim de que ele conheça e acredite em suas potencialidades, desenvolva seus talentos e coloque o conhecimento a serviço da sua cidadania. Além disto, os cursos promovem oportunidades para que aprendam a superar os problemas e preconceitos em relação à idade, melhorando a qualidade de vida e transpondo algumas generalizações que, segundo Vellas (2013), devem ser combatidas como o fato de a velhice ser considerada dura de suportar e, conseqüentemente, de que o caráter de pessoas idosas é difícil.

Destarte, mesmo que frequentando a UNATI há um ano, é perceptível a forma de notar como os alunos veem o envelhecimento. Alguns trechos de falas dos entrevistados foram separados para credibilizar nossas análises:

Para mim, envelhecer é assim como a morte física, é apenas um momento da nossa infinita existência. (entrevistado M)

Faz parte da nossa vida. Só não envelhece quem morre antes. (risos) É um aprendizado que temos que passar. [...] a UNATI me ajuda a entender que o corpo, ó o corpo pode até ficar mais fraco, mais se a mente jamais. [...] O corpo diz que tem coisas que não dá mais pra fazer, isso não é obstáculo. (entrevistada D)

Ué... envelhecer pode ser ficar filho no corpo, mas não na alma. (risos) Faz parte da vida. A gente nasce, aí cresce, fica adulto e envelhece. Pronto. Todo mundo vai morrer. Eu quero morrer bem velhinha (risos intensos). Vixi... tenho tanta coisa pra fazer ainda. (entrevistada L)

Sabe, é natural da vida. É uma fase que às vezes a gente não queria que chegasse logo, né?! (entrevistada B)

Concordamos com o que salientam Brandão e Mercadante (2009): o envelhecimento e a longevidade devem ser vistos como parte de um ciclo vital, bem como na perspectiva de projetos a serem realizados. Nas palavras dos alunos entrevistados ficam claras estas considerações e nos indicam que não podemos generalizar ao abordar o processo de “viver-envelhecer-longeviver” (BRANDÃO; MERCADANTE, 2009, p. 64).

O papel da educação é imprescindível, portanto, para a qualidade de vida na longevidade. Doll (2008) elenca seis dimensões de educação voltadas para idosos que podem transitar como complementos umas das outras, não estando estanques em si mesmas: (1) socioeducativa; (2) de lazer; (3) compensatória; (4) emancipatória; (5) de atualização e (6) manutenção das capacidades cognitivas.

Ao analisar o corpus levantado pelas entrevistas, bem como a análise dos eixos temáticos dos cursos oferecidos pela UNATI/UEM, consideramos razoável afirmar que todas as dimensões propostas pelo autor estão perpassando no contexto educacional no qual os alunos estão inseridos.

Considerando o que Doll (2008) afirma sobre tais dimensões, ratificamos que os benefícios para o idoso na interação social por meio da educação leva ao desenvolvimento de outras capacidades como o preenchimento do tempo livre, o lazer, com atividades culturais. Neste sentido, entrelaçamos o pensamento do autor à Bourdieu (2015) afirmando que a educação possibilita o aumento do capital cultural pelos alunos que acumulam vivências por meio das trocas estabelecidas nos relacionamentos, seja consciente ou inconscientemente, na construção das relações sociais. Somado a isto, é possível observar, segundo o

Doll (2008), a dimensão compensatória de alcançar na terceira idade, o aprendizado e as experiências que não foram possíveis na infância, ou na “idade adequada”, como assinala a LDB.

A UNATI/UEM possibilita a participação cidadã para aqueles que a frequentam. Segundo Doll (2008, p. 19) “Quando nós compreendemos melhor o mundo que nos rodeia, temos mais possibilidades de intervir e não ficar somente à mercê de forças externas a nós”. Nas respostas dos alunos percebemos o quanto a cidadania é efetiva e a dimensão emancipatória é presente. Pelos trechos demarcados das falas dos alunos, podemos notar:

Quando eu fiz o curso “Direito instrumental para a terceira idade e filosofia” eu aprendi que a gente não tem que ter medo ou vergonha de ir em outra fila por causa da idade (entrevistada A)

Eu sou guia de turismo credenciada no ministério do turismo e não preciso mais pagar guia para fazer o trabalho que eu já fazia mesmo antes do curso. Foi suado, mas eu consegui! (risos) (entrevistada G)

Os cursos de informática oferecidos pela UNATI/UEM permitem que os alunos se atualizem, assim, o idoso pode acompanhar as evoluções tecnológicas, pelas quais passa a sociedade e se preparar para ir além, como é o caso da entrevistada G. Recém-formada guia de turismo, ela fez o curso na modalidade à distância, utilizando o computador para estudar, assistir às aulas, enviar as atividades e fazer pesquisa.

Antes de fazer o curso de guia eu tive aulas de informática na UNATI por um ano. (entrevistada G)

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, as aulas da UNATI/UEM proporcionam para os alunos a importante tarefa de manterem-se ativos cognitivamente. Doll (2008) afirma que ao manter-se informado, participar de rodas de debates e leituras, treinar a memória e continuar aprendendo, os idosos amenizam as possíveis perdas cognitivas e evita doenças.

Enquanto a cabeça tiver boa, eu vou para as aulas. Já falei pra todo mundo lá em casa, enquanto eu não estiver colocando roupa na geladeira e alface no guarda-roupa, deixa eu ir pra UEM. (muitos risos) (entrevistada N)

Sabe, teve coisa no curso de anatomia que foi difícil, fervia o cérebro... (entrevistada G)

O corpus que compôs esta análise mostrou que a UNATI como programa para a pessoa idosa contribui significativamente para sua participação social e, no que tange à efetivação dos direitos, atende e condiz com que estudiosos do envelhecimento humano e educação postulam a respeito da boa longevidade com qualidade de vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]

Quero romper com meu corpo,
quero enfrentá-lo, acusá-lo,
por abolir minha essência,
mas ele sequer me escuta e
vai pelo rumo oposto.

Já premido por seu pulso de
inquebrantável rigor não sou
mais quem dantes era:
com volúpia dirigida,
saio a bailar com meu corpo (ANDRADE, 1984, p. 103).

O ofício de um pesquisador é questionar e neste movimento, muitas vezes, as indagações se renovam com a oscilação da vida, na busca de conhecimento, acrescentando saber. O trabalho desafiador da escrita de uma tese faz com que o pesquisador e o texto e/ou o objeto se incorporem a tal ponto que desvencilhar a produção do produtor é muito custoso. Quatro anos dedicados à investigação faz com que no momento das considerações finais seja quase que impiedosa a separação. Assim como o eu-lírico, *Não sou mais quem dantes era*, o rigor com que enfrentamos o objeto e o acusamos deixam marcas profundas. É preciso, como no poema de Andrade (1984), *abolir minha essência*, para desenvolver a investigação com os rigores necessários no campo científico. *Quero romper com meu corpo*. O rompimento é lancinante.

Nesse momento, mesmo sabendo que todas as conclusões são naturalmente momentâneas e provisórias, é preciso apresentar algumas reflexões relativas ao todo que compôs o estudo. Os caminhos trilhados possibilitaram a investigação e foram pavimentados por autores que buscaram contribuir com a “teia da vida” e o que se procurou aqui foi compreender questões fulcrais para a longevidade e a qualidade de vida das pessoas.

Destarte, buscou-se vislumbrar alguns dos elos que compõem a teia, em uma tentativa honesta e autêntica de desembaraça-la. Contudo, como ocorre quando se busca verdades, novas dúvidas surgem porque cada vez mais sabemos do específico e pouco do geral. Nossa visão tornou-se microscópica, focando no ser humano como objeto e não tão somente sujeito do conhecimento. Contudo, o campo acadêmico desenraizou-se e delimitou-se no laboratório para a pesquisa. O qualitativo superou o quantitativo. Estamos vivendo um momento em que é urgente compreender o ser humano como sujeito de direitos reais e a Ciência, como um

campo dialogante e transdisciplinar, muito mais do que um conhecimento hiperracional desligado do sujeito do conhecimento e do objeto (ou outro sujeito) a conhecer, pode e deve desenlaçar a teia da vida. O campo acadêmico tem como função a crucial tarefa de divulgar os desenlaces alcançados.

São inegáveis que os benefícios da longevidade têm aumentado e a pessoa idosa, com as especificidades que lhes são inerentes, deve ficar no centro da preocupação do campo científico. Não é à toa que houve mobilizações nacionais e internacionais no sentido de encontrar caminhos nas políticas públicas para garantir direitos ao sujeito que envelhece.

A discussão aqui proposta não é para garantir direitos de minorias, mas o debate pretende alcançar todo e qualquer cidadão: aquele que teve condições privilegiadas de vida e aquele que esteve às franjas do campo social e cultural. Além disto, a proposta neste estudo está pautada em uma abordagem transdisciplinar que, segundo Frago e Mayor (2017), reflete essencialmente uma atitude, uma visão de mundo ampliada por meio de um encontro de saberes. Neste sentido, guiamo-nos pelo pensamento de Freire (1996, p. 45): “Não há saber mais ou menos, há saberes diferentes”. Não há saberes melhores ou piores, há apenas saberes, que por natureza são diversos e plurais.

O fio condutor do estudo foi compreender como surgiram as UNATIs, bem como analisar o panorama contemporâneo destes programas que têm como foco a inserção do idoso em instituições de ensino superior, entendendo o envolvimento das políticas públicas e a efetivação de direitos de atendimento a esta população. O percurso que fizemos foi o de lançar um olhar transdisciplinar nas investigações, abordando aspectos políticos, sociológicos, antropológicos, biológicos, psicológicos e pedagógicos do objeto em questão: a UNATI/UEM e, conseqüentemente, o envelhecimento e a longevidade. Não obstante os limites de nossa formação e atuação laboral, buscamos uma visão ampla para lançar análises genuínas e assertivas, bem como novos questionamentos pertinentes. Santos (2006), a propósito da Ecologia dos Saberes, cujo conjunto de saberes possibilita respostas com o objetivo de contribuir, credibilizar e fortalecer conhecimentos, afirma:

A ecologia de saberes procura da consistência ao saber propositivo. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia dos saberes assenta na independência complexa entre

os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação (SANTOS, 2006, p.27).

Os poemas que abrem os capítulos ou estão permeando os mesmos, mostram como o campo da arte, no subcampo da literatura, pode contribuir para sensibilizar e coadjuvar com o campo científico. Ciência e literatura consubstanciando um texto acadêmico? Sim, balizados pela Ecologia dos Saberes (SANTOS, 2006) e por saberes diferentes (FREIRE, 1996). Como foi pontuado anteriormente, reiteramos o viés pessoal e oportuno na leitura dos poemas, destacando o engajamento dos campos.

Com vistas a atingir os objetivos inicialmente propostos, construímos este estudo em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução que apresenta as motivações para o desenvolvimento da pesquisa, os objetivos a serem alcançados, assim como faz uma breve exposição do enlace de concepções e autores que subsidiaram as análises.

A partir do diálogo com autores (Beauvior, 1990, Elias 2001; 1998, Debert, 1999; 2003) que abordam sobre como se caracteriza o processo de envelhecimento do ser humano e as fases da vida, buscamos compreender no segundo capítulo, a fase do desenvolvimento peculiar da vida que deixa marcas na pele e na memória, a velhice. Destarte, levantamos considerações salutares sobre a categoria idade que, conforme Bourdieu (1983), é um dado biológico manipulado e manipulável, bem como sobre a passagem do tempo cronológico, marcando o envelhecimento humano como construção social. A contagem do tempo leva-nos a pensar nos dias a menos que se tem para viver. Não deveríamos, inversamente, contar dias vividos a mais e compartilhados na experiência do ser?

Apesar do fenômeno da longevidade ser uma das maiores conquistas da modernidade, o ser humano tem com ela imperiosos desafios. Um destes desafios está relacionado fato de que os meios de comunicação de massa, publicidade e propagandas nos impulsionam a valorizar o jovem e o novo, associando a imagem da pessoa idosa apenas a perdas, fragilidades, deficiências e falta de beleza. É possível observar este movimento não apenas com o ser, mas também com os objetos e produtos que dia a dia consumimos. Debert (1999) enfatiza que “[...] a característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e estilos de vida e não propriamente a um grupo etário

específico” (DEBERT, 1999, p. 66). O que significa ser ilusório pensar que as mudanças do mundo moderno e contemporâneo seriam acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação à velhice. Pelo contrário. Há muita intolerância e impaciência para com a pessoa idosa em vários setores. É comum ouvir de jovens e adultos, em filas de banco ou supermercado, por exemplo, que não deveria haver prioridade de atendimento porque os aposentados e “velhos” têm muito mais tempo e poderiam esperar como qualquer outro. Seria interessante observar, em uma pesquisa de campo, o que estes jovens e adultos pensam sobre a passagem dos anos, o envelhecimento.

Em alguns contextos, não é necessário atingir sessenta anos para ser considerado velho para o mercado de trabalho. Em muitas carreiras e profissões, as pessoas de quarenta ou cinquenta anos são consideradas velhas, como em campos como a moda e esportes, nos quais a vida ativa é muito curta.

Completando o segundo capítulo, destacamos conceitos importantes da sociologia de Bourdieu (1983; 1984; 2011; 2015) relacionados à *habitus*, campo e capital, os quais subsidiaram a discussão aqui proposta. Sob esta ótica, entendemos o campo acadêmico (ou científico) como um espaço destinado ao desenvolvimento da ciência vinculada ao ensino, pesquisa e extensão, como é de fato o propósito da universidade (CHAUÍ, 2003).

O aluno da universidade, seja o jovem dos cursos de graduação, seja a pessoa idosa dos cursos da UNATI, ao iniciar no campo acadêmico incorpora o *habitus*, que segundo Bourdieu (2011) é um conjunto objetivo de condutas regulares socialmente construídas que unifica o comportamento e facilmente é identificável pelos seus pares por meio de estilo de vida e preferências.

Observando as entrevistas realizadas com os alunos da UNATI/UEM, fica claro o comprometimento sério com a participação nas aulas, assim como o engajamento dos mesmos com a concepção da UNATI. Ao entrar na vida e no campo acadêmico, o aluno idoso compreende sua importância social, descobre novas possibilidades e deseja que outros estejam nas atividades desenvolvidas nas aulas. Somado a isto, os alunos vão quebrando preconceitos e aprendendo a exercer a cidadania, ao mesmo tempo em que se sentem felizes por estudar em uma universidade, a qual que carrega os símbolos implícitos do campo.

Bourdieu (2011) afirma que o *habitus* é flexível e se adapta a cada conjuntura específica. Os participantes dos cursos da UNATI/UEM podem escolher dentre todos os cursos oferecidos, aqueles que desejam frequentar e, desta forma, se agrupam por interesses, valores e aspirações. Assim, integram-se ao campo acadêmico e ao subcampo da UNATI, buscando reconhecimento, portanto, capital simbólico.

Dados estatísticos sobre o envelhecimento no Brasil, no Paraná e em Maringá foram evidenciados ainda no segundo capítulo, no qual observamos que houve um crescimento significativo do número de pessoas idosas. O estado está em 9º lugar com maior número de idosos no ranking dos estados da federação, cujo contingente é de 14,6% da população geral.

A subjetividade, como marca do indivíduo que envelhece é alcançada pela objetividade de ações sociopolíticas para todos aqueles que envelhecem. Neste sentido, quando de fato são implantadas, as políticas públicas representam importantes instrumentos para que as pessoas possam ter assegurados e ainda efetivados seus direitos, apesar e com a subjetividade, ou seja, com as diferentes velhices.

Os olhares e avanços para a pessoa idosa no Brasil, pontuados e discutidos no terceiro capítulo deste trabalho, podem ser observados por meio de políticas públicas com a Política Nacional do Idoso, cujo intuito é criar condições para promover a autonomia, integração e participação de forma efetiva na sociedade, e o Estatuto do Idoso, que tem como objetivo assegurar direitos fundamentais como medidas de proteção e política de atendimento. Além disto, embora de forma insípida, marca o campo da educação com um capítulo em que sintetiza educação, cultura, esporte e lazer para as pessoas idosas. Os movimentos internacionais que suscitaram a produção de tais documentos, bem como os documentos em si foram amplamente analisados no capítulo, no qual verificamos a importância deles para atender a população idosa, embora haja espaços não preenchidos ou limitantes à interpretação subjetiva.

Destarte, pontuamos que apesar das garantias constitucionais de direitos que asseguram as políticas sociais, existem diferentes formas de colocá-los em prática, pois, como afirma Bosi (1994, p.18) “[...] que é ser velho?, pergunta você.

E responde: em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem”. Pautamo-nos também em Cícero (2010, p. 32):

A velhice só é honrada na medida em que resiste, afirma seu direito, não deixa ninguém roubar-lhe seu poder e conserva sua ascendência sobre os familiares até o último suspiro. Gosto de descobrir o verdor num velho e sinais de velhice num adolescente. Aquele que compreender isso envelhecerá talvez seu corpo, jamais seu espírito (CÍCERO, 2010, p. 32).

Acreditamos que os alunos da UNATI/UEM percebem o verdor em si mesmos e buscam a entrada no campo resgatando-lhes o poder que, em nossa análise, apenas o conhecimento é capaz de possibilitar. Este é o verdadeiro empoderamento: conhecimento. Diferenciar o atendimento, priorizando o público de sessenta anos ou mais em filas separadas é importante, mas questionamos: e as filas invisíveis ou abstratas, aquelas pela cirurgia, pelo exame que o plano de saúde ou a assistência social demora em conceder? Fila única e fila para as pessoas idosas como um problema a ser aquietado e resolvido apenas para amenizar a consciência social não é sinal de empoderamento. São apenas sinal esperado na construção da civilidade.

Consubstanciados na sociologia de Bourdieu (1983; 1984; 2014 e 2015) desde o início do trabalho, o quarto capítulo buscou compreender as instituições de ensino superior como campo científico ou acadêmico e, conseqüentemente, situamos a UNATI como subcampo. Inserida no campo social, a universidade é detentora de capital social e cultural, desempenha uma função importante e transparece autoridade e credibilidade frente à comunidade. Como campo científico, os integrantes dele procuram manter-se firmes assumindo o *habitus* na manutenção da ordem posta.

Evidenciamos, no quinto capítulo, os primeiros movimentos de instituições brasileiras a se interessar por questões do envelhecimento e da longevidade, o que ocorreu no Brasil na década de 1960. Destacamos, neste sentido, a atuação do SESC/Carmo que criou o primeiro grupo de convivência de idoso que, embora tivesse um caráter assistencialista, voltou os olhos do campo científico brasileiro para os longevos que estavam às franjas da sociedade que já da década de 1960 não compunha um país de jovens.

O capítulo mostrou a gerontologia como área interdisciplinar cujo objetivo é, segundo Neri (2001), descrever e explicar as mudanças típicas do processo de envelhecimento juntamente com seus determinantes biológicos, genéticos, psicológicos e sociais. Embasados pelo pensamento de Bourdieu (1984), como um subcampo acadêmico e científico, a luta para permanecer e ser reconhecido no campo tem sido um passo a vencer para os gerontólogos. Entendemos que são pertinentes estudos cujo engendramento seja encaminhado pela gerontologia, todavia, como quaisquer estudos de quaisquer subcampos, deve chegar efetivamente à comunidade, principalmente aos mais vulneráveis. Não deveriam estar os gerontólogos mais envolvidos e até mesmo entranhados nos espaços políticos e sociais, divulgando informações e conhecimentos?

Para conhecer a UNATI/UEM, sistematizamos no quinto capítulo como ocorreu o nascimento da UNATI, descrevendo o percurso histórico de como a comoção e o incômodo de um professor universitário francês, Pierre Vellas, fez com que surgissem dentro do campo acadêmico as UNATIs. Apresentamos também como o modelo francês chegou ao Brasil na década de 1990, quase que concomitantemente, pelas instituições UERJ, Universidade Católica de Pelotas e PUC-Campinas.

Os pilares que sustentam a UNATI envolvem educação para a saúde, arte e cultura, conhecimentos gerais e línguas estrangeiras e conhecimentos específicos para a pessoa idosa. Assim também observamos tais pilares embasando os cursos oferecidos na UNATI/UEM, com descrevemos no sexto capítulo do trabalho.

Em nossa pesquisa, notamos que se não tivessem professores engajados, que compreendessem a importância da UNATI para a UEM e para a sociedade de forma geral, o campo não teria aceitado a criação da mesma. Não foi simples a criação da UNATI/UEM. A equipe de trabalho foi formada em 2007 e quase três anos depois, após muitas reuniões de estudos e análises, em 2010 as ideias saíram do pensamento e dos projetos e foram levadas para a prática.

O processo que foi preciso para que o sonho tornasse realidade está descrito no sexto capítulo. Nele descrevemos amplamente que o direito à educação estabelecido pelo artigo V do Estatuto do Idoso foi colocado em prática pela universidade, bem como os impactos da implantação do programa para os idosos que

a frequentam, conhecendo os principais eixos das atividades desenvolvidas, além de verificar como os alunos entendem a velhice.

A variedade de cursos oferecidos semestralmente abarca áreas importantes do conhecimento e traz uma visão ampla do cotidiano em uma perspectiva histórica. Ressaltamos que dos quatro pilares que inicialmente fundamentavam as UNATIs, os cursos que anualmente são colocados na grade curricular para os alunos na UNATI/UEM, agora englobam 9 pilares. Ao oferecer cursos como “A Linha do Clima: passado, presente e futuro das mudanças climáticas e do aquecimento global”, “Caçando o tesouro escondido no assoalho paranaense” e “Retrato da cidade em fatos e fotos” os alunos têm a perspectiva de conhecimentos científicos historicamente acumulados que os fazem compreender o dia a dia e a realidade na qual se inserem.

Os cursos de língua e interpretação de textos presentes nos mais diversos gêneros levam os alunos a inserirem-se de forma crítica e analítica na sociedade e, movidos pelo verdadeiro empoderamento humano, o conhecimento, podem participar com mais confiança da vida social. Os anos vividos deixam o corpo cansado e abatido, assim, desafiar a biologia e trabalhar para a integração mente e corpo são objetivos das atividades físicas oferecidas nos cursos da UNATI/UEM, com as aulas de academia e hidroginástica que, aliadas aos cursos “Vida saudável: benefícios da ciência e da prática diária”, “Evitando doenças promovendo saúde” e “Equilíbrio corpo e mente IV: espiritualidade e suas implicações para a compreensão de si mesmo” oferecem aos alunos estímulos, instrução e competência para viver melhor.

A grande procura pela Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Maringá por idosos pode ser explicada pelo fato de a instituição representar uma nova oportunidade para sua participação social em atividades compatíveis com suas reais capacidades, sem constrangimento ou vergonha, e a possibilidade de convivência com outros indivíduos mais jovens no mesmo espaço, a universidade. Esse contato, a nosso ver, é benéfico para todos os envolvidos, já que os mais jovens podem aprender a enxergar os mais velhos como pessoas ativas, produtivas e participativas, e os mais velhos podem ensinar muito de suas experiências e valores morais, como o respeito. Tal afirmação pode ser constatada pela preocupação da referida instituição não só com a educabilidade dos idosos,

mas também com a oferta de oportunidades variadas de atividades que promovam interações sociais, convivência com professores e com discentes de outras idades e outros cursos, além do estímulo a pensar, fazer, aprender e integrar.

Deste modo, defendemos a ideia de que nunca é tarde para aprender, desde que sejam oferecidos métodos de ensino adequados, conteúdos de interesse nos quais haja a garantia da transdisciplinaridade e professores preparados. Assim, integrando diferentes campos do saber, aumentamos a possibilidade de os idosos redescobrirem novas formas de viver mais e melhor.

340 pessoas idosas começaram a ter aulas na universidade em 2010, ano de lançamento das atividades. 340 pessoas tiveram seus olhares voltados para o campo científico, com atividades que muitos deles nunca haviam vivenciado. Eram acadêmicos da universidade e frequentavam o campus com vitalidade e vontade de aprender intensas. 340 vidas que mudaram e melhoraram enquanto ser humano e cidadão e, possivelmente, influenciaram outros tantos por meio de atitudes e novas posturas.

Em 2019, foram 467 alunos que frequentaram os bancos acadêmicos. Houve, portanto, um aumento de 97 vagas do início das atividades para o momento desta pesquisa, ou seja, o aumento foi de 38,2%. Segundo o IBGE, no último censo (2010), a população de idosos residentes em Maringá era de 43.716 pessoas. Ao analisar os dados estatísticos, considerando que é possível ter havido aumento do número de idosos de 2010 para 2019, ressaltamos que a UNATI/UEM atendeu 1% da população de idosos maringaenses.

Certos de que a iniciativa de atendimento na UNATI/UEM é fundamental para os que dela participam e que cidade abarca outras atividades que envolvem esta população, como os projetos e ações do SESC e de outras instituições, consideramos, no primeiro momento, que a UNATI/UEM atingiu um número ínfimo de pessoas. Neste momento de análise questionamos: como garantir que o direito à educação, contemplado no EI, alcance um número maior de sujeitos? Quais ações, projetos e programas podem ser desenvolvidos para que outros idosos percebam o empoderamento por meio do conhecimento? Qual é a responsabilidade das instituições de ensino de caráter privado com a demanda dos idosos da cidade de Maringá? Tantas inquietações surgiram ao notar que o alcance da UNATI/UEM chegou a apenas 1% dos cidadãos idosos maringaenses.

Entendemos que se constitui um desafio criar programas que fomentem a atenção da pessoa idosa para a aprendizagem ao longo da vida. Sabemos que nem todos os idosos têm condições cognitivas de participar de tais programas, ou mesmo não veem importância, necessidade ou motivação para integrar-se em grupos que desenvolvam conhecimento. Além disto, grande parte dos idosos da cidade está em instituições de longa permanência. Outros tantos frequentam unidades de atendimento como centros dia, associações e casas assistenciais. Respeitamos as opiniões individuais. Todavia, insistimos que é preciso mostrar para esta população as possibilidades que têm de engajar-se socialmente e o quanto isto será benéfico seja do ponto de vista emocional e psicológico, seja pela saúde e qualidade de vida.

Para ocorrer uma mudança nos paradigmas equivocados sobre o envelhecimento, apontamos a necessidade de transformação da mentalidade das pessoas, o que deve ocorrer por meio da divulgação de informações e conhecimentos não apenas para pessoas que já se encontram nesta fase da vida. É preciso que em todas as idades, nos mais variados grupos sejam inseridos conteúdos que levem à reflexão sobre o envelhecimento e a longevidade.

O artigo 22 do Estatuto do Idoso propõe: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. Entendemos de suma importância que isto seja de fato implementado tanto nas escolas públicas quanto particulares e em todos os níveis de ensino. Tais reflexões não devem ficar somente marcadas por campanhas pontuais e assistencialistas como doações de roupas de frio ou presente de Natal para idosos institucionalizados. Estas são justas e necessárias. Defendemos que nos componentes curriculares sejam colocadas reflexões gerontológicas com aspectos transdisciplinares sobre envelhecimento e longevidade.

Exercer a cidadania é ter condições de sermos sujeitos de nossa história pessoal e exercermos nossos direitos civis, políticos e sociais. Acreditamos que a educação é um dos fatores determinantes e cruciais para levar o sujeito ao verdadeiro empoderamento, o conhecimento. A partir dele e com ele as pessoas podem acreditar em suas reais capacidades, desenvolver seus talentos, criar oportunidades para

enfrentar obstáculos e preconceitos em qualquer idade. Todavia, é urgente e necessário que o olhar para pessoa idosa de hoje seja acolhedor e promotor de qualidade de vida para o aprimoramento de sua cidadania. Entendemos que múltiplos são os desafios a serem vencidos neste contexto, mas acreditamos que pensar em longevidade, em nosso tempo e adiante, está relacionado em multiplicar informações, disseminar conhecimentos sobre o envelhecimento humano e assegurar os direitos para as pessoas idosas.

Acreditamos, também, ser de fundamental importância de novos debates e políticas públicas a fim de responder às demandas de uma sociedade que está envelhecendo. Consideramos ser essencial colocar na agenda da educação debates sobre os currículos dos cursos de formação de professores, no sentido de observar como estão sendo preparados estes profissionais para lidar com o desafio real de atender a pessoa idosa nas mais diferentes áreas. Destarte, o compromisso com os idosos e a velhice será assumido por toda a sociedade, já que o envelhecimento é um fenômeno que abarca a todos, de forma individual e coletiva. Estimamos que esta investigação sirva de impulso para novas pesquisas, pois notamos que poucos são os trabalhos desenvolvidos na área.

8. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Da política nacional do idoso ao estatuto do idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs). Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ALVES, Antonio Marcos dos Santos; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Fundação de apoio à universidade: uma discussão sobre o conflito entre o público e o terceiro setor. Atos de pesquisa em educação (furb), v. 2, p. 486507, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Discurso de primavera e algumas sombras São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. Poesia completa. São Paulo: Editora Aguilar, 2002.

_____. Corpo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. O modelo inglês de educação superior e o Processo de Bolonha. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (org.). Políticas públicas e educação: debates contemporâneos. Maringá, Eduem: 2008.

_____. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013.

_____. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional – para o Mercosul. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 875-879, nov. 2008.

_____. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. Rev. Inter. Educ. Sup.[RIESup] Campinas, SP v.1 n.1 p. 86-102 jul./set. 2015

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BARROS, Manuel de. Retrato do artista quando coisa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice: a realidade incômoda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELTRÃO, K. I., CAMARANO, Ana Amélia, KANSO, Simone. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004 (Texto para Discussão, 1.034).

BILAC, Olavo. Poesias Infantis. Rio de Janeiro: Empório do livro, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei 9853/46. Ministério do Trabalho: Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL, A Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o dia nacional do idoso.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 dez. 96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.

BRASIL. Lei nº. 6.179 de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. Consolidação das leis da previdência social.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. 1940.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do idoso. 2ª. Ed rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional do Idoso. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1996.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. SESC 50 anos. São Paulo: DBA, 1997.

BOBBIO, Norberto. O tempo da Memória. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (orgs). As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas: Alínea, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU. Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. Questões de sociologia. São Paulo: Marco Zero, 1984.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Razoes práticas – sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

_____. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Sobre o Estado: curso no Collège de France. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOTH, A. Profissionalização em gerontologia. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v. 7, p. 25-36, 2005.

CACHIONI, Meire. Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

CACHIONI, Meire. NERI, Anita Liberalesso. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: NERI, A. L. YASSUDA, M. S (orgs.) Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas: Papirus, 2004a.

_____. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, 99-115 - jan./jun. 2004b.

CACHIONI, Meire. TADORO, M. de A. Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. (Orgs.) Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CHRISTOPHE, M; CAMARANO, Ana Amélia. Dos asilos às instituições de longa permanência: uma história de mitos e preconceitos. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) Cuidados de Longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista brasileira de educação. Set/Out/Nov/Dez, 2003.

CÍCERO, Marco Túlio. Saber envelhecer e A amizade. Porto alegre: L&M, 2010.

CÔRTE, Beltrina. Biotecnologia e longevidade: o envelhecimento como um problema solucionável? In: CÔRTE, Beltrina, MERCADANTE, Elizabeth F. ARCURI, Irene G. Velhice, envelhecimento, complex(idade). São Paulo: Vetor, 2005.

CORREA, Marilene Rodrigues. Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Intelectual e educador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DELGADO, Ignacio Godinho. O empresariado industrial e a gênese das políticas sociais modernas no Brasil. Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135-160, jul.- dez. 2007.

_____. Empresariado e política social no Brasil. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R. Empresa, empresários e sociedade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013.

DOLL, Johannes. Planejamento e Avaliação de Programas Educacionais, visando à Formação de Recursos Humanos em Geriatria e Gerontologia. In: FREITAS, Elizabete Viana de. et al. (Org.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. P. 1125-1133.

_____. Previdência Social e Mercado no Brasil. São Paulo: LTr, 2001.

_____. Educação e envelhecimento - fundamentos e perspectivas. A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento, São Paulo: v. 19, n. 43, p.7- 26, 2008.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. Educar, Curitiba, Nº 28, P. 17-36, 2006. Editora UFP.

FERNANDES, Gisele Pasquini. O que os olhos não veem: os analfabetos das instituições de longa permanência para idosos. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

FERNANDES, Simone. O processo de constituição e funcionamento de um Conselho Municipal dos Direitos do Idoso: o caso do município de Maringá-PR. 61f. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro, 2009.

FRAGOSO, Vítor; MAYOR, Margarida Sotto. Trans-gerontologia: uma abordagem emergente. In: FRAGOSO, Vítor; MAYOR, Margarida Sotto (coord.). Gerontologia e transdisciplinaridade I. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2017.

FREINET, Célestin. Pedagogia do bom. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. Sion (Suíça), 18 au 22 octobre 2005.

GOHN, M. da G. Educação não formal na pedagogia social. In: I congresso internacional de pedagogia social, 2006.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HOUAISS, Antônio. Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Moderna, 2015.

IBGE. Estatística de registro civil. Rio de Janeiro, v. 43, p.1- 32, 2016.

KOLODY, H. Viagem no espelho. 5. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1999

LIMA, Gabriel Azevedo Costa. Do velho ao idoso: uma transmutação socioidentitária. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

LOPES, Andrea. Os desafios da gerontologia no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2000.

MARTINS, C. R. M. O envelhecer segundo adolescente, adultos e idosos usuários do Sesc Maringá: um estudo de representações sociais. UFSC. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Psicologia). Florianópolis, 2002.

MEIRELES, Cecília. Poesia completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

MERCADANTE, Elizabeth Frohlich; BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordino. Envelhecimento ou longevidade? São Paulo: Paulus, 2009

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: Velhices Reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC: PUC, 2006.

MORAGAS, Renato M. Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 2010.

MOTTA, Alda Britto. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

NERI, Anita Liberalesso. Palavras-chave em gerontologia. Campinas, Editora Alínea, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. A educação pela pedra. São Paulo: Nova Fronteira, 1965.

NETTO, A. J. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: Longevidade: um novo desafio para a educação. 2001.

NICOLA, José de. Painel da literatura em língua portuguesa: teoria e estilos de época do Brasil e Portugal. São Paulo: Scipione, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. Bourdieu e a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

PACHECO, Jaime Lisandro. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (orgs). As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas: Alínea, 2003.

PAZ, Serafim Fortes; GOLDMAN, Sara Nigri. O estatuto do idoso. Tratado Geral de Gerontologia e Geriatria – 2ª edição - Editora Guanabara/Koogan, 2006.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade... In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

REGO, M. L. A responsabilidade social como resposta do Sistema S ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC. Rio de Janeiro, 2002.

RESENDE, Tania de Freitas. Sistema de Ensino. In: CATANI, Afrânio... [et al.]. Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

QUINTANA, Mário. Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

ROMANO, Roberto. Ética, Ciência, Universidade. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v6, n10, p.97-110, fev 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade Educação, Sociedade & Culturas, nº 23, 2005, 137-202.

_____. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006,

SESC, Serviço Social do Comércio. Diretrizes gerais de ação do SESC. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.sesc.com.br, Acesso em 06 jun 2017.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

STIELTJES, Claudio; TAAM, Regina. A UNATI da UEM: educação e política. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; D'ALENCAR, Raimunda Silva (Orgs.). As experiências de universidades abertas em um Brasil que envelhece. Curitiba: CRV, 2011.

STRUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TAAM, Regina. A educação não formal do Idoso em universidades da Terceira Idade e Centros de convivência. In: Park, M. B., Groppo, L.A. (org.). Educação e Velhice. Holambra/SP: Setembro, 2009.

_____. A educação do idoso: Uma questão contemporânea. In: Altoé, A. (org.). Temas de educação contemporânea. Cascavel/Paraná: Edunioeste, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VELLAS, Pierre. As oportunidades da terceira idade. Maringá: Eduem, 2009.

VERAS, Renato P. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. Caderno de Saúde Pública. 2007; 23(10): 2463-66.

_____. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. Rev. Saúde Pública [online]. 2009, vol.43, n.3 pp.548-554.

VERAS, Renato. CALDAS, C. UnATI-UERJ – 10 anos um modelo de cuidado integral para a população que envelhece. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O que é universidade. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

WHITAKER, Dulce Consuelo. Envelhecimento e poder: a posição do idoso na contemporaneidade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

9. APÊNDICES

Entrevista com alunos da UNATI/JEM	
1. Quantidade de alunos	
Homens:	2
Mulheres:	8
Total:	10
2. Raça/Cor	
Branca:	6
Negro:	2
Parda:	1
Amarela:	1
Total:	10
3. Estado Civil	
Casado:	6
Viúvo:	3
Divorciado:	1
Total:	10
4. Escolaridade	
Ensino Fundamental:	2
Ensino Médio:	6
Especialização:	2
Total:	10
5. Como conheceu a UNATI	
Convite de amigos:	8
Meios de comunicação:	2
Total:	10
6. Meio de transporte para ir à UNATI	
Carro próprio:	5
Ônibus:	4
À pé:	1
Total:	10
7. Participa há quanto tempo	
1 ano:	3
2 anos:	4
5 anos:	2
9 anos:	2
Total:	10
8. Influenciou alguém à participar	
Sim:	10